



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AUDILEIA RODRIGUES DA SILVA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO – BA,
NO PERÍODO DE 2004 A 2010.**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2012

AUDILEIA RODRIGUES DA SILVA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NO MUNICÍPIO DE PLANALTO – BA,
NO PERÍODO DE 2004 A 2010.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II, e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2012

AUDILEIA RODRIGUES DA SILVA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NO MUNICÍPIO DE PLANALTO – BA,
NO PERÍODO DE 2004 A 2010.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II, e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 19/10/2012

BANCA EXAMINADORA

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

Orientador (a)

ANDRÉA BRAZ COSTA

Examinador (a)

FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus por ter me dado força, paciência e sabedoria ao longo desta caminhada, fazendo-me superar todos os obstáculos.

Aos meus familiares que diariamente me incentivam, e em especial meus pais que durante toda minha vida estiveram presente, com palavras, atitudes de compreensão e amor fazendo de mim o que sou.

Aos meus amigos de antes e aqueles conquistado durante o curso, que sempre estiveram comigo, incentivando, apoiando e compartilhando as angustias e alegrias vividas.

Aos meus mestres, que foram imprescindíveis nessa caminhada, e em especial a professora Andréa Braz, que prontamente me auxiliou.

Ao meu orientador Gildásio Santana Júnior, que esteve comigo na construção deste trabalho monográfico, um obrigado todo especial.

E a todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Meu Muito Obrigado!

“Sem mudanças das históricas relações sociais que se reproduzem socialmente em nossa economia política da desigualdade não se transita à vertente da equidade.”

(DELGADO; THEODORO, 2005, p.409)

RESUMO

O presente trabalho discute a relação entre as transferências de renda, e o crescimento e desenvolvimento, a partir da análise do Programa Bolsa Família no Município de Planalto na Bahia, no Período de 2004 a 2010. Objetiva-se avaliar em que medida as transferências do programa constitui-se como indutor do crescimento e desenvolvimento de pequenas localidades como Planalto no período citado. A hipótese trabalhada considera que o Bolsa Família contribui para o crescimento e desenvolvimento do município de Planalto-BA. Para responder a problemática proposta e alcançar os objetivos estipulados, o quadro metodológico foi composto de revisão bibliográfica, sobre a questão do crescimento e desenvolvimento, um panorama sobre políticas sociais e as experiências de renda mínima, além do levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal de Planalto, sítios governamentais, entrevista com o Gestor municipal do programa, e aplicação de questionários aos proprietários de transportes alternativos e estabelecimentos comerciais. Os dados foram trabalhados por meio da comparação entre as Receitas Municipais (FPM, ICMS, IPTU, ISS e ITBI) e os valores transferidos pelo Bolsa Família, considerando ainda a progressão do número de alvarás expedidos no período. Os principais resultados encontrados refletem a expressiva participação das transferências do programa frente às receitas do município de Planalto e o expressivo crescimento do comércio local, constatado por meio da elevação do número de alvarás e pelo aumento da arrecadação. Constatou-se o crescimento do PIB, que cresceu 74%, um incremento maior do que do PIB estadual, evidenciando assim a importância das transferências do programa para a economia local, haja vista a soma considerável de recursos a circular no comércio e seu poder dinamizador na dinâmica econômica local. No entanto, por meio da pesquisa constatamos algumas vias de vazamentos de renda não consideradas em nossa hipótese.

Palavras Chaves: Crescimento e Desenvolvimento, Equidade, Bolsa Família, Planalto, Impacto Econômico.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Planalto – BA | 62 |
| Figura 2 - Vista aérea da BR 116 em Planalto – BA | 64 |
| Figura 3 - Praça da Matriz em Planalto – BA | 65 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----------|
| Gráfico 1 - Evolução das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Planalto - BA (2004-2011) | 59 |
| Gráfico 2 - Total de matrícula da rede municipal de Planalto - BA (2004-2010) | 72 |
| Gráfico 3 - Total de matrícula da rede estadual de Planalto - BA (2004-2010) | 73 |
| Gráfico 4 - Total de alvarás expedidos pelo município de Planalto - BA (2005-2010) . | 82 |
| Gráfico 5 - Implantação de estabelecimentos comerciais em Planalto - BA (1960 – 2011)..... | 84 |
| Gráfico 6 - Estabelecimentos comerciais que possuem fornecedores no Município de Planalto - BA (2012)..... | 85 |
| Gráfico 7 - Principais centros fornecedores localizados no estado da Bahia (2012)..... | 86 |
| Gráfico 8 - Principais centros fornecedores localizados em outros estados do Brasil (2012)..... | 86 |
| Gráfico 9 - Evolução do número de microônibus do município de Planalto - BA (2005-2011) | 88 |
| Gráfico 10 - Quantidade de veículos alternativos que transportam passageiros no município de Planalto - BA (1991–2010)..... | 89 |
| Gráfico 11 - Número de viagens diárias à outros municípios (2007) | 90 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1 - Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70,00 por pessoa..... | 46 |
| Tabela 2 - Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa... | 46 |
| Tabela 3 - Número de Famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família por regiões brasileiras (2004-2009)..... | 50 |
| Tabela 4 - Valor total dos repasses do PBF (2004/ 2006/ 2008/ 2010/ 2011)..... | 58 |
| Tabela 5 - Produção Agrícola - Lavoura Permanente (2006) | 63 |
| Tabela 6 - Evolução do Produto Interno Bruto- PIB (2004-2009) | 68 |
| Tabela 7 - Crescimento do Produto Interno Bruto- PIB (2004-2009) | 69 |
| Tabela 8 - Evolução do PIB municipal por setores (2000/ 2002/ 2004/ 2006/ 2008/ 2009)..... | 69 |
| Tabela 9 - Índice municipal de desenvolvimento (2006)..... | 71 |
| Tabela 10 - Total de Transferências federais por função destinadas ao município de Planalto - BA (2011) | 75 |
| Tabela 11 - Reclassificação do total de transferências federais por função destinadas ao município de Planalto - BA (2011) | 76 |
| Tabela 12 - Relação entre o total de transferências federais e as transferências do Programa Bolsa Família no município Planalto - BA (2004-2011)..... | 77 |
| Tabela 13 - Transferências do Governo Estadual ao município de Planalto – BA (2004 –2011) | 78 |
| Tabela 14 - Evolução das principais Receitas do município de Planalto BA (2005-2010)..... | 79 |
| Tabela 15 - Relação entre as transferências do PBF e as Receitas Municipais do FPM e do ICMS (2005-2010) | 80 |
| Tabela 16 - Frota do município de Planalto - BA (2005-2011) | 87 |
| Tabela 17 - Principais centros de preferência na aquisição de serviços – Planalto – BA (2007)..... | 91 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDC - *Aid for Families With Dependent Children*

ATEP - Associação do Transporte dos Estudantes de Planalto

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BVJ - Benefício Vinculado ao Adolescente

BVCE - Benefício Variável de Caráter Extraordinário

CADÚNICO - Cadastros Único para Programas Sociais

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto

CEF - Caixa Econômica Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social

FAP - *Family Assistance Plan*

FCBA - Fundo de Cultura da Bahia

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIES - Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia

FITC - *Earned Income Tax Credit*

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICSs - Instancias de Controle Social do Bolsa Família

IGD-E - Índice de Gestão Descentralizada Estadual

IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados

IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NIS - Número de Identificação Social
PAPL - Programa de Arranjo Produtivo Local
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PMP - Prefeitura Municipal de Planalto
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM - Programa de Renda Mínima
PROLEITE - Programa do Leite
REGIC - Pesquisa de Regiões de Influência de Cidades
RMI - Renda Mínima de Inserção
RPF - Rede Pública de Fiscalização
SBPS - Sistema Brasileiro de Proteção Social
SEAC - Secretaria Especial de Ação Comunitária
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SISVSAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS - Sistema Único de Saúde
TCU - Tribunal de Contas da União
URBIS - A Habitação e Urbanização da Bahia S.A
USF - Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO VETOR DE CRESCIMENTO/ DESENVOLVIMENTO..... | 15 |
| 1.1 Crescimento e desenvolvimento: categorias sinônimas ou distintas?..... | 18 |
| <i>1.1.1 Desenvolvimento Regional.....</i> | <i>21</i> |
| <i>1.1.2 Desenvolvimento Local.....</i> | <i>23</i> |
| <i>1.1.3 Desenvolvimento com Equidade.....</i> | <i>25</i> |
| CAPÍTULO 2 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL: A RELEVÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA..... | 31 |
| 2.1 A experiência brasileira de política social: dos anos 1930 ao Bolsa Família..... | 36 |
| 2.2 Programa Bolsa Família..... | 42 |
| <i>2.2.1 Caracterização e Dimensão do Programa.....</i> | <i>42</i> |
| <i>2.2.2 Condicionalidades.....</i> | <i>47</i> |
| <i>2.2.3 Fiscalização e Controle.....</i> | <i>48</i> |
| 2.3 Resultados e Críticas ao Programa..... | 49 |
| 2.4 O Programa Bolsa Família no Município de Planalto – BA..... | 56 |
| CAPÍTULO 3 BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE ECONÔMICA DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO - BA..... | 60 |
| 3.1 O Município de Planalto..... | 60 |
| 3.2 Metodologia..... | 66 |
| 3.3 Dinâmica econômica e Indicadores sociais do município de Planalto..... | 68 |
| 3.4 Análise econômica do Programa Bolsa Família no município de Planalto..... | 74 |
| <i>3.4.1 Relação entre as Receitas municipais e as transferências do Bolsa Família.....</i> | <i>75</i> |
| <i>3.4.2 Analisando vazamentos</i> | <i>83</i> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| REFERÊNCIAS..... | 96 |
| APÊNDICES..... | 102 |
| ANEXOS..... | 114 |

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a questão social brasileira ganha espaço nas discussões, provocada pela pressão e proposições dos movimentos sociais e pela precária distribuição de renda e agravamento das desigualdades sociais, decorrência da crise econômica do período. Na década seguinte há uma intensificação de políticas sociais, sendo deste momento as primeiras propostas de Renda Mínima, configurando-se em programas de transferência de renda.

Registra-se nos anos 2000 um crescimento das políticas de transferências de renda destinadas a população carente. Dentre os programas de transferências, o Bolsa Família se apresenta como o maior, tanto em termos de abrangência como em discussões. O programa atende famílias pobres e extremamente pobres com uma renda mensal, se propondo a combater a fome, a pobreza e as desigualdades, além de se configurar como possibilidade de inclusão social e emancipação das famílias beneficiadas, por meio das ações associadas a contrapartidas em educação, saúde e serviço social.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar o Programa Bolsa Família na economia do município de Planalto – BA. Especificamente pretende-se: examinar as questões do crescimento e desenvolvimento, considerando o desenvolvimento Regional, o Local e o Equitativo; traçar a trajetória da Política Social rumo às experiências de Renda Mínima, buscando situar o programa Bolsa Família frente aos principais programas de transferência de renda do Brasil; conhecer a relevância do Programa Bolsa Família tanto a nível nacional como sua abrangência no município de Planalto, dimensionando assim a amplitude da política; e analisar as categorias que configuram as Receitas do município de Planalto. Assim, pretende-se avaliar qual o impacto do Programa Bolsa Família sobre a dinâmica econômica do município de Planalto-BA, entre 2004 e 2010.

No que pese este entendimento, a análise aqui desenvolvida é problematizada na perspectiva do crescimento e desenvolvimento das pequenas cidades, daí nossa hipótese de trabalho considera que o Bolsa Família contribui para o crescimento e desenvolvimento do município de Planalto-BA.

As justificativas para a investigação se fundamentam em parte pelo grande número de discussões sobre o tema, tanto a nível econômico quanto social, e ao caráter assumido pela política social na atualidade. A definição de política social proposta pelo IPEA (2011), em que as políticas são definidas como mecanismos que as sociedades constroem ao longo do tempo visando proteger ou promover seus membros vem reafirmar a importância do estudo,

pois o Bolsa Família, ao contemplar os beneficiários com uma renda, estaria dando-lhes maiores oportunidades, configurando assim, o princípio de justiça social proposto pela abordagem do desenvolvimento equitativo. Há ainda o efeito dinamizador do programa em pequenas economias, haja vista o volume de recursos que passa à circular na localidade, podendo ser considerado como vetor de desenvolvimento para pequenos centros, pois ao injetar uma renda, o programa acaba por alterar os níveis de consumo de uma parcela considerável da população, estimulando o comércio local e aumentando as Receitas municipais.

Em termos acadêmicos, o trabalho estará fornecendo novos subsídios sobre as questões que permeiam o crescimento e desenvolvimento de pequenos centros, o que de alguma forma contribui para a formação do conhecimento geral.

Apesar de diversos estudos apontarem para o impacto positivo do programa Bolsa Família nas economias municipais, a exemplo dos trabalhos de Marques (2005), em que é analisada a importância do programa nos municípios brasileiros, e o de Bastos (2009), em que é avaliado o impacto econômico do Bolsa Família no município de Maracás-BA, há trabalhos como o de Lena Lavinias (2006), cuja crítica refere-se a redução do gasto social em funções essenciais. Segundo a autora, se a ação do governo resumir-se a apenas em transferir renda, sem investimentos em educação, saneamento, habitação, a possibilidade de equacionar as desigualdades estará comprometida.

Como referencial teórico foi utilizado à proposta de desenvolvimento equitativo, em que a igualdade de capacidade e de oportunidade é apontada como o elemento capaz de fomentar o desenvolvimento, o que nos faz certificar de que a Política Social, por meio de programas, como o Bolsa Família, pode vir a cumprir esta função importante no processo de desenvolvimento econômico, principalmente de pequenos municípios.

A investigação utiliza como metodologia, revisão bibliográfica, análise documental, observações, e estudo de caso, com levantamento de dados, entrevista e questionários. Tais procedimentos encontram-se em item próprio, haja vista que estes tenham por finalidade esclarecer o processo de investigação.

O estudo estrutura-se em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, que se configura como o referencial teórico, explanará sobre as transferências de renda como vetor de desenvolvimento, para tanto são considerados a teoria do crescimento e desenvolvimento e as abordagens do desenvolvimento regional e local, além da proposta do desenvolvimento com equidade, a qual visa equiparar as desigualdades por meio de uma maior igualdade de capacidades e oportunidades dos excluídos socialmente.

Busca-se com o capítulo elencar a trajetória das discussões a cerca do desenvolvimento, compreendendo a política social como promotora do desenvolvimento econômico calcado no princípio da justiça social.

No segundo capítulo pretende-se discorrer brevemente sobre a política social e algumas experiências de Renda Mínima. Neste item é realizada a caracterização do Programa Bolsa Família, abordando para tanto a criação do programa, as condicionalidades e os meios de fiscalização. São apresentados ainda, alguns resultados do programa, com base em outros estudos, além de dados sobre a abrangência do programa no município de Planalto, evidenciando desta forma o aumento do volume de recursos destinados ao município de Planalto e a quantidade de famílias beneficiadas pelo programa.

O último capítulo é destinado à investigação do Programa Bolsa Família no município de Planalto, considerando o volume de recursos frente às principais Receitas do município. Num primeiro momento, avalia-se o impacto econômico do programa por meio da análise de variáveis como PIB municipal, alguns índices sociais, e número de alvarás expedidos pelo município, a seguir são realizadas relações comparativas entre o total de transferências do Bolsa Família e as principais Receitas municipais.

Por fim, são realizadas conclusões acerca da problemática trabalhada, em que se evidencia a importância das transferências do programa para a economia local, haja vista a soma considerável de recursos que passa a circular no comércio e seu poder dinamizador na dinâmica econômica local.

1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO VETOR DE CRESCIMENTO/ DESENVOLVIMENTO

No Brasil, país de grande dimensão continental, a acumulação capitalista ocorre de forma heterogênea. Em algumas áreas estão concentrados setores dinâmicos da economia, que promovem cada vez mais a expansão produtiva daquele espaço, enquanto em outras ocorrem fragilidades econômicas.

Buscar a integração do processo produtivo entre as regiões do Brasil para promover o acúmulo de excedentes e a redução das desigualdades sociais rumo a um posterior desenvolvimento, deveria estar entre os principais objetivos das ações governamentais.

A partir deste entendimento percebe-se a importância que o processo produtivo assume para o crescimento da dinâmica econômica e para o posterior desenvolvimento das regiões, pois com o incremento da produção, amplia-se o volume de bens e serviços oferecidos, aumentando o consumo. Muitas localidades não são detentoras de dinâmica econômica consolidada, apresentando deficiências em seu setor produtivo, o que dificulta os grupos familiares em adquirirem renda para a compra de bens e serviços. Por outro lado, se considerarmos que o sistema produtivo local é pequeno e insuficiente, admite-se que ele não seja capaz de suprir as unidades familiares com bens e serviços, ocorrendo desta forma vazamentos de renda para outras localidades. Assim, Souza (2009) salienta que os fluxos econômicos direcionam-se para as áreas que possuem dinâmica econômica consolidada, promovendo nestas localidades mais crescimento.

Algumas regiões crescem mais do que outras por dinamismos diferentes, sejam locais ou nacionais. Fatores de produção deslocam-se para as regiões de mais rápido crescimento, configurando-lhes vantagens adicionais. Segue uma tendência à concentração do crescimento no espaço, o que agrava os desequilíbrios regionais (SOUZA, 2009, p.118).

Para Cano (1998), em um mesmo país são observadas disparidades regionais de renda, que se agravam ao longo do tempo, devido ao desenvolvimento capitalista que se manifesta desigualmente no espaço. As disparidades entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres nos países desenvolvidos seriam sensivelmente menores que em países subdesenvolvidos, devido principalmente às transformações ocorridas em suas próprias estruturas. Como forma de reforçar as diferenças regionais nos países subdesenvolvidos, o autor apresenta o caso brasileiro, em que as disparidades ocorrem desde a fase primário-exportadora.

No mundo subdesenvolvido, durante o período primário-exportador, essas disparidades já eram observadas entre o compartimento produtor de exportações (a faixa litorânea açucareira do Nordeste brasileiro no século XVIII, ou o café no Sudeste, durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX) e os setores de subsistência.

Mais tarde, com o processo de industrialização, embora ainda possam persistir as diferenças entre “setor exportador-setor de subsistência”, surgem novas, entre “pólo industrial-periferia”, territorialmente mais abrangentes do que aquelas. A economia passa então, a apresentar maior heterogeneidade histórica com os setores ou compartimentos em que o progresso técnico penetra “continuamente” e outras regiões em que a evolução técnica estagnou ou ficou muito defasada (CANO, 1998, p. 231)

Percebe-se que em países como o Brasil as diferenças entre as regiões estão intimamente relacionadas à formação da estrutura econômica do país. Enquanto algumas regiões concentram setores produtivos, detentores de uma dinâmica econômica diversificada, outras regiões, na maioria compostas por pequenos municípios, não são capazes de ofertar trabalho e renda à sua população. Regiões industrializadas são exemplos de concentrações que dispõem de elementos essenciais ao desenvolvimento, daí a atração de grandes fluxos migratórios e demais capital para estes espaços, ocorrendo um crescente processo de concentração, diversificação e de expansão produtiva. Para Cano (1998), à medida que ocorre o desenvolvimento destes espaços “polo”, neles se concentram:

[...] não só a infraestrutura como investimentos em educação, ciência e tecnologia e os serviços modernos, formando e atraindo mão de obra mais qualificada e modernizando sua agricultura. Atingindo certo nível de transformação econômica e social, estenderá seus efeitos a partes da “periferia” nacional, integrando, ainda que parcialmente, o mercado nacional (CANO, 1998, p. 233).

Assim, o crescimento tende a se concentrar em áreas de maior infraestrutura, promovendo uma troca desigual entre as regiões, pois cada vez mais os fluxos econômicos tenderão para estes espaços. A abordagem da causalidade circular e acumulativa, proposta por Myrdal (1960), prevê que regiões subdesenvolvidas tendem a ter uma baixa taxa de crescimento, pois quanto mais pobre a região, menor será a renda disponível e menor a taxa de poupança e investimento, resultando numa baixa produtividade. “O processo acumulativo, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes” (MYRDAL, 1960, p.27).

Entretanto, para Souza (2009), a expansão da região mais rica provocará efeitos propulsores, devido principalmente ao aumento do nível do consumo em bens e serviços, estimulando assim, mais investimento e prosperidade para a região. No entanto, em regiões periféricas, detentoras de fragilidades econômicas e com deficiências infraestruturais,

ocorrerão efeitos regressivos promovidos pela troca desigual. Uma alternativa para a minimização das diferenças que provocam desequilíbrios entre as regiões pode ser a ação do Estado, por meio de mecanismos que favoreçam o aproveitamento das potencialidades locais. Cano (1998), também tece considerações a este respeito:

O governo pode tentar corrigir alguns desses desequilíbrios (alta mortalidade infantil, baixa esperança de vida, baixa escolaridade, ineficiências produtivas, desemprego disfarçado etc.), mediante ação da política econômica, fixando preços mínimos agrícolas, realizando obras de infraestrutura na região periférica, criando incentivos para a desconcentração industrial, fazendo que o gasto público seja maior do que a receita pública local etc. Em síntese, tratar-se-ia de uma política de redistribuição regional (ou setorial) de renda, associada a um programa de desenvolvimento regional (CANO, 1998, p. 234).

Como exemplo de política que vem promovendo efeitos importantes para pequenos municípios, como apresentado por Marques (2005), pode ser citado às ações do Programa Bolsa Família (PBF)¹. Um programa de transferência de renda que contempla famílias pobres e extremamente pobres com uma renda mensal, sendo bastante significativo para regiões periféricas.

Assim, toda vez que o sistema econômico municipal é contemplado com transferências governamentais, tem-se uma injeção de recursos na economia local, ampliando a capacidade das unidades familiares em consumir e produzir em maior volume. Entende-se por injeções, o volume de recursos injetados no fluxo econômico que não é originário da venda de bens e serviços, mas provenientes dos gastos governamentais, dos investimentos e das transferências governamentais. As injeções se caracterizam como rendas extras que chegam ao sistema econômico municipal. Logo, elas podem ser governamentais e/ou provenientes dos recursos de pessoas de outras localidades. Ao injetar valores consideráveis na economia de pequenos municípios, o programa acaba aumentando o nível de consumo dos beneficiários, fomentando assim o comércio local, e fazendo com que ocorra a ampliação da circulação de bens e serviços. Caso estas famílias não efetivem seu consumo no mercado local, passam a ocorrer fugas de rendas, caracterizando-se em vazamentos econômicos².

Os vazamentos seriam justamente o contrário do que ocorre com as injeções, ou seja, ocorrem quando as rendas geradas no sistema econômico do município são utilizadas para a compra de bens e serviços em outra localidade. Nesse sentido, se o sistema econômico

¹ O Programa Bolsa Família será considerado no item 2.2 (Caracterização e Dimensão do Programa)

² Esta categoria será melhor caracterizada no item 3.3.2

municipal não oferecer bens e serviços, toda potencialidade das injeções não se realizará em plenitude. Assim, quanto maior o vazamento, menor será o volume de transferências aproveitado pelo sistema local, correspondendo às rendas que as famílias recebem e que são dirigidas para outros centros, para a compra de bens e serviços.

Em nossa análise os aportes do Bolsa Família representam injeções de renda para o município, ou seja, aumenta-se a possibilidade de compra de bens e serviços. Como as transferências são destinadas às famílias de baixa renda, a propensão a consumir será alta, não ocorrendo poupança por parte dos beneficiários. Caso essas injeções sejam maiores que os vazamentos, ocorrerá crescimento da renda local, estimulando toda a dinâmica econômica. Entretanto se os vazamentos forem superiores as injeções passarão a ocorrer redução da renda local.

É do conhecimento de todos a dificuldade de mensurar os vazamentos de renda em economias municipais, haja vista que no âmbito municipal não há mecanismos para se identificar e mensurar o volume das rendas que circulam na economia local. No entanto, este componente será aqui analisado com o intuito de se observar algumas possíveis vias de saída de renda.

Voltando a questão central da elevação e bem estar da população, podemos afirmar que o aumento de produção associado a melhorias de bem estar para o conjunto da população em um espaço econômico é o meio para superar desigualdades. Mas, tais intentos podem ser alcançados via desenvolvimento e crescimento do sistema econômico? Para responder tal questão discutiremos a relação entre crescimento e desenvolvimento no próximo tópico.

1.2 Crescimento e desenvolvimento: categorias sinônimas ou distintas?

Do ponto de vista da maioria das interpretações da teoria econômica o processo produtivo assume importância privilegiada para o crescimento e desenvolvimento da dinâmica econômica das regiões, pois com a ampliação da produção, têm-se incrementos no volume de bens e serviços oferecidos, e o conseqüente crescimento do consumo. Na seqüência, a expansão do consumo tende a promover o acúmulo de excedente, momento em que o capital se concentrará em espaços específicos. “[...] quando o crescimento da produção permite que se ampliem o consumo *per capita* e a utilização *per capita* de recursos de capital, estará se concretizando uma das pré-condições para o processo de desenvolvimento econômico e social.” (ROSSETTI, 1994, p.431).

As discussões em torno das causas do crescimento e desenvolvimento de uma nação são das mais diversas. Enquanto alguns economistas compartilham a ideia de que crescimento e desenvolvimento são sinônimos, outra corrente de teóricos diferencia ambos, propondo ser o crescimento condição indispensável, mas não suficiente, ao desenvolvimento. Há também uma nova proposta de desenvolvimento sustentada no princípio da justiça social, com a equalização das oportunidades, contrapondo-se ao modelo convencional de desenvolvimento econômico predominante. No tocante à distinção entre crescimento e desenvolvimento, Souza propõe que,

No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas (SOUZA, 2005, p.5).

No primeiro grupo estariam os teóricos que valorizam a acumulação capitalista, propondo ser o aumento da *renda per capita* a fonte do crescimento, já na segunda corrente, aqueles que consideram o crescimento como meio para se alcançar desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento, segundo eles, deve levar em consideração não apenas o enriquecimento do país, mas todas as condições socioeconômicas de seus habitantes, assim Souza salienta que o desenvolvimento envolve.

[...] mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. [...] implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente (SOUZA, 2005, p. 7).

A partir deste entendimento, confirma-se a importância de não se confundir crescimento com desenvolvimento, fazendo-se necessário a compreensão de ambos os processos, pois em algumas situações associado ao crescimento ocorrem queda dos indicadores sociais. Daí a ideia de que, para ocorrer desenvolvimento é necessário não apenas incrementos no nível da renda, mas como estas rendas são distribuídas à sociedade. O crescimento estaria relacionado ao aumento da renda *per capita*, enquanto que, o desenvolvimento contemplaria o aumento da produção nacional acompanhado de melhorias no nível de vida da população e de transformações sociais e econômicas ocorridas na

sociedade, o que evidencia a complexidade da relação existente entre crescimento e desenvolvimento.

A fim de melhor ilustrar esta diferenciação entre crescimento/desenvolvimento, a seguir são apresentados os índices alcançados pelo Brasil referentes ao Produto Interno Bruto (PIB)³ e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, haja vista que estes índices, em grande medida expressam respectivamente crescimento e desenvolvimento de um país. De acordo com a divulgação do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2011, o Brasil obteve um PIB, de UU\$ 2.492.908 bilhões, ocupando a 6ª posição no *ranking* mundial atrás somente da França, Alemanha, Japão, China, Estados Unidos e União Europeia, podendo ser creditado grande crescimento em seu Produto Interno Bruto, haja vista que em 2009, o país posicionava-se na 8ª posição.

Entretanto, ao observarmos o IDH, mensurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), percebemos que o país ocupa a 84ª posição, com o índice de 0,718, entre os 187 países avaliados pelo índice. Com este índice o Brasil aparece entre aqueles classificados como de Desenvolvimento Humano Alto, ou seja, na segunda melhor categoria. As mudanças adotadas na metodologia pelo programa em 2011 dificultam comparações com os índices de 2010, haja vista que neste período o país saltou da 73ª posição em 2010, entre 169 países avaliados, para a 84ª em 2011. Infere-se da análise, que o Brasil apesar de apresentar crescimento, estando posicionado na 6ª posição do *ranking* mundial em PIB, está mal posicionado no Índice de desenvolvimento Humano, ocupando a 84ª posição em IDH.

Atualmente, as análises mais completas acerca das questões do desenvolvimento, além de avaliarem as variações quantitativas do produto e as melhorias em educação, saúde, nível de bem estar, entre outros, consideram a questão ambiental, pois “Com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização indiscriminada” (SOUZA, 2005, p.7-8)

Postas as questões conceituais sobre as categorias crescimento e desenvolvimento, e como este modelo tradicional não atendia mais ao todo, passou-se a valorizar a divisão espacial, com ênfase nas partes do todo, surge e então o modelo de desenvolvimento voltado para parta atender ao regional, o qual será abordado na sessão seguinte.

³ O Produto Interno Bruto se expressa pela soma de todos os bens e serviços produzidos em um território em dado período.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando três variáveis: nível de educação; longevidade; e a renda *per capita*. O índice varia de zero a um, considerando zero como nenhum desenvolvimento e um total nível de desenvolvimento humano (SOUZA, 2005).

1.1.1 Desenvolvimento Regional

A abordagem do desenvolvimento regional começa a se fazer necessária a partir do momento em que as teorias até então existentes não foram capazes de promover o desenvolvimento em todos os espaços, daí o surgimento de teorias postuladas no princípio da localização.

Até os anos de 1970, as questões regionais contaram com a influência dos modelos “do centro para baixo”, ou seja, um planejamento a nível federal direcionado a diversas regiões, associado às políticas de industrialização regional ou de localização industrial, favorecendo a urbanização de algumas cidades e promovendo desigualdades em outras áreas. Segundo Boisier (1989), as principais linhas deste paradigma “de cima para baixo”,

[...] estão associadas ao conceito da industrialização como processo motor do crescimento econômico (e da modernidade), à ideia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assume as propostas de desenvolvimento regional (BOISIER, 1989, p. 597)

As abordagens tradicionais do desenvolvimento regional seriam resultado da adequação dos governos locais às diretrizes elaboradas pelo governo central, objetivando um desenvolvimento geral. Um tratamento a nível nacional, sem considerar as particularidades locais, promovendo uma dependência em relação às decisões e ações do centro, tornando o desenvolvimento regional pouco democrático e de pouca aplicabilidade local.

Simultaneamente a estas abordagens, desenvolveram-se estratégias voltadas aos sistemas de planejamentos e com conceitos diferenciados. Dentre estas estão o conceito de “polo de crescimento”; o conceito de “causação circular cumulativa”; e, o conceito de “efeitos para trás e para frente”⁵ (AMARAL FILHO, 2001). Essas vertentes enfatizavam fatores dinâmicos da aglomeração, incorporando a complementaridade entre as firmas e setores, como fator de localização. Como exemplo pode ser citado à proposta de Myrdal quanto à decisão de localizar uma indústria:

Proporcionam-se possibilidade de emprego e rendas elevadas aqueles que se encontravam desempregados ou com empregos de baixo salário. Os negócios locais podem florescer à medida que aumente a demanda para seus produtos e serviços. A mão de obra, o capital e a iniciativa são atraídos de fora para aproveitarem as oportunidades de expansão. O estabelecimento de um novo negócio, ou a ampliação de um existente, expande o mercado para outros, como acontece, em geral, com o aumento das rendas e demandas. Os

⁵ Os conceitos citados são respectivamente de Perroux (1955); Myrdal (1957); e Hirschman (1958).

lucros em elevação aumentam as poupanças, ao mesmo tempo que elevam, ainda mais, os investimentos; tal fato aumenta, ainda uma vez, a demanda e o nível de lucros. O processo de expansão cria economias externas favoráveis à sua continuidade (MYRDAL, 1960, p. 42)

Desta forma, segundo Myrdal (1960), a decisão de localizar uma indústria pode ser favorável ao desenvolvimento geral, pois o ambiente de novas demandas promovido pela indústria cria novas oportunidades, favorecendo assim, os negócios locais.

Segundo Souza (2009), o crescimento para Perroux (1977) não acontece em todas as partes, ao mesmo tempo, mas em pontos específicos, denominado por ele de polos de crescimentos, os quais se difundirão posteriormente. Em tal proposta, segundo Souza (2009), a ideia de crescimento parte de um centro principal, que envolve direcionamentos secundários, e se fundamenta,

[...] na maximização dos efeitos de industrialização dos investimentos, em contraposição a uma política de dispersão dos recursos em todo o espaço: o volume dos investimentos em cada área e setor seria tão pequeno que seus efeitos não possuiriam a força suficiente para desencadear um processo de indução do crescimento entre setores e regiões. (SOUZA, 2009, 75).

Neste sentido, tais questões acerca da concentração e da aglomeração sempre possuíram lugar central nos modelos tradicionais da localização industrial, mas não eram capazes de explicar o processo de localização e de endogeneização regional. De acordo com Amaral Filho,

[...] as citadas teorias encontram limites ao tentar explicar o processo de localização e de endogeneização regional porque, em razão da sua escolha metodológica, não conseguem apreender a complexidade dos processos concretos e dinâmicos da concentração das atividades econômicas sobre um determinado espaço (AMARAL FILHO, 2001, p. 263).

A partir da década de 1980, há um esgotamento do paradigma “do centro para baixo”, devido principalmente à crise do modelo fordista e ao cenário sociopolítico, desencadeando novas discussões quanto à questão regional/local, pois uma proposta desvinculada das demandas locais não conseguia propiciar o crescimento local. Grande parte das mudanças em torno das questões do desenvolvimento se deve a vulnerabilidade dos modelos até então existentes, favorecendo o surgimento de modelos autosustentados. Neste sentido Lopes (2003), salienta que:

A conjunção desses fatos mostrou a vulnerabilidade dos modelos tradicionais, em função da dependência dos fatores exógenos e a fragilidade

em termos de formalização dos conceitos. Além disso, esses fatores contribuíram para o surgimento de modelos de desenvolvimento autosustentado e endógeno (LOPES, 2003, p.40).

Estas propostas de desenvolvimento não foram capazes de criar condições socialmente includentes e capazes de eliminar com as desigualdades sociais. Então, têm-se a partir deste momento diversas discussões acerca do desenvolvimento, e o surgimento das demandas locais, como melhor especificado a seguir.

1.1.2 Desenvolvimento Local

A abordagem do desenvolvimento endógeno surge como resposta ao esgotamento dos debates sobre crescimento e desenvolvimento até então existentes. Nos modelos tradicionais, o desenvolvimento recebia impulsos externos, não aproveitando as potencialidades locais, já o desenvolvimento endógeno parte do fortalecimento das relações locais. Na definição de Lopes (2003, p. 55), “Esse modelo alternativo pode ser definido como uma realização de ‘baixo para cima’, ou seja, parte-se das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo desenvolvido de ‘cima para baixo’.”

A definição de desenvolvimento endógeno assemelha-se com as propostas de desenvolvimento local, haja vista que esta se configure como um processo de desenvolvimento calcado no aproveitamento das potencialidades de cada região e no papel dos agentes locais. Neste sentido, Lopes salienta que:

[...] o desenvolvimento local busca ser a resposta proativa, propositiva aos desafios da mundialização da economia, da informação, da necessidade de gerar novos empregos, da exclusão social, da necessidade de modernização tecnológica e requalificação profissional (LOPES, 2003, p. 44).

Para tanto a abordagem busca favorecer o fortalecimento das relações internas de uma região, atribuindo aos agentes locais um papel decisivo no processo de crescimento e desenvolvimento. Segundo o autor, para se alcançar tal processo, “[...] é necessário criar um ambiente ótimo e atrativo para implantar e consolidar o desenvolvimento local sustentado, seja com a atração de novas atividades econômicas, seja pela exploração e atualização de atividades existentes” (LOPES, 2003, p. 46-47).

Considerações similares quanto ao caráter endógeno do desenvolvimento, são as de Amaral Filho (2001). Para ele, o processo de crescimento econômico implicaria em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da

capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Daí a relevância do Estado nesta nova abordagem, ao direcionar ações para aspectos específicos, desempenhando um papel importante no aproveitamento das potencialidades locais, “O Estado não deve funcionar como uma máquina, e sim como um sistema aberto; mais atento às nuances de seu ambiente, mais interativo com seus parceiros, mais sensível à informação que recebe como retorno dos utilizadores de bens e serviços.” (SABEL, 1996, apud AMARAL FILHO, 2001, p. 270).

Percebe-se com a discussão acima a importância das políticas que visam promover a estabilidade econômica e a melhoria do padrão de vida da população. Nesse sentido, o papel que as políticas públicas podem desempenhar em pequenos municípios, com a oferta de serviços públicos, como saúde e educação, além do aumento da renda, para o crescimento e posterior desenvolvimento dos mesmos, reforça o debate sobre a contribuição das transferências de renda para a redução das desigualdades sociais e para a dinamização destas economias.

O papel do Estado deve concentrar-se em alguns aspectos específicos: a) homogeneizar os incentivos para o desenvolvimento empresarial e para os investimentos; b) favorecer a consolidação das agregações municipais; c) formar uma força tarefa de especialistas; d) favorecer uma comunicação mais forte entre as regiões para estimular a circulação das idéias e competências especializadas; e) desenvolver redes infraestruturas; f) investir em economias externas e bens coletivos (CASAROTO FILHO, 1998, apud LOPES, 2003, p. 52).

Neste sentido, as estratégias propostas pelo desenvolvimento local, em grande medida eram representadas por três conceitos, como salienta Amaral Filho (2001): “*i*) o “distrito industrial”, *ii*) o “*milieu innovateur*” (ambiente inovador); e *iii*) o “cluster”.

Amaral Filho (2001) citando Pyke, Becattini e Sengenberger (1990), define o distrito industrial como um sistema produtivo local com grande número de firmas envolvidas em vários estágios e vias, na produção de produtos homogêneos. Já o ambiente inovador difere-se do distrito industrial por conferir às inovações tecnológicas certa autonomia, ou seja, o predomínio do traço inovador. “Essa corrente dispensa atenção especial para a tecnologia, dado ser essencial no processo de transformações das últimas décadas.” (AYDALOT, 1986 apud AMARAL FILHO, 2001, p. 273).

O cluster incorporaria elementos de ambas às estratégias, ampliando-se ao incorporar a possibilidade de não ficar restrito a pequenas e médias empresas. O autor de maior influência, segundo Amaral Filho (2001), seria Michael Porter (1990).

Tais estratégias de desenvolvimento reforçam a preocupação com a questão local, pensada a partir da própria realidade, e chama atenção para o papel dos agentes locais no fortalecimento das estruturas locais, pois o processo de desenvolvimento ocorre a partir das inter-relações destes agentes com o meio.

Do ponto de vista do crescimento e desenvolvimento dos municípios como podemos pontuar a questão, já que em nosso país, a grande maioria deles se insere em cenários econômicos de pouco crescimento, não possuindo na dinâmica local estrutura suficiente para desenvolverem-se? Atualmente, um novo conceito de desenvolvimento começa a ganhar espaço entre as discussões, o de desenvolvimento associado ao princípio de justiça social. Neste propõe-se um processo de inclusão social calcado na expansão do bem estar dos excluídos historicamente, como discutiremos a seguir.

1.1.3 Desenvolvimento com Equidade

O desenvolvimento com equidade consiste na promoção do desenvolvimento com justiça, buscando equiparar as desigualdades existentes e promovendo uma maior igualdade de oportunidades e de capacidades, principalmente, daqueles excluídos “da sociedade”. Conforme Delgado e Theodoro anunciam:

Este tem como ponto de partida [...] o acesso dos grupos sociais historicamente excluídos às condições produtivas, aos benefícios do crescimento e às garantias de um sistema de proteção social. Estas condições equalizadoras clamam por ações de política pública de dotação de “bens primários” e/ou “capacidades” essenciais ao desenvolvimento. (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 409)

No entanto, para a contemplação desta vertente faz-se necessário novos conceitos teóricos, pois nas abordagens tradicionais o processo de desenvolvimento considera primeiramente o crescimento econômico, deixando para segundo plano as questões da distribuição, desencadeando desta forma uma enorme exclusão social. O processo de crescimento econômico na lógica tradicional sustenta-se na perspectiva de ampliação da modernização e do desenvolvimento das forças capitalistas, desprezando aspectos sociais imprescindíveis. Uma lógica excludente, em que a concentração de renda, principalmente nos países subdesenvolvidos se apresenta cada vez mais expressiva. Neste sentido, Delgado e

Theodoro (2005), assinalam que o componente teórico presente em várias interpretações/teorias no Brasil pode ser sintetizado por algumas caracterizações:

[...] *i)* enfoque do desenvolvimento que reproduz a dualidade moderno x atrasado; *ii)* primazia do crescimento econômico como paradigma do desenvolvimento; *iii)* relativa irrelevância do paradigma da igualdade social na concepção do desenvolvimento; e *iv)* autossuficiência das teses de modernização técnica e/ ou avanço das forças produtivas capitalistas, independentemente das relações sociais nelas e por elas forjadas, como vetores do desenvolvimento (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 414-415).

Estes enfoques do desenvolvimento direcionam as ações para a ampliação da produtividade, visando sempre o aumento do produto, sem contanto considerar a distribuição de renda, ou seja, propostas de desenvolvimento que não são capazes de promover a igualdade de capacidades e de oportunidades, e que excluem cada vez mais.

Neste sentido, os autores propõem que para ocorrer desenvolvimento com justiça, faz-se necessário a junção de três elementos a saber: “*i)* forte mudança nos indicadores de desigualdade social; *ii)* mudanças nos métodos produtivos; e *iii)* ocupação dos recursos produtivos ociosos – a força de trabalho em primeiro lugar.” (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 418).

Daí a importância da esfera pública nesta nova perspectiva de desenvolvimento, pois, as ações executadas a partir do poder público vão fomentar a dinâmica produtiva, econômica e social de dada região, promovendo a inclusão de grande parte dos excluídos.

Os autores destacam ainda que o desenvolvimento com equidade deve apoiar-se em dois pilares: na política macroeconômica e nas políticas sociais. A política social e a econômica no Brasil, segundo eles, percorrem caminhos distintos, pois, apesar da Constituição de 1988 lançar meios para a universalização do desenvolvimento com justiça, com a ampliação de intervenções em áreas sociais, educacionais, de saúde entre outras, a política econômica do período pós-redemocratização (pós 1985 até os dias atuais) percorre caminho inverso, com medidas concentradoras de renda e de manutenção das desigualdades. Neste sentido, faz-se necessário o repensar da política econômica, haja vista que o desenvolvimento com equidade exige que o econômico e o social devam caminhar num processo de integração, capaz de alcançar os objetivos desejados.

Do ponto de vista histórico, segundo os autores, o Brasil a partir de 1950 experimenta um surto de crescimento, com significativas transformações sociais, entretanto, apesar do crescimento e dos padrões de produção e consumo deste período assemelhar-se aos dos países desenvolvidos, a ideia de modernização preserva práticas retrógradas, não

cumprindo desta forma com mudanças palpáveis de inclusão social, a exemplo, da não inclusão de mulheres pobres em trabalhos formais, da persistência de meninos e meninas de rua, da precária estrutura de políticas sociais, entre outros fatores que apesar de evidenciarem a modernidade expressam práticas atrasadas. Neste sentido, os autores fazem a seguinte consideração,

Daí porque, no Brasil, fala-se em modernidade ao mesmo tempo em que se reproduzem práticas e posturas as mais arcaicas. Modernidade da mulher classe média que, como sua homônima americana ou europeia, ganha espaço no mercado de trabalho, só que aqui às custas do trabalho doméstico de outra(s) mulher(es), estas últimas, mulheres pobres, que não vão para o mercado de trabalho em busca de realização profissional, tampouco de afirmação pessoal. Vão por mera necessidade de sobrevivência e, na maioria das vezes, deixam seus filhos ao léu. Vão dar aos filhos da classe média o que não podem oferecer aos seus próprios: cuidado, atenção. Repetem assim, século e meio após, a relação Casa-Grande – Senzala. É essa modernidade brasileira que vê proliferar nas ruas meninos e meninas sem futuro. Os “cheira-cola”, os pivetes, os pixotes, para os quais não há política social e nem mesmo Estado. (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 413-414)

Desta forma, modernidade e crescimento associa-se em grande maneira a reprodução do desigual, seja por falta de respostas institucionais, seja pela exclusão que tende a persistir.

Assim, Delgado e Theodoro (2005), propõem que o desenvolvimento equitativo contemplaria os excluídos socialmente, com maior acesso às condições produtivas, ao sistema de proteção ou mesmo aos benefícios do crescimento, ou seja, se alcançaria o desenvolvimento por meio da igualdade de oportunidades, haja vista a persistente situação de desigualdade social vigente em nosso país. Então, esta proposta deveria propiciar crescimento econômico com melhoria dos métodos produtivos e ocupação produtiva dos recursos ociosos, alterando desta forma, as condições de desigualdade, desemprego e baixa produtividade com a qual a sociedade convive.

Para a promoção desta perspectiva seria necessário recorrer a conceitos diferentes daqueles utilizados nas abordagens convencionais:

[...] são tomados por exemplo o conceito de “Bens Primários” e Bens Públicos” da teoria da “justiça com equidade de Rawls, assim como o conceito de “capacidades” da teoria do desenvolvimento humano de A. Sen., e, finalmente, o conceito de “Bem Público” da teoria de Estado de N. Bobbio. (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 416).

Tais conceitos serviriam para equiparar a ideia de desenvolvimento com a de justiça, apoiando-se fundamentalmente no princípio da equidade, pois a política social brasileira não é dotada de estratégias de desenvolvimento, exemplo disso, como salientam os autores, é a falta

de relações fundiárias e políticas agrícolas/ agrárias capazes de aproveitar as potencialidades do meio rural, e relações de trabalho urbano que promovam o desenvolvimento. Como na sociedade, estes bens (liberdade, direitos, renda, educação, saúde, entre outros) estão fortemente ligados à ação e regulação do Estado, cabe ressaltar a importância do gasto social e das rendas monetárias, pois estas se direcionam aos mais pobres e aos historicamente excluídos, favorecendo assim, a prática de uma política pública mais justa, com ampla igualdade de oportunidades e de capacidades entre todos. Deste modo, segundo os autores,

No contexto da política social brasileira esses bens se materializam, dentre outras, sob as formas de renda “imputada” (gasto social em educação fundamental e saúde pública), renda monetária direta (benefícios não-contributivos da Seguridade Social), ou titularidades fundiárias na reforma agrária. Como tais, esses bens afetam fundamentalmente as condições de circulação da renda social em benefícios dos mais pobres (DELGADO; THEODORO, 2005, p. 417).

Daí a relevância do gasto social e das rendas monetárias para as pequenas economias, pois em muitos casos, eles são direcionados aqueles que não possuem renda, implicando na ampliação do consumo destes beneficiários, e em ganhos econômicos. Nas palavras de Delgado e Theodoro (2005), o gasto social teria efeitos sobre o produto e a renda da economia, o que pode ser atribuído ao princípio da demanda efetiva. Outro efeito concentra-se na promoção autônoma da redistribuição da renda que o gasto pode promover aos beneficiários.

No Brasil, os avanços em gasto social começa a ocorrer a partir da Constituição de 1988, momento de grandes demandas sociopolíticas em todo o país. Segundo Pochmann (2012), no final do regime militar, o gasto representava 13,3% do PIB, com pequena elevação na década de 1990, mantendo-se estacionado até a década de 2000, quando, começa a haver um movimento de crescimento do gasto social, e este atinge 23% do PIB, promovido em grande parte por novas políticas de crescimento econômico com a distribuição das oportunidades (POCHAMNN, 2012).

O texto Constitucional foi imprescindível nesta perspectiva de mudança da política social brasileira, pois reconhece direitos sociais até então inexistentes, a exemplo de garantia de direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, assegurando-lhes o salário mínimo, o seguro desemprego, o fundo de garantia, entre outros.

Neste sentido, algumas considerações apontam para a melhoria do quadro social brasileiro, como propõem Pochmann,

Na década atual, a generalizada melhoria no quadro social no Brasil se deve à combinação de importantes fatores: a continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica, o reforço das políticas públicas, a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, a reformulação e o alargamento dos programas de transferência de renda para os estratos de menor renda, entre outras ações. (POCHMANN, 2012, p.24)

Nesta proposta de Pochmann (2012) acerca do novo cenário brasileiro, estão reunidos alguns elementos essenciais ao desenvolvimento equitativo, seja pelo caráter inclusivo promovido pelos programas de transferência de renda, seja a dimensão exercida atualmente pela política pública brasileira ao combinar fatores como a continuidade da estabilidade monetária, a expansão econômica e políticas sociais.

Destá forma, o programa Bolsa Família é uma representação bastante plausível nesta proposta de desenvolvimento equitativo, haja vista que, além de atender parcela significativa da população brasileira em situação de pobreza e extrema pobreza, o programa conta com condicionalidades nas áreas de saúde e educação, o que acaba por contribuir com igualdade, e com a oportunidade de inclusão.

Assim tem-se com as ações do programa, uma ampliação da renda dos beneficiários e da garantia de direitos sociais, provocando mudanças nos níveis de desigualdades até então existentes, o que torna a política mais justa, e também bastante condizente com a perspectiva do desenvolvimento equitativo, já que neste, busca-se as alterações na dinâmica produtiva, econômica e social, por meio da inclusão dos excluídos socialmente.

Após a explanação sobre as categorias do crescimento e desenvolvimento a categoria analítica que utilizaremos para a investigação da problemática e da hipótese do nosso trabalho será aquela que prioriza a igualdade de oportunidades e capacidades, ou seja, a proposta de desenvolvimento equitativo, pois esta é mais condizente com a perspectiva de desenvolvimento sem exclusão social, haja vista que as vertentes tradicionais, não foram capazes de alargar o desenvolvimento para todos os espaços, promovendo muitas vezes, mais concentração de renda e desigualdades sociais.

Neste sentido, o Programa Bolsa Família, objeto de estudo neste trabalho, pode estar contribuindo com a equidade social, haja vista que este programa contempla um número significativo de beneficiários, promovendo o princípio de justiça social preconizado pela vertente do desenvolvimento equitativo, já que esta proposta busca-se equalizar por meio de ações de política pública os grupos historicamente excluídos.

Se considerarmos que o programa se caracteriza como uma política social de cunho inclusivo, perceberemos o quão importante se mostra esta abordagem para o estudo aqui

desenvolvido, daí a sua relevância na análise sob a perspectiva do desenvolvimento equitativo. Assim, para uma melhor compreensão da política social, o próximo capítulo apresenta a trajetória da política social pontuando algumas experiências de Renda Mínima pelo mundo, além da política social brasileira e o Programa Bolsa Família.

2 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL: A RELEVÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA

As políticas sociais se definem como a intervenção do Estado nas questões sociais do país, com vista a melhorar as condições de vida de seus habitantes, e oferecer direitos, como educação, saúde e assistência social. Dentre os objetivos das políticas, a redução das desigualdades, pode ser considerada como um dos mais importantes, se constituindo em uma forma de ampliar o bem estar da sociedade.

Neste sentido Maia propõe que “Ao desencadear políticas sociais, o Estado procura equiparar as oportunidades entre pobres e ricos, diminuindo a distância entre esses dois grupos e permitindo que as novas gerações quebrem o ciclo da pobreza” (MAIA, 2010, p. 3). Ou seja, a utilização de políticas sociais promove reduções nas discrepâncias sociais, pois se amplia as oportunidades a todos os cidadãos.

Ao longo dos tempos, diversas foram as discussões em torno da garantia do bem estar social. A partir da constituição da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista, momento em que a massa trabalhadora passa a reivindicar direitos sociais, tem-se sinais da construção do sistema de proteção social com vista a atender aos conflitos sociais das economias capitalistas e às ideias democráticas gestadas naquele contexto.

O surgimento da proteção social, para Marques (1997), se confunde com a construção da sociedade salarial, ampliando-se de formas rudimentares e corporativas de proteção a sistemas sólidos e abrangentes, fruto do confronto de interesses entre capitalistas e trabalhadores do novo modo de acumulação disseminado pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial.

No primeiro momento, os sistemas de proteção social constituíram-se em formas de amparos, criados pelos trabalhadores assalariados da indústria, visando garantir auxílios, em caso de doença, velhice, morte e desemprego. Desta forma segundo Marques (1997), visavam alcançar dois objetivos, a saber, o de sanar com antigas formas de solidariedade, extintas quando do período das corporações de ofício e da vida no campo, e o de servir de garantia mínima aos trabalhadores, contra as vulnerabilidades do sistema.

Com o crescimento e a organização dos trabalhadores, no início do século XX, o Estado, segundo Esping-Andersen (1991 apud MARQUES 1997), passa a se responsabilizar pela organização e gestão da política social, fase que corresponde ao período Taylorista de produção, confirmando assim a relação então existente entre o Estado e as organizações dos trabalhadores.

Ainda para Marques (1997), em outro momento, após a Segunda Grande Guerra, a proteção social, apoiada ao novo modo de produção fordista de acumulação, se propõe a universalizar a cobertura para o conjunto da população, ampliando o conceito de proteção social, e expandindo a abrangência para outros segmentos da população e para os trabalhadores.

É deste período o nascimento do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), momento em que os trabalhadores assumem um papel político e revolucionário no cenário social, e que ocorrem grandes transformações nas estruturas econômicas e sociais de vários países por todo o globo. O *Welfare State* pode ser considerado como fruto das mudanças sociais e econômicas desencadeadas naquele momento, se apresentando como resposta as mudanças ocorridas na sociedade, principalmente aquelas impostas pelo novo modo de acumulação promovido pela industrialização, tendo em vistas aumentar a integração da sociedade e promover a harmonia social, através do acesso a bens e serviços. Desta forma, para Marques (1997)

[...] é perfeitamente possível se considerar o *Welfare State* como o resultado da luta dos trabalhadores na conquista de melhores condições de vida e, simultaneamente, entendê-lo como instrumento de viabilização de uma particular forma de exploração do capital sobre o trabalho (MARQUES, 1997, p.35).

As bases materiais para o desenvolvimento do Estado de Bem Estar, segundo a autora, se deve ao crescimento das economias dos países avançados e ao assalariamento da população. A construção dos sistemas de proteção teve início a partir da universalização dos benefícios à população, sendo que, “É próprio do *Welfare*, portanto, a universalização da cobertura para o conjunto da população e o alargamento do próprio conceito de proteção.” (MARQUES, 1997, p.41)

As discussões sobre política social, a partir de então, se misturaram aos modelos propostos pelo Estado de Bem Estar, evoluindo para a garantia de melhores condições de vida e bem estar da população. A noção de cidadania no período foi ampliada e aos direitos sociais incorporados a concepção de seguridade. Assim, o Estado, com as políticas sociais, passa a assumir o papel de regulador das relações e das condições de trabalho, visando o bem estar da sociedade, ou seja, há uma ampliação da ação estatal associada à participação dos indivíduos em aspectos políticos e econômicos que se convergem para propostas em torno da garantia de direitos à todos os cidadãos.

Suplicy (2010) cita a instituição de alguns sistemas de renda mínima garantida em países como Dinamarca, em 1933; Reino Unido, em 1948; na Alemanha Federal, em 1961; Bélgica, em 1974; Luxemburgo, em 1963; entre outros, o que dá sinais ao novo caráter da proteção social disseminado a partir da década de 1930. Assim, destaca o autor:

Desde os anos 30, diversos países introduziram maneiras de garantir uma renda mínima, seja na forma de benefícios às crianças, de auxílios às famílias com crianças dependentes, de suporte de renda aos idosos, aos inválidos, aos que ganham pouco, de seguro desemprego, de renda mínima de inserção ou de complexos sistemas de seguridade social. (SUPLICY, 2010, p. 85).

Nas palavras de Cardoso e Jaccoud (2005), a constituição da cidadania social se deu de forma diversificada, abrangendo não apenas a classe trabalhadora, mas toda a população por meio da ampliação dos direitos sociais, o que reafirma o papel do Estado na nova configuração da proteção social, ao garantir uma nova estratégia de enfrentamento às desigualdades na sociedade moderna.

Algumas experiências de programas sociais em países europeus como o Programa Renda de Subsistência implantado em 1957 na Alemanha e o Renda Mínima de Inserção (RMI), adotado pela França em 1989, expressam o caráter e a dimensão destas primeiras experiências.

Lavinas (1998) salienta que a finalidade do programa alemão era conceder um complemento monetário para suprir as necessidades diárias da população pobre, podendo ser requerido por aqueles que se consideravam pobres, a menos que fossem imigrantes ilegais. As exigências e o controle de permanência no programa, segundo a autora, eram diversos, destacando-se a exigência de declaração de rendimento, informações sobre posse de bens e patrimônio, entre outros. A autora ainda destaca que “as exigências de transparência são tantas e o controle tão rigoroso, que muitos requerentes potenciais retraem-se por inibição.” (LAVINAS, 1998, p. 3).

O programa adotado pela França em 1989, assegurado pelo governo central, objetiva incentivar a reinserção profissional, social e econômica da população carente, por meio da concessão mensal de um benefício. Desta forma a RMI francesa contribui para a promoção social, em que os contemplados são beneficiados com uma renda e com políticas de inserção e capacitação profissional.

O perfil dos beneficiários, segundo Paugam (1993 apud LAVINAS, 1998) reside nos grupos marginalizados, nos assistidos socialmente e nos fragilizados, que além do benefício

concedido, dispõem de auxílio moradia e cobertura integral em saúde por meio do sistema público. Para a permanência no programa não há restrições, ocorrendo suspensão quando a renda do grupo familiar supera o valor de US\$ 1 mil (salário mínimo) mensal, ou um emprego.

O cenário promovido por esta nova forma de proteção ganha dimensões cada vez maiores, culminando em novas experiências. Nos Estados Unidos, segundo Suplicy (2010), a instituição de programas sociais ocorre a partir do Ato de Seguridade Social, criado pelo Governo de Franklin D. Roosevelt em 1935, em que é instituído o Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes (*Aid for Families with Dependent Children - AFDC*), com a finalidade de conceder um complemento de renda às viúvas em dificuldades para cuidar de seus filhos e dar-lhes educação.

Suplicy (2010) também faz referências ao programa de Cupons de Alimentação (*Food Stamps*) implantado em 1964, a formulação do plano de Assistência à Família (*Family Assistance Plan - FAP*) em 1969, a aprovação em 1974 da lei que instituiu uma forma parcial de imposto de renda negativo, o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (*Earned Income Tax Credit - FITC*), que sofreu expansão em 1986, 1990 e 1993.

Na América Latina, o modelo de Bem Estar Social contempla de início setores selecionados ampliando-se gradativamente as demais categorias, semelhante ao modelo europeu. Nas palavras de Dulci (2009), a consolidação do sistema de Bem Estar Social latino americano se dá a partir da crise na década de 1930, com o desenvolvimento do modelo de “crescimento para dentro”, em que há a incorporação de novos setores à esfera do consumo, com a promoção de avanços no campo social, aspirados por pressões da classe trabalhadora, e pela ampliação do acesso da população a serviços como previdência e saúde. Assim, Dulci propõe que,

Direitos trabalhistas e sociais foram introduzidos para regular esse processo de inclusão. No campo social, os sistemas de proteção abrangiam tipicamente o acesso à previdência (aposentadorias e pensões) e a serviços de saúde. Eram avanços importantes, mas que alcançavam apenas uma parcela da população - aquela vinculada ao mercado de trabalho formal, com contratos definidos de emprego e contribuição regular aos fundos de previdência (DULCI, 2009, p.3).

A formação da proteção social sempre esteve vinculada às relações trabalhistas, ampliando-se a cobertura de acordo com as próprias demandas sociais. Segundo o autor, Esping-Andersen (1990) qualificou o modelo latino americano de corporativo diferenciando-o daquele de tradição liberal e do modelo socialista. O modelo liberal previa a assistência aos

necessitados, o que muito se assemelha a proposta de Renda Mínima, enquanto para os socialistas a garantia social deveria ser universal e pública.

A partir da década de 1980, os problemas de pobreza e desigualdade existentes na América Latina foram agravados pela grande instabilidade financeira, provocando profundas transformações econômicas e sociais, percebidas principalmente no mercado de trabalho, haja vista o número cada vez mais significativo de desempregados e de trabalhos precários entre homens e mulheres. Nesse sentido Afonso salienta que,

A situação foi agravada com as décadas perdidas ao final do século passado em que o crescimento econômico apresentou um comportamento medíocre e os programas de estabilização limitaram em muitos casos a atuação estatal em torno das políticas sociais clássicas, como educação e saúde. Em resposta a esses problemas, ora estruturais, ora conjunturais, foram lançados e ampliados programas estatais de assistência social visando atender as camadas mais pobres da população, com renda pessoal abaixo da linha de pobreza, dependendo do conceito privilegiado em cada país. (AFONSO, 2006, p. 63-64.)

Assim, os ideais neoliberais, com proposta de reforma do Estado, começam a tomar forma com ajustes econômicos e financeiros, promovendo no campo social o redesenho de novas políticas⁶.

Programas como o Programa Mexicano Oportunidades são apontados por Dulci (2009) como experiência pioneira em transferência de renda, servindo de referência a demais países. O objetivo do programa segundo o autor é auxiliar na quebra da transmissão da pobreza, via transferências de recursos às famílias pobres, se constituindo em uma política de longo prazo. Para o recebimento do benefício é necessário comparecimento à escola e a sessões de educação e saúde, além de acompanhamento de exames de saúde.

O programa foi criado em 1997 com o nome de Progresa, contando com os seguintes benefícios:

[...] transferência de renda para consumo de alimentos; suplementos nutricionais para crianças pequenas, mulheres grávidas e nutrízes; acesso a serviços primários de saúde; bolsa de estudos do 3º ao 12º ano; incentivos monetários adicionais para passar da escola secundária para a média; incentivos do mesmo tipo, para concluir o nível médio; transferência de renda para idosos (DULCI, 2009, p. 6-7).

Para Dulci (2009), a experiência mexicana se configura como ferramenta importante de aprendizagem para outros países, haja vista sua abrangência.

⁶Principalmente as políticas de curto prazo de caráter assistencialista e focalizado.

Outras iniciativas na América Latina são destacadas por Suplicy (2010), entre elas, o programa *Asignación Familiar* implantados no Uruguai, no Chile e na Argentina. Consideradas como experiências bem sucedidas de renda mínima, o programa destina-se a contemplar com uma renda os trabalhadores do mercado formal que tenham crianças frequentando a escola. Em 1988, a RMI foi instituída na Guiana Francesa, em Guadalupe e na Martinica, contemplando segundo o autor 18% da população em 1991. Já o Programa Bolsa Escolar foi instituído na Venezuela em 1989, com a finalidade de atender as crianças carentes que frequentem a escola. Ao longo de sua atuação, o programa sofreu alterações, sendo que em 1991 foi adicionado o bônus cereal e o bônus leite. Em 1996, houve a substituição pelo Programa de subsídio familiar.

Cabe salientar que estes perfis de programa visam minimizar os níveis de pobreza, compensando em alguma medida perdas passadas. Nesse sentido, as considerações acerca da experiência brasileira em Política Social se fazem necessárias para dimensionar em que medida programas como o Bolsa Família pode ser considerados alavancas do crescimento e desenvolvimento.

2.1 A experiência brasileira de política social: dos anos 1930 ao Bolsa Família

No Brasil, o sistema de proteção social começa a dar sinais de constituição a partir da década de 1930, período de grandes transformações socioeconômicas no país. Neste momento, segundo Silva et al. (2011), o Estado passa a assumir e regulamentar áreas como educação, saúde, previdência, entre outras, sendo promotor da comunidade de interesses e o responsável pela promoção do bem estar social.

Não diferente de outros países, a atuação do Estado nas questões sociais tem origem com o surgimento da classe trabalhadora urbana e com os conflitos entre a relação capital-trabalho, período da industrialização brasileira. Com o novo sistema de proteção, buscou-se a regulamentação do trabalho assalariado, garantindo aos trabalhadores a cobertura dos riscos, através da concessão de benefícios. Contudo, os benefícios possuíam alcances limitados, excluindo a população não participante do processo produtivo.

As décadas seguintes foram marcadas por fragilidades e por disputa de interesses entre as classes da sociedade, no entanto a proteção social busca consolidar-se influenciada por essas novas demandas sociais. Neste sentido,

Esse Sistema de Proteção Social avançou rumo a sua consolidação e expansão durante as décadas de 1970 e 1980, sob a orientação do autoritarismo da ditadura militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio, aliada à grande demanda posta na conjuntura anterior. Ampliam-se os programas como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 26)

Desta forma, estas décadas se configuram como um período de novas demandas sociais, marcado pela ampliação dos direitos sociais e pela participação efetiva do cidadão nas questões sociais, políticas e econômica do Brasil.

Ao considerar a década de 1980, Cardoso e Jaccoud (2005) salientam ser este um período significativamente importante para um conjunto de políticas sociais, ou seja, um período de reformulação com impactos positivos sobre a organização do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS), principalmente no que tange a ampliação da cobertura dos contemplados.

Com a Constituição de 1988, e devido principalmente à ampliação dos direitos sociais e a concepção de cidadania gestada no período anterior, a proteção social no Brasil associa-se ao campo da assistência social, consolidando-se em uma profunda transformação: do padrão da proteção social vigente, de uma tradição de subsidiariedade, ajuda e filantropia, para uma cobertura que se materializa em avanços na área dos direitos sociais, e na busca da universalização do Estado de Bem Estar Social.

Neste momento a Assistência Social juntamente com Previdência Social e a Saúde, assume a centralidade do sistema, tendo por princípio a garantia dos direitos sociais aos cidadãos, e seu amparo legal na Constituição Federal, como bem colocado nos artigo 5º e 6º da própria Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, [...].

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, [...]. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A nova Constituição passa a reconhecer a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, estabelecendo como direitos a assistência aos grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, deficientes e a maternidade, assim “[...] a assistência será

prestada a quem dela necessitar, incluindo o público-alvo, a família.” (CARDOSO JR; JACCOUD, 2005, p. 219).

Neste cenário de redemocratização vivido pelo Estado brasileiro propõe-se a criação de um sistema integrado e articulado de políticas públicas, no entanto, a década de 1990, segundo Silva et al. (2011), se apresenta como um período contraditório quanto ao Bem Estar Social no Brasil, pois apesar do plano político-institucional avançado garantido pela Constituição Brasileira de 1988 e pelo estabelecimento da seguridade social, havia também neste momento uma postura restritiva com rebaixamento no corte de renda para fixação da linha de pobreza, ao contemplar os beneficiários de programas sociais.

É deste período a orientação do Estado Brasileiro pelos ideais neoliberais, com o objetivo de inserir a economia brasileira à competitividade internacional. Para Silva et al. (2011), o Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS) na década de 1990 sofre um desmonte,

Assim, esse perfil das políticas sociais brasileiras é aprofundado pela política neoliberal dos anos 1990, ampliando as marcas de uma proteção social meramente compensatória e residual, orientada pela agenda de reforma dos programas sociais na América Latina, sob orientação dos organismos internacionais nos anos 1980. (SILVA; YAZBE; GIOVANNI, 2011, p. 31).

Em uma análise sobre os antecedentes dos Programas de Transferência de Renda, estes mesmos autores fazem referências a experiências bem sucedidas de programas adotados em nosso país, entre eles, a instituição do Salário Mínimo em 1934, do Seguro Desemprego em 1986, a instituição do Abono Salarial e a aposentadoria do Trabalhador Rural.

Mas é com o Projeto de Lei nº 80/1991, do Senador Eduardo Suplicy, que o debate em torno dos Programas de Transferências de Renda ganha expressão e assume a centralidade das discussões em torno dos mínimos sociais. Com a aprovação do projeto, tem-se um debate específico sobre programas de Transferência de Renda com implantações em âmbito nacional, estadual e municipal. Outra fonte do debate data da promulgação em 1993 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que instituiu uma nova política no campo da assistência social, tendo como público alvo crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade.

A concretização do debate, segundo Silva et al. (2011), ocorre a partir de 1995, com a implantação de programas com denominações de Renda Mínima ou Bolsa-Escola, nas cidades de Campinas - SP, Ribeirão Preto - SP e em Brasília – DF, em que as transferências

de renda associavam-se a contrapartidas em educação e saúde, tendo em vista reduzir a pobreza e fortalecer as relações do grupo familiar.

A partir de 2001, há uma expressiva expansão das políticas de transferência direta de renda a nível federal destinado a população pobre, constituindo-se em elementos fundamentais do SBPS. O objetivo fundamental dos programas reside no alívio da pobreza, por meio de um conjunto articulado de ações em áreas como educação, saúde e trabalho. Dentre os programas adotados em nosso país, podem ser citados, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Programa Cartão-Alimentação e o Programa Bolsa Família (PBF).

Silva *et al.* (2011) apresenta a Aposentadoria Rural como uma das propostas da Constituição Federal de 1988 que nos dias atuais se configura como uma importante política de Transferência de Renda, haja vista seu alcance e flexibilidade quanto ao tempo de contribuição. Esse tipo de benefício contempla famílias rurais, homens de 60 anos e as mulheres de 55 anos, com uma aposentadoria de um salário mínimo. Segundo a autora, este tipo de benefício se constitui como principal política de combate à pobreza no campo, envolvendo grande volume de recursos investidos.

Outra experiência do governo federal foi à criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996, com a denominação de Vale Cidadania. Implantado inicialmente em Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia, com o objetivo de retirar crianças e adolescentes do trabalho considerado perigoso ou degradante. Desta forma o programa é uma parceria entre estados, municípios e a própria comunidade, com o objetivo principal de erradicar o trabalho infantil, principalmente em atividades perigosas e degradantes.

Nesse sentido, o PETI é mantido como um programa que articula um conjunto de ações com o objetivo de retirar crianças e adolescentes de até 16 anos de práticas de trabalho infantil, exceto aqueles em situação de aprendiz a partir dos 14 anos. Integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), configurando-se mediante três eixos: transferência direta de renda a famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar, desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 111).

Segundo Silva et al. (2011), a portaria GM/MDS n° 666, de 06 de dezembro de 2005, integra o PETI ao Programa Bolsa Família, o que tende a promover uma maior racionalização da gestão e dos recursos, e uma maior abrangência do programa.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988 e assegurado pela LOAS, consiste na concessão de um benefício no valor de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos de idade ou mais e aos portadores de deficiência que possuam renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo, e que não estejam vinculados ao regime da previdência social e não recebam benefícios de nenhuma espécie. Medeiros et al. (2007), complementa que,

Em termos de exigibilidade legal, o BCP é um direito social claramente definido na Constituição e na legislação ordinária de sua regulamentação. Todos os indivíduos que satisfazem os critérios de seleção do programa podem receber o benefício, inclusive exigindo-o judicialmente (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 9).

Desta forma, o BPC-LOAS se apresenta como importante ferramenta do sistema de proteção brasileiro, com um montante de recursos e quantidade de beneficiários bastante expressivos, além de expressar as mudanças na política social do país.

No âmbito dos programas vinculados à educação, merece destaque o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa Escola", instituído pela Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 3.823 de 28 de maio de 2001, sendo substituto do então Programa de Garantia de Renda Mínima, criado em 1997. Segundo Silva et al. (2011), o Bolsa Escola tinha como meta beneficiar 10,7 milhões de crianças e adolescente entre 06 e 15 anos e 5,9 milhões de famílias, se propondo a ser um programa universal, contando para tanto com o envolvimento de diversos seguimentos,

A perspectiva descentralizada e participativa que diz orientar o “Bolsa-Escola” colocava competências específicas para os diferentes sujeitos envolvidos no processo de elaboração e implementação da política, destacando-se a União, mediante o Governo Federal, os municípios, através das prefeituras, a comunidade, representada pelos conselhos de Controle Social e as escolas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 117).

O Bolsa Escola, segundo os autores tinha como objetivos principais, possibilitar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, contribuindo para o combate ao trabalho infantil e para a elevação da qualidade de vida das famílias pobres, alcançando em 2002 uma grande dimensão em termos quantitativos de público atendido e de recursos alocados.

Em 2001 foi implantado o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação, com a finalidade de reduzir a mortalidade infantil e as deficiências nutricionais das famílias pobres brasileiras. Nas palavras de Silva et. al. (2011), “Era uma

complementação da renda familiar, com recursos da União, para a melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição.” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 120).

Um programa vinculado ao Ministério da Saúde, que além do benefício, exigia-se o acompanhamento dos beneficiários por uma equipe do Programa Saúde da Família, pelos Agentes Comunitários de Saúde e por uma Unidade Básica de Saúde. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 121).

Também com a finalidade de atender famílias pobres, foi criado o Programa Auxílio-Gás, um programa instituído pelo decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002, com a finalidade de subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda. Coube ao Ministério de Minas e Energia a responsabilidade de coordenação, acompanhamento, avaliação e controle das atividades necessárias à execução deste programa.

O Cartão-Alimentação foi instituído pela medida provisória nº 108, de 27 de Fevereiro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 4.675 de 16 de abril de 2003, tendo em vista garantir, a pessoas em situação de insegurança alimentar, recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie. A implantação do programa segundo Silva et.al. (2011), teve como prioridade os municípios da região do semiárido brasileiro, e as áreas cuja população estivesse sujeitas a insegurança alimentar, como as aldeias indígenas, os moradores dos lixões, os remanescentes de quilombos, os acampamentos e assentamentos rurais.

Propondo uma maior racionalização e articulação entre as ações referentes aos Programas de Transferências de Renda, foi instituída em outubro de 2003, a proposta de unificação de quatro programas federais (Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação) ao Cadastro Único do Governo Federal, criando assim, o Programa Bolsa Família. Com o programa propõe-se uma melhor gestão dos recursos e das ações em torno da ampliação dos beneficiários.

Neste sentido, as discussões em torno dos mínimos sociais em nosso país datam um momento de grandes mudanças políticas, sociais e econômicas vividas por nosso Estado, podendo ser representadas em cinco momentos distintos, como apresentado por Silva e Lima,

O primeiro momento em 1991, quando o então senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresentou o Projeto de Lei nº 80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM); seguido do período (1991-1993), quando Camargo⁷ propõe uma transferência monetária às famílias que possuem crianças de 0 a 16 anos frequentando a escola; O terceiro momento, com início em 1995, com as experiências pioneiras nas cidades de Campinas - SP, Ribeirão Preto - SP, Santos - SP e em Brasília - DF; O quarto

⁷ José Márcio Camargo, autor de Pobreza e garantia de renda mínima (1991).

momento, ocorreu a partir 2001, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a expansão dos programas federais criados em 1996, o BPC e o PETI, e com a criação de novos programas, entre eles, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Bolsa Renda, e o Vale Gás. Neste momento houve a ampliação do debate de uma Renda de cidadania para todos os brasileiros; O último momento proposto, teria início em 2003, quando o então Presidente Luiz Inácio, criou o Fome Zero, com o objetivo de enfrentar a fome e a pobreza no Brasil, e propõem a unificação de todos os programas até então existente no Programa Bolsa Família. (SILVA; LIMA, 2010, p.19-23).

Entretanto, a partir da criação do programa Bolsa Família em 2003, tem-se um expressivo aumento do número de beneficiários e do volume de recursos destinados às ações do programa. Segundo nota técnica do MDS (2010), o programa em 2009 distribuiu 12.370.915 benefícios, atendendo todos os municípios brasileiros, com um volume de recursos de R\$ 12.737.694.040,00. Para melhor dimensionar o programa, no próximo item será realizada a sua caracterização, evidenciando a abrangência, as ações de fiscalização, condicionalidades e os principais resultados do programa.

2.2 Programa Bolsa Família

No âmbito da proteção social brasileira, o Programa Bolsa Família se apresenta como o maior programa de transferência de renda do país, tanto em número de beneficiários quanto de recursos repassados aos contemplados, garantindo uma renda monetária aos beneficiários e objetivando romper o ciclo da pobreza.

Neste sentido, segue-se a caracterização do Programa Bolsa Família, abordando o surgimento, bem como sua abrangência, tanto em termos de quantidade de beneficiários, quanto em valores repassados. Serão apresentadas as principais condicionalidades exigidas para permanência no programa, e os meios de fiscalização utilizados para o controle do programa. No item seguinte, estão alguns resultados já constatados sobre a relevância do programa, e por fim serão feitas considerações sobre abrangência do programa no município de Planalto, haja vista ser um pequeno município com um número expressivo de beneficiários.

2.2.1 Caracterização e Dimensão do Programa

O Programa Bolsa Família tem promovido efeitos relevantes para redução da pobreza e a diminuição das desigualdades nos últimos tempos em nosso país, sendo

considerado por muitos como importante ferramenta para a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, na sociedade brasileira.

Instituído pela medida provisória n° 132, em 22 de outubro de 2003, a qual previa a unificação de quatro programas federais já existentes, foi transformado na Lei de n° 10.836, em 9 de janeiro de 2004. O PBF foi regulamentado pelo decreto n° 5.209 de 17 de setembro de 2004, tornando-se estratégia de enfrentamento da fome no Brasil.

O programa é parte integrante do Fome Zero⁸, cuja estratégia se desenvolve em torno de quatro eixos estratégicos (Eixo 1- referente ao acesso a alimentos, Eixo 2- fortalecimento da agricultura, Eixo 3- geração de renda, Eixo 4- articulação, mobilização e controle social). O Bolsa Família pertence ao eixo 1 desta estratégia, e tem como objetivos principais:

- a) combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; b) promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; c) apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; d) combater a pobreza e a desigualdade; e, e) incentivar que vários órgãos do poder público trabalhem juntos nas políticas sociais que ajudem as famílias a superarem a condição de pobreza. (MDS, 2006, p. 6)

O intuito do programa não se restringe apenas a combater a fome e a pobreza, mas a possibilidade da inclusão social, com ações associadas nas áreas de saúde e educação, oferecendo aos beneficiários, acesso e acompanhamento e esses serviços.

Silva e Lima (2010) consideram o PBF como o maior programa de transferência de renda do país⁹, o qual assume a centralidade do Sistema de Proteção Social. O programa pode ser considerado o maior tanto pela abrangência geográfica, quanto pelo total de famílias atendidas e pelo montante de recursos alocados. Somente em setembro de 2010, segundo as autoras, foram atendidas 12.769.155 milhões de famílias pobres e extremamente pobres em todos os municípios brasileiros, com uma cobertura de 98,26%, confirmando assim a expansão do programa desde sua criação em 2004.

O Bolsa Família é resultado da unificação de alguns programas de apoio social desenvolvidos no país antes do ano de 2003 (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa Nacional de Acesso de Alimentação), com a finalidade de agrupar os procedimentos de gestão e a execução das ações governamentais em um único programa.

⁸ Segundo o sítio governamental: “O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome” (FOME ZERO, 2011).

⁹ São exemplos de Programas de Transferências de Rendas praticados atualmente no Brasil, O Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros.

Com a unificação propõem-se a correção de problemas operacionais como duplicidade de benefícios, e um melhor gerenciamento das ações desenvolvidas, por meio do uso de ferramentas mais avançadas.

Para Silva e Lima (2010), com a unificação tem-se uma maior racionalização e simplificação de acesso ao programa, o que facilita o foco da política para a família como um todo, havendo desta forma uma maior focalização dos assistidos, o que eleva a efetividade da ação no combate à fome e alívio da pobreza.

A proposta do Programa é conceder um benefício e atuar na promoção do acesso a serviços básicos, como educação e saúde para o grupo familiar, contribuindo assim para o rompimento do ciclo da pobreza. Neste sentido, Silva et al.(2011) enfatizam que o desenho das transferências monetárias remetem ao acesso à políticas universais, principalmente nas áreas de Educação e Saúde.

Para serem contemplados com o benefício do Bolsa Família o grupo familiar deve estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), um instrumento que identifica e caracteriza as famílias, permitindo conhecer a realidade socioeconômica de todo o núcleo familiar. O cadastramento é realizado pelos municípios, os quais devem possuir uma equipe de entrevistadores e operadores responsáveis pelo acolhimento e transmissão dos dados.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propõe que a coleta dos dados seja realizada por visita do entrevistador à residência da família, pelo deslocamento da família até o local do cadastramento e ou por meio de ações de mobilização social, solicitada pela gestão municipal do CadÚnico, cabendo a esta definir qual a melhor opção para o efetivo cadastramento.

Para o cadastro são exigidos documentos pessoais, como Documento de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Título Eleitoral do responsável familiar e dos demais membros residentes no domicílio. Após a coleta e transmissão, os dados são processados e incluídos na base nacional do programa, sendo atribuído um Número de Identificação Social (NIS) à família cadastrada. É necessário ainda, a cada dois anos, ou quando da mudança de domicílio, que os dados cadastrais do grupo familiar sejam atualizados, para que fraudes sejam evitadas e para que se tenha maior transparência no processo, oferecendo assim uma maior credibilidade na manutenção e gerenciamento dos dados.

Por meio do CadÚnico, que é uma base de dados com informações de todas as unidades familiares cadastradas, o governo identifica o perfil das famílias cadastradas e seleciona aquelas de maior necessidade. Dentre as informações que compõem o cadastro estão a:

a) identificação da família e de cada pessoa que faz parte da família; b) característica da família; c) identificação da casa da família e suas características; d) renda da família; e) gasto da família; f) bens da família; e g) participação em programas sociais, entre outras. (MDS, 2006, p. 11).

Para a seleção dos beneficiários, o MDS utiliza como critério a renda familiar por pessoa, atendendo famílias extremamente pobres, com renda *per capita* de até R\$ 70,00 e famílias pobres com renda *per capita* entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00. O atendimento das famílias extremamente pobres independe da composição familiar e da idade dos membros, entretanto, entre as famílias consideradas pobres, somente são contempladas as que possuem gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos, com valores do benefício variando entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00, em função da renda mensal familiar por pessoa e do número de crianças e adolescentes de até 17 anos.

O Programa Bolsa Família dispõe de quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ) e o variável de caráter extraordinário (BVCE). Cada tipo de benefício contempla um perfil de família, o básico atende as famílias extremamente pobres, mesmo que não possuam crianças e adolescentes, concedendo uma transferência no valor de R\$ 70,00 para o grupo familiar.

O benefício variável, contempla as unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza que possuam gestantes, nutrizes, crianças (0 à 12 anos), ou adolescentes de até 15 anos, concedendo até cinco benefícios por família. As famílias beneficiárias que possuem adolescentes entre 16 e 17 anos frequentando a escola, são contempladas com o benefício variável vinculado ao adolescente.

As famílias que sofreram perdas financeiras quando da migração de outros Programas (Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e PNAA) para o Bolsa Família, são contempladas com o benefício variável de caráter extraordinário (BVCE). As tabelas a seguir melhor especificam o tipo e o valor do benefício concedido às famílias pobres e extremamente pobres:

Tabela 1 - Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70,00 por pessoa

| Número de Crianças e Adolescentes de até 15 anos | Número de Jovens de 16 e 17 anos | Tipo de Benefício | Valor do Benefício |
|--|----------------------------------|------------------------------|--------------------|
| 0 | 0 | Básico | R\$ 70,00 |
| 1 | 0 | Básico + 1 variável | R\$ 102,00 |
| 2 | 0 | Básico + 2 variáveis | R\$ 134,00 |
| 3 | 0 | Básico + 3 variáveis | R\$ 166,00 |
| 4 | 0 | Básico + 4 variáveis | R\$ 198,00 |
| 5 | 0 | Básico + 5 variáveis | R\$ 230,00 |
| 0 | 1 | Básico + 1 BVJ | R\$ 108,00 |
| 1 | 1 | Básico + 1 variável + 1 BVJ | R\$ 140,00 |
| 2 | 1 | Básico + 2 variáveis + 1 BVJ | R\$ 172,00 |
| 3 | 1 | Básico + 3 variáveis + 1 BVJ | R\$ 204,00 |
| 4 | 1 | Básico + 4 variáveis + 1 BVJ | R\$ 236,00 |
| 5 | 1 | Básico + 5 variáveis + 1 BVJ | R\$ 268,00 |
| 0 | 2 | Básico + 2 BVJ | R\$ 146,00 |
| 1 | 2 | Básico + 1 variável + 2 BVJ | R\$ 178,00 |
| 2 | 2 | Básico + 2 variáveis + 2 BVJ | R\$ 210,00 |
| 3 | 2 | Básico + 3 variáveis + 2 BVJ | R\$ 242,00 |
| 4 | 2 | Básico + 4 variáveis + 2 BVJ | R\$ 274,00 |
| 5 | 2 | Básico + 5 variáveis + 2 BVJ | R\$ 306,00 |

Fonte: MDS (2011)

Tabela 2 - Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa

| Número de Crianças e Adolescentes de até 15 anos | Número de Jovens de 16 e 17 anos | Tipo de Benefício | Valor do Benefício |
|--|----------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| 0 | 0 | Não recebe benefício básico | - |
| 1 | 0 | 1 variável | R\$ 32,00 |
| 2 | 0 | 2 variáveis | R\$ 64,00 |
| 3 | 0 | 3 variáveis | R\$ 96,00 |
| 4 | 0 | 4 variáveis | R\$ 128,00 |
| 5 | 0 | 5 variáveis | R\$ 160,00 |
| 0 | 1 | 1 BVJ | R\$ 38,00 |
| 1 | 1 | 1 variável + 1 BVJ | R\$ 70,00 |
| 2 | 1 | 2 variáveis + 1 BVJ | R\$ 102,00 |
| 3 | 1 | 3 variáveis + 1 BVJ | R\$ 134,00 |
| 4 | 1 | 4 variáveis + 1 BVJ | R\$ 166,00 |
| 5 | 1 | 5 variáveis + 1 BVJ | R\$ 198,00 |
| 0 | 2 | 2 BVJ | R\$ 76,00 |
| 1 | 2 | 1 variável + 2 BVJ | R\$ 108,00 |
| 2 | 2 | 2 variáveis + 2 BVJ | R\$ 140,00 |
| 3 | 2 | 3 variáveis + 2 BVJ | R\$ 172,00 |
| 4 | 2 | 4 variáveis + 2 BVJ | R\$ 204,00 |
| 5 | 2 | 5 variáveis + 2 BVJ | R\$ 236,00 |

Fonte: MDS (2011)

A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que disciplina o PBF, atribui à Caixa Econômica Federal (CEF) a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, cabendo a esta instituição, desenvolver o Sistema de Cadastro Único (CadÚnico), realizar o processamento dos dados cadastrais, além de ser responsável pelo envio dos formulários aos municípios, fornecimento do cartão magnético e pagamento dos benefícios.

O cartão magnético oferece ao cidadão, além do saque do benefício Bolsa família, acesso a outros serviços vinculados à plataforma social, entre eles, consulta a extratos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), saldos e saques do Programa de Integração Social (PIS), recebimento do seguro desemprego e do abono salarial.

2.2.2 Condicionalidades

O programa tem como característica a exigência de condicionalidades, ou seja, propõe-se a transferência de renda atrelada a contrapartidas em educação e saúde às famílias atendidas, configurando-se em um contrato com responsabilidades complementares, em que as famílias se comprometem a cumprir uma agenda mínima nas áreas mencionadas. Neste sentido, Medeiros et al. (2007) salientam que uma das inovações do Bolsa Família, assim como os programas antecessores, é aliar o alívio da pobreza, por meio da transferência, com os incentivos em saúde e educação:

[...] a exigência de condicionalidades, também chamada de contrapartidas ou co-responsabilidades das famílias, tem como objetivo incentivar a demanda por serviços sociais como saúde e educação e ampliar o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços. (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p.16-17).

Dentre as contrapartidas exigidas às famílias, estão a frequência regular de crianças e adolescentes à escola, assistência preventiva à saúde de crianças e gestantes, além da participação em programas de orientação nutricional. Para o MDS (2011) é dever do poder público ofertar serviços públicos em saúde, educação e assistência social, sendo de responsabilidade das famílias o cumprimento destas condicionalidades para permanência no programa. Entre as contrapartidas destacam-se:

- Devida matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos;
- Frequência de 75% para os estudantes entre 16 e 17 anos;

- Acompanhamento da vacinação, do crescimento e do desenvolvimento das crianças menores de 7 anos;
- Acompanhamento das mulheres na faixa de 14 a 44 anos;
- Realização de pré-natal e acompanhamento da saúde e do bebê para as gestantes ou nutrizes (lactantes);
- Acompanhamento de crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

O descumprimento das condicionalidades por parte das famílias corresponde a sanções, que variam entre o bloqueio, a suspensão ou mesmo o cancelamento do benefício.

2.2.3 Fiscalização e Controle

A fiscalização do Programa Bolsa Família tem como objetivo garantir a eficiência, eficácia, efetividade e transparência do programa, assegurando desta forma que os benefícios cheguem às famílias em conformidade com as normas. Para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, prever que a fiscalização ocorra por meio de:

- ações de fiscalização *in loco* e à distância com base no cruzamento de dados do CadÚnico para Programas Sociais;
- ações desenvolvidas pelas Instâncias de Controle Social do Bolsa Família (ICSs), que devem acompanhar as atividades desenvolvidas pelo gestor municipal;
- auditorias e ações de fiscalização que também são realizadas pelas instituições de controle interno e externo do Poder Executivo.

A atuação da Rede Pública de Fiscalização (RPF) ocorre por meio de convênios entre o MDS, o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Cada órgão possui responsabilidades próprias de fiscalização, desenvolvendo um trabalho conjunto, tendo em vista, fortalecer as ações voltadas à execução do Bolsa Família.

As denúncias referentes ao programa são recebidas pelos órgãos integrados da rede Pública de fiscalização, pela central de atendimento, por mensagens via e-mail, por atendimento pessoal ou por carta, pela ouvidoria da Caixa Econômica Federal e pela Polícia Federal, depois são repassadas e examinadas pelo MDS. De acordo com a gravidade dos fatos são adotadas medidas cabíveis à distância, junto ao Ministério, ou por meio dos municípios. O

Ministério tem como função encaminhar aos municípios os resultados das auditorias realizadas na base de dados do CadÚnico, com orientações de solução para os problemas encontrado, garantindo assim a confiabilidade na fiscalização. O controle e a participação social do PBF devem ser de responsabilidade do poder municipal, por meio da atuação de um conselho ou comitê.

Tendo em vista medir a qualidade da gestão do Bolsa Família em nível estadual e municipal e promover o apoio ao programa, em 2006 foi implantado pelo MDS, o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), por meio da portaria MDS 149/06 e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), pela portaria MDS 256/10. Estes índices visam avaliar o desempenho dos estados e municípios na gestão do programa, levando em consideração informações sobre a qualidade do CadÚnico (validade e atualização dos cadastros) e o acompanhamento das condicionalidades em saúde e em educação, além do volume de recursos.

O ministério, por meio destes instrumentos, busca aprimorar e contribuir para um melhor gerenciamento dos dados e da execução do Programa, oferecendo uma maior transparência na execução das ações do Bolsa Família.

2.3 Resultados e Críticas ao Programa

Em Nota Técnica sobre o Financiamento da Assistência Social no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no ano de 2010, apresentou que entre 2004 e 2009 o volume de recursos investidos no PBF teve um aumento real de 91,6%. Somente em 2009 os beneficiários do programa somavam 12.370.915 famílias. Apesar de ter ocorrido crescimento do montante de recursos transferidos as famílias, o número de beneficiários não acompanhou tal progressão, alcançando um crescimento de somente 88,1% do número de famílias. A nota credita tais reduções às atualizações da estimativa de famílias pobre, e devido as constantes auditorias realizadas nas informações das famílias inscritas no CadÚnico, no período em análise.

A tabela a seguir traz a quantidade de famílias contempladas por regiões brasileiras entre 2004 e 2009, e a evolução total dos beneficiários do programa em nosso país apresentados pela nota técnica.

Tabela 3 – Número de Famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família por regiões brasileiras (2004-2009)

| Regiões | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Centro Oeste | 292.405 | 454.963 | 611.290 | 605.880 | 606.932 | 676.500 |
| Nordeste | 3.320.446 | 4.355.774 | 5.556.913 | 5.639.282 | 5.684.179 | 6.207.633 |
| Norte | 527.652 | 713.345 | 1.044.228 | 1.097.593 | 1.135.048 | 1.285.567 |
| Sudeste | 527.652 | 2.394.660 | 2.953.229 | 2.945.575 | 2.944.814 | 3.105.229 |
| Sul | 700.664 | 1.023.430 | 1.064.204 | 1.006.494 | 982.472 | 1.095.986 |
| Total | 6.571.842 | 8.942.172 | 11.229.864 | 11.294.824 | 11.353.445 | 12.370.915 |

Fonte: MDS/SENARC (2010)

Como pode ser observado, o maior número de benefícios concentra-se na Região Nordeste do país para todo o período em análise, o que evidencia a carência da região em termos de renda. Somente no ano de 2009 a região era detentora de 6.207.633 benefícios, ou seja, 50,18% do total, seguida da Região Sudeste com 25,10%, Região Norte com 10,39%, Região Sul com 8,86% e Região Centro Oeste com 5,47% do total. O total de beneficiários do sudeste é bastante expressivo se considerado a grande concentração produtiva desta região. (MDS, 2010)

A importância do Bolsa Família em termos econômicos é analisada por vários autores, em que são consideradas as mais diversas variáveis. Em Marques (2005), é analisada a importância do programa nos municípios brasileiros. Para a análise, a autora definiu uma amostra representativa dos municípios brasileiros¹⁰, estabelecendo critérios de localização geográfica, porte populacional, nível de pobreza, atividade econômica predominante e a relação população urbano-rural¹¹.

¹⁰ Dentre os municípios brasileiros, 4.896 foram distribuídos em 119 grupos distintos, em que 21 deles possuíam apenas 1 município, sete agrupavam dois municípios, 8 grupos com três municípios, e os 83 restantes, agrupavam quatro ou mais municípios. Desta amostra foram excluídos os grupos com um município, e selecionado um em cada grupo restante, formando uma amostra com 98 municípios. Segundo Marques, “Em 2000, encontravam-se instalados no Brasil 5.507 municípios. Destes, encontramos informações completas, disponíveis no sítio do IPEA, para os cinco critérios adotados, para 4.970 municípios (www.ipeadata.gov.br). Entretanto como foram instalados 154 novos municípios em janeiro de 2001 (última data, até 2004, de instalação de novos municípios no Brasil), foram excluídos desse universo, 74 municípios que deram origem aos novos em 2001” (MARQUES, 2005, p. 11). Cabe destacar que neste estudo, dos 4.896 municípios foram selecionados 98 para a amostra.

¹¹ O critério localização geográfica considerou as cinco regiões estabelecidas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) – Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul. Para classificar o porte populacional, os municípios foram divididos em cinco classes: pequenos - municípios com menos de 20 mil habitantes; médios - entre 20 e 100 mil habitantes; grandes – com população entre 100 e 500 mil habitantes; e muito grandes – municípios com população acima de 500 mil habitantes. Para definir as atividades econômicas predominantes, Marques (2005), considerou o valor da produção produzida pelo município nos setores: primário, secundário e terciário. O nível de pobreza foi medido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), classificado abaixo e acima da média brasileira. Para a relação população rural/urbano, a autora adotou o critério do IBGE.

No estudo, analisa-se o perfil dos municípios e são realizadas comparações entre o total das transferências do Bolsa Família e o total de Receitas Disponíveis, chegando a importantes constatações. Dentre as receitas, são consideradas as do Sistema Único de Saúde (SUS), as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A primeira constatação refere-se ao fato do PBF, já em 2004, ser o maior programa de transferência de renda na área de assistência social, com uma distribuição heterogênea dos beneficiários entre as regiões brasileiras, concentrando na região Nordeste o maior número de beneficiários, 69,1% do total, seguidos pela região Sudeste, com 19,1%, Norte com 8,0%, Centro Oeste com 2,4% e o Sul com 1,4%, sinalizando assim as persistentes disparidades regionais existentes em nosso país, especialmente entre o Nordeste e o Sul.

Quanto à importância econômica do programa para os pequenos municípios, constatada por meio das relações entre as transferências do Bolsa Família e as Receitas Municipais, Marques (2005) verifica que quanto menor a Receita Municipal, mais importante se mostraram as transferências, pois o volume de recursos que passa a circular no município é bastante considerável, ampliando assim a dinâmica econômica local. Exemplo desta importância, segundo a autora, é o município de Pedra Branca no Ceará, em que as transferências do Bolsa Família chegam a corresponder a 43% das Receitas Disponíveis. Em Vitória do Santo Antão, em Pernambuco, as transferências do Bolsa Família são 283% maior que os recursos transferidos ao Sistema Único de Saúde no município, daí a relevância destes recursos para pequenas localidades, pois, quanto menor a receita disponível, maior será a ampliação das relações econômicas promovida pelos recursos. Neste sentido, Marques propõe que

A teoria econômica de inspiração Keynesiana advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. Isso acontece porque as compras que o governo efetua resultam em novas demandas para as empresas que, ao aumentarem sua produção, elevam os pedidos junto a seus fornecedores, uns e outros aumentando o nível de concentração de trabalhadores. [...]

No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade (MARQUES, 2005, p. 9).

Tratando destes aspectos, pode-se destacar ainda o trabalho de Bastos (2009), no qual é analisado o impacto econômico do Bolsa Família no município de Maracás, interior da

Bahia, por meio de uma relação comparativa entre as transferências do PBF e o total de receitas da Prefeitura Municipal de Maracás, entre 2004 e 2007. Quando comparado a algumas categorias da Receita Municipal, as transferências do Bolsa Família no município chegaram a ser 46% superior ao ICMS arrecadado pelo município, e a uma participação de 27,99% dos valores referentes ao Fundo de Participação dos municípios (FPM), valores para o ano de 2007. Resultados significativos se comparado aos resultados da pesquisa de Marques (2005), em que no município de Medina (MG) as transferências foram superiores 35% da arrecadação com ICMS.

O trabalho de Bastos (2009) também apresenta uma relação entre os recursos oriundos do programa e o Produto Municipal¹², utilizando o multiplicador keynesiano¹³ na tentativa de comprovar que o impacto sobre o produto municipal é superior ao valor injetado pelo PBF. O resultado encontrado atesta que as transferências do programa são capazes de gerar um impacto na economia de R\$ 8.234.988,97. Neste sentido, Bastos salienta que, “Considerando o impacto efetivo sobre a economia local, o mais coerente é determinar que este se encontre compreendido entre o intervalo de R\$ 2.772.723,56 e R\$ 8.234.988,97 para o ano analisado¹⁴” (BASTOS, 2009, p.89).

A autora refere-se a este intervalo por considerar as possíveis fugas de renda para outros municípios, haja vista que o município de Maracás é pequeno e sem tradição industrial. Neste caso, grande parte dos produtos consumidos são provenientes de outras localidades, ou seja, apesar de ocorrerem vazamentos, há um aumento das vendas do comércio, impactando positivamente na economia. Caso não ocorressem fugas, o impacto do Bolsa Família corresponderia a 9,3% do PIB municipal.

A importância das transferências do Bolsa Família para pequenos municípios reside em grande parte no fato dos benefícios serem direcionados a famílias de baixa renda, o que acaba por levar o nível de renda desta camada da população, implicando no aumento do consumo de bens e serviços e promovendo mudanças na economia local.

¹²Os R\$ 2.933.233,00 injetados no município de Maracás, no ano de 2006, corresponderam, segundo Bastos (2009), a 3,37% do PIB municipal, que foi de R\$ 88,898 milhões.

¹³Segundo Bastos (2009), “Fazendo uso da equação descrita por Dornbusch e Fischer (1991, p.101), que determina o multiplicador como $\alpha = 1/1 - c(1 - t)$, sendo a propensão média a consumir, $c = 0,7457$ e as deduções de impostos 11% foi determinado o multiplicador de gastos feitos com o repasse do programa Bolsa Família no município de Maracás em $\alpha 2,97$.” (BASTOS, 2009, p.89). Foram considerados como propensão média a consumir do município de Maracás para o ano de 2006 $C = 0,85$, determinada por meio da pesquisa de campo, e o percentual do consumo na economia local de $K = 0,8774$. Para calcular a propensão média a consumir da renda no município utilizou-se dos passos de Lopes (2003), chegando a $h = 0,7457$.

¹⁴Segundo Bastos (2009), o valor de R\$2.772.723,56 considera os percentuais das transferências gastos no município, e não o valor do repasse total.

Andrade et al.(2010), em seu estudo sobre a influência das transferências de renda no Estado de Alagoas, salientam que os recursos das transferências de renda devem ser encarados como propulsores da economia local. A importância das transferências para a economia local, segundo os autores, se deve principalmente ao crescimento da participação do setor de serviços, que no caso alagoano, é comprovado pelo crescente e contínuo aumento das vendas no comércio varejista. No entanto, o estudo apresenta que, apesar do crescimento do setor comercial, o Estado não apresentou aumento da produção industrial. A explicação do não crescimento do setor industrial estaria nos vazamentos para outros Estados, pois como a indústria local não consegue suprir as novas demandas adquire-se produtos em outros locais. Neste sentido, Andrade et al. propõem que:

O que falta é o aprimoramento dos instrumentos e canais de circulação desses recursos, o que poderia ser alcançado – ou pelo menos, aproximado – pela intensificação da parceria federal-estadual-agentes locais (cooperativas) para a análise e investimento dessas ações. (ANDRADE; SORGATO; NUNES; CARVALHO, 2010, p. 21).

Ao aproveitar as potencialidades locais cria-se uma sinergia entre as relações do circuito econômico favorecendo o desenvolvimento destes espaços. Daí a proposta dos autores de se criar um link entre os Programas de Transferências de Rendas e o Programa de Arranjo Produtivo local (PAPL), ou seja, criar uma articulação entre as políticas federais e estaduais, pois, ao conciliá-las, criam-se alternativas de desenvolvimento local, por meio da interação dos agentes econômicos.

Mendes Jr (2010), em sua análise sobre o impacto do Programa Bolsa Família na área de atuação do BNB, também apresenta alguns impactos econômicos do PBF, mas utilizando outra metodologia, a Matriz de Insumo Produto¹⁵. Na análise são considerados os desembolsos de produção, renda, salários, tributos e quantidade de empregos entre 2004 e 2009, para os estados da Região Nordeste e para o Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Os principais resultados econômicos apresentados na análise referem-se à geração de empregos, que entre 2004 e 2009 foram de 3,6 milhões somente na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Destes, a Bahia apresenta maior geração por bilhão com 162,5

¹⁵Para a metodologia, Mendes Jr (2010), definiu inicialmente o padrão de consumo de bens finais dos beneficiários da Região Nordeste, em seguida calculou a participação desses itens no orçamento dos mesmos. Logo após foi realizada a compatibilização destes itens com as atividades econômicas da Matriz Insumo Produto para o Nordeste, medindo em seguida os impactos do programa. Cabe salientar que no período 2004 e 2009, foram transferidos R\$ 31,1 bilhões de reais aos beneficiários do programa na área de atuação do BNB.

mil, e o estado de menor geração é Sergipe, com 118 mil. Em termos de fuga de emprego, segundo autor, Sergipe apresenta menor índice de saída, 19,6% e Ceará o maior, já que 23,4%, dos empregos gerados ocorreram em outros estados do Brasil.

Segundo o autor, também foram gerados impactos sobre o valor bruto da produção, que somaram R\$ 130,4 bilhões no Brasil, sendo 60% deste, na área de atuação do BNB; quanto ao valor agregado/renda, a geração de valor adicionado foi de R\$ 2,1 bilhões para a mesma área; as transferências implicaram no aumento da massa salarial em R\$ 18,3 bilhões em todo o Brasil, destes 63% foram gerados na área de abrangência do BNB, com vazamentos de 37% para o restante do país.

Para Mendes Jr (2010), a importância do Bolsa Família na área de atuação do Banco é visível tanto a nível social como econômico, pois o acesso à alimentação e produtos de primeira necessidade foi ampliado à população carente, além de terem ocorridos efeitos relevantes, sobre a economia da região, entre eles, a criação de empregos e aumento dos salários, dentre outras variáveis.

Os vazamentos, segundo ele, mostraram-se expressivos em todas as variáveis estudadas. Em grande medida estas fugas se devem a baixa integração econômica que ocorre na área de atuação do BNB, ou seja, tem-se uma grande área, marcada por diversidades geográficas, sociais e econômicas, detentora de uma estrutura produtiva pouco integrada e carente de indústrias, sendo que a Bahia, estado mais industrializado apresenta menores vazamentos.

Apesar destas constatações e de outros estudos apontarem para o sucesso do PBF, muitos autores tecem críticas quanto ao programa. Entre estas, estão as de Lavinias (2006), no que cabe a redução dos gastos federais em áreas como habitação e saneamento, e a consequente elevação das transferências monetárias diretas, o que segundo ela prejudicaria a redução efetiva da desigualdade.

Para a autora, seria necessário aumentar os investimentos em áreas capazes de promover a promoção do bem estar da população, como educação, saúde, habitação, entre outras, já que nestas áreas o gasto vem sofrendo constante declínio. Como exemplo, Lavinias (2006) referencia o período compreendido entre 2001-2004, em que o gasto federal em assistência social cresceu em 50%, e os investimentos em saneamento e habitação declinaram.¹⁶

¹⁶Para reforçar a análise, a autora analisa a evolução dos gastos a nível estadual e municipal, apontando uma forte retração do gasto social, em percentuais significativos, no período 2002-2004 em algumas funções, à exceção da área de saúde e dos direitos de cidadania. Segundo a autora, o aumento dos gastos com saúde se

Outro questionamento da autora é quanto ao caráter focalizado dos programas de transferências, em ações como Bolsa Família, Vale Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e outras experiências semelhantes, que não garantem o direito à segurança econômica, senão uma renda. Há muitos elegíveis e poucos contemplados, culminando em uma política contraditória, pois os mais pobres, mesmo preenchendo os requisitos, não são contemplados, ou seja, programas focalizados não alcançam todos àqueles que possuem o perfil, beneficiando apenas os primeiros da fila.¹⁷

A autora buscou identificar se com o aumento do peso das transferências na renda das famílias mais pobres, houve um aumento das melhorias em termos de bem-estar agregado, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ou seja, se ocorreu evolução do grau de acessibilidade dos mais pobres aos chamados serviços sociais (rede de esgoto, coleta de lixo, telefone celular), em especial aqueles que são público-alvo dos programas de transferência de renda focalizados.

Percebe-se ao longo do trabalho de Lavinias (2006), o questionamento em torno da gestão dos gastos governamentais em bens e serviços que venham promover a autonomia das famílias mais pobres, e a conseqüente queda dos níveis de desigualdade social.

O caráter assistencialista e focalizado do programa é abordado por Santos (2007). Na análise, a autora por meio de um estudo de caso, faz um levantamento sobre questões econômicas, sociais e culturais dos beneficiários do Bolsa Família em Vitória da Conquista. As principais constatações da autora referem-se ao fato do programa não promover a acomodação dos beneficiários em busca de emprego, como já apontada em outros estudos, e à transparência de gestão do programa no município, apontada como importante para uma melhor cobertura do programa. No entanto, ela argumenta que o caráter assistencialista do programa não traz a emancipação das famílias no curto prazo e que faltam ações governamentais direcionadas aos estratos mais vulneráveis da população.

Diante da análise, percebe-se a importância do PBF como ação política, pois mesmo possuindo um caráter assistencialista e estando atrelado a condicionais, o programa tem direcionado grande soma de recursos aos municípios. Ou seja, o programa aumenta ou oferece

deve as exigências constitucionais, que obrigam municípios e estados a aplicarem, no mínimo, respectivamente, 15% e 12% de suas receitas próprias neste setor, já as demais sofrem com o declínio nos gastos.

¹⁷Para confirmar o indevido alcance dos programas a autora apresenta alguns dados da PNAD 2004, evidenciando assim, a necessidade de políticas mais abrangentes. Segundo ela, o Bolsa-Família deveria ser, estendido a todas as crianças, tornando-se um direito, pois a presença de crianças já é um indicador “automático” de vulnerabilidade, reduzindo assim custos, e instituindo um direito universal as crianças.

uma renda às unidades familiares que estão em condições mais vulneráveis no sistema, estimulando o consumo, o que acaba por promover na economia local um maior dinamismo econômico. O próximo item apresenta o PBF no município de Planalto, buscando-se dimensionar a abrangência do programa no município.

2.4 O Programa Bolsa Família no Município de Planalto - BA

A gestão do Programa Bolsa Família em Planalto é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, com sede na Secretaria Municipal de Ação Social, situada à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, n° 866, Centro, Planalto – BA.

Segundo demonstrativo do MDS, em janeiro de 2011, o município contava com 3.734 famílias pobres com perfil do CadÚnico¹⁸. Destas, 2.442 se enquadrariam no perfil do Bolsa Família. O número de contemplados nesta data era superior, com 2.806 famílias beneficiadas, uma cobertura de 114,91%, e um repasse de R\$ 281.821,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Oitocentos e Vinte e um Reais), no período. Se considerarmos que em média as famílias são compostas de 4 pessoas, chegaremos a conclusão de que aproximadamente 11.224 pessoas foram beneficiárias somente em janeiro de 2011 ano.

Segundo o Gestor municipal do programa, o cadastramento das famílias no município é realizado na própria Secretaria de Assistência Social, e quando necessário em locais pré-definidos, além de ocorrerem visitas periódicas aos beneficiários. O recadastramento dos beneficiários é realizado na coordenação, ocorrendo a cada dois anos, no entanto, periodicamente são realizadas alterações, inclusão de novos membros, mudança de domicílio e de unidades escolares, realizadas na própria sede do programa. Quando em suspeita de fraudes ou denúncias, são realizada checagem dos dados fornecidos e tomadas às devidas providências.

A migração dos beneficiários de outros programas (Bolsa Alimentação, do Bolsa Escola e do Auxílio Gás) para o Bolsa Família, no município, segundo o gestor municipal ocorreu de forma automática com a inclusão de todos os beneficiários no CadÚnico, os quais passaram posteriormente a receber o Bolsa Família, estando a titularidade do benefício, entre a maioria dos beneficiários, sob a responsabilidade do membro do sexo feminino, como exigência do próprio MDS.

¹⁸ Neste perfil estão incluídas as famílias brasileiras de baixa renda, com renda mensal igual ou inferior a ½ do salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

O Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família no município realiza reuniões periódicas, com diversas pautas, entre elas, cancelamento, bloqueio e desbloqueio de benefício, além de assuntos referentes ao Índice de Gestão Descentralizada (IDG), dentre outras informações referente ao programa no município.

O acompanhamento das condicionalidades, segundo o gestor municipal ocorre por meio da ação conjunta de três secretarias municipais, sendo a Secretaria de Assistência Social responsável pelo cadastramento, atualização dos dados cadastrais e gestão do programa. A Secretaria Municipal de Educação realiza o repasse à base de dados da Caixa Econômica Federal, informando a frequência dos alunos contemplados pelo programa, sendo este procedimento realizado pelo Operador Master – técnico responsável.

A Secretaria de Saúde é responsável pelo acompanhamento da vacinação e do pré-natal dos beneficiários do Bolsa Família. Segundo o gestor do programa, o município dispõe de unidades e de Agentes de saúde, capacitados para o cumprimento das condicionalidades referentes a saúde. Quanto à transmissão dos dados, é realizado pelo Técnico do SISVSAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).

A coordenação do programa, segundo o gestor promove palestras, conferências e reuniões, realizadas em escolas ou transmitidas por meio da rádio comunitária, além do trabalho realizado pelos agentes de saúde, tendo em vista conscientizar os pais e beneficiários quanto à importância das condicionalidades para o recebimento do benefício.

No município são desenvolvidos outros programas de cunho social, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende crianças e adolescentes das zonas urbana e rural do município, o Programa do Leite (PROLEITE), que visa dar apoio técnico e financeiro aos produtores rurais, além das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), contemplando assim, as ações exigidas pelo programa na área social.

A tabela a seguir apresenta a quantidade dos desembolsos do Programa Bolsa Família em 2004, 2006, 2008, 2010 e 2011, considerando os recursos repassados ao Brasil, Bahia, Vitória da Conquista e Planalto, buscando-se dimensionar o volume de recursos transferidos ao município de Planalto. Para avaliar essa evolução, torna-se necessário atualizar os valores transferidos em valores de 2011, utilizando-se para este fim, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

Tabela 4 - Valor total dos repasses do PBF (2004/ 2006/ 2008/ 2010/ 2011)

| Ano | Localidade | Valor Anual do Repasse (R\$) |
|------|----------------------|------------------------------|
| 2004 | Brasil | 7.935.797.981,22 |
| | Bahia | 1.109.288.798,25 |
| | Vitória da Conquista | 14.260.794,60 |
| | Planalto | 1.705.402,80 |
| 2006 | Brasil | 10.790.743.511,53 |
| | Bahia | 1.452.570.601,73 |
| | Vitória da Conquista | 20.721.423,75 |
| | Planalto | 2.969.424,45 |
| 2008 | Brasil | 12.749.092.650,26 |
| | Bahia | 1.716.160.487,46 |
| | Vitória da Conquista | 26.227.367,55 |
| | Planalto | 3.699.819 |
| 2010 | Brasil | 14.359.188.030,00 |
| | Bahia | 1.937.049.645,00 |
| | Vitória da Conquista | 29.821.040,00 |
| | Planalto | 3.493.252,00 |
| 2011 | Brasil | 17.283.104.720,00 |
| | Bahia | 2.252.501.943,00 |
| | Vitória da Conquista | 35.763.510,00 |
| | Planalto | 4.103.709,00 |

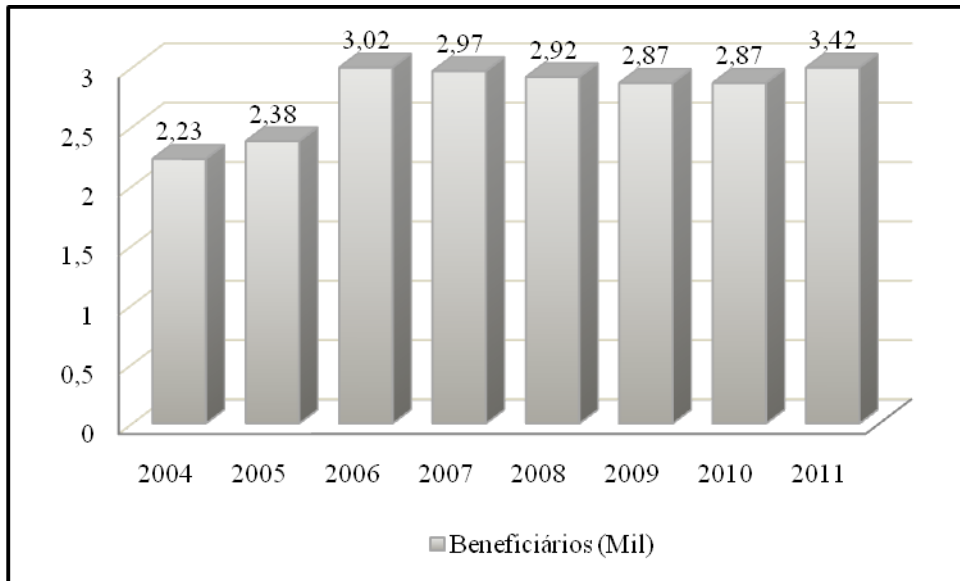
Fonte: Portal da Transparência (2011)
 Valores corrigidos com base ao INPC de 2011.
 Elaboração Própria

A análise dos dados acima evidencia a evolução no volume de recursos destinados aos beneficiários do Bolsa Família ao longo do período em análise. O total de recursos destinados ao programa no Brasil cresceu 117, 79% entre 2004 e 2011, na Bahia no mesmo período, o aumento dos recursos foi de 103,06%.

Em Vitória da Conquista e Planalto, o volume de transferências cresceu em percentuais superiores aos recursos nacionais, já que em Vitória da Conquista os recursos cresceram 150,78% e em Planalto 140, 63%, culminando em uma importância econômica significativa para esses municípios.

A quantidade de famílias contempladas pelo programa no município também vem apresentando um notável crescimento desde a criação do Bolsa Família em 2004, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Evolução das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Planalto - BA (2004-2011)



Fonte: MDS (2012)

Entre os anos de 2004 e 2006, o crescimento do número de beneficiários no município se mostrou bastante expressivo, com um aumento de 35,43%. Nos anos subsequentes há uma ligeira queda, voltando a crescer em 2011, em que foram contempladas 3,42 mil famílias. Segundo o gestor municipal, ainda há famílias elegíveis fora do programa, entretanto, o número de beneficiários possui abrangência considerável, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento socioeconômico do município, haja vista o grande volume de renda a circular no comércio.

O volume de recursos injetados pelo programa no município de Planalto, eleva a renda de grande parte da população, aumentando assim, o nível de consumo dos beneficiários, daí a investigação acerca da importância do Bolsa Família para a dinâmica econômica do município. As transferências injetam valores consideráveis nas pequenas economias, promovendo novas relações no âmbito do comércio local. No intuito de avaliar a configuração econômica no município de Planalto, promovido pelas transferências do Bolsa Família, serão feitas comparações entre o volume de recursos das transferências do programa e algumas principais receitas municipais.

3 BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE ECONÔMICA DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-BA.

O capítulo final do estudo apresenta a relevância do Programa Bolsa Família para o município de Planalto, pois em municípios pequenos como Planalto, os valores injetados por meio do programa tornam-se significativos para comércio local, e acabam por promover desenvolvimento econômico nestas localidades.

Cabe ressaltar, como mencionado anteriormente, que o desenvolvimento seria resultado do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida dos habitantes de determinada localidade.

O capítulo apresenta um breve histórico sobre o município, com considerações sobre aspectos físicos e descrições socioeconômicas, caracterizando assim o objeto de estudo e o situando na problemática proposta. Em seguida serão consideradas as principais transferências destinadas a cidade de Planalto, além de uma comparação entre os valores transferidos pelo Bolsa Família e as principais Receitas Municipais¹⁹ buscando-se avaliar o programa na economia local. Fez-se necessário ainda, o levantamento de dados sobre o fluxo de passageiros do município para as cidades circunvizinhas, além da coleta de informações sobre o transporte alternativo e o comércio local, realizado por meio de aplicação de questionários²⁰.

3.1 O Município de Planalto

Com uma população de 24.481 habitantes, e uma área de 961,69 km², o município de Planalto está situado na região sudoeste da Bahia, distante 465 Km da capital do Estado. A dinâmica populacional do município ao longo da última década apresentou crescimento, já que no ano 2000 a população era de 21.707 habitantes. Um aumento populacional de 12,78%. O censo 2010 aponta que destes, 12.389 habitantes são do sexo feminino, e 12.092 são do sexo masculino, uma tendência que segue a média nacional de distribuição por gênero apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto à distribuição, 14.869 habitantes são residentes no meio urbano do município e 9.612 habitantes residentes no meio rural (IBGE, 2011).

¹⁹ Os dados foram coletados na: - Coordenação Municipal de Tributos; - Secretaria Municipal de Administração.

²⁰ Os questionários foram direcionados à: - Agência rodoviária; - Proprietários de transportes alternativos de passageiros; e - Proprietários de estabelecimentos comerciais (Constam no apêndice).

A população do município na última década apresentou crescimento superior ao do estado da Bahia no mesmo período, já que este cresceu somente 7,12%. Quando comparado ao crescimento populacional do país, o crescimento se assemelha, pois a população planaltense cresceu 12,78% e brasileira 12,29%, demonstrando assim, que o município segue a média de crescimento percorrido pelo Brasil entre 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

A origem da cidade remonta à década de 1930, quando do aumento do fluxo de comerciantes e tropeiros. Segundo a Prefeitura Municipal de Planalto,

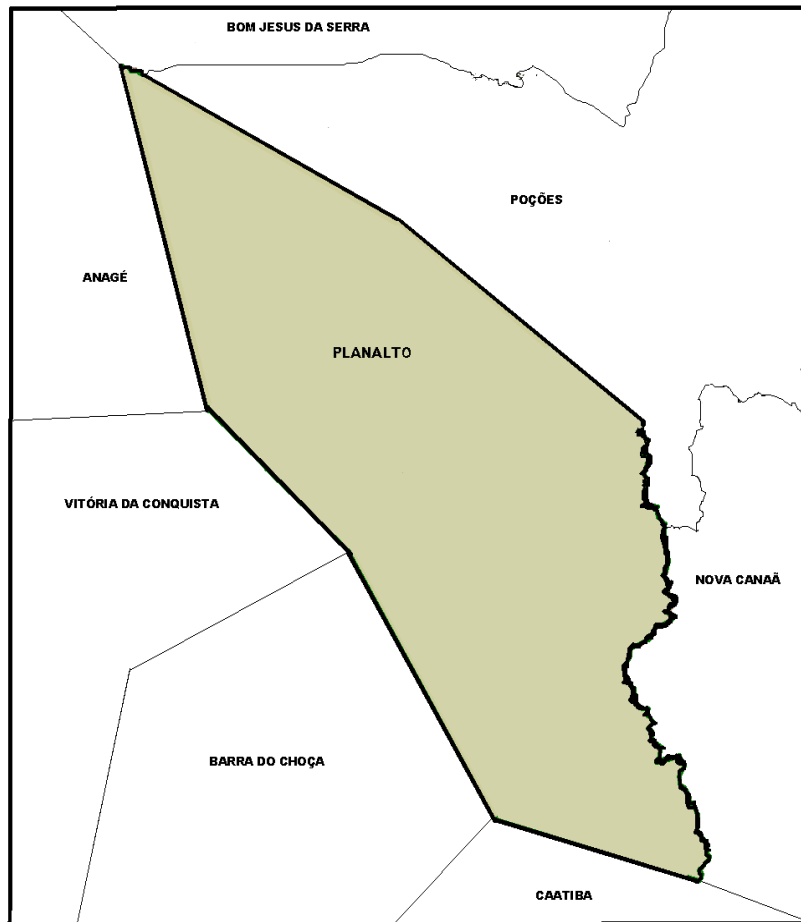
Planalto era a principio uma fazenda que tinha como morador o Sr. José Pereira, e pertencia ao município de Poções. Comerciantes ambulantes diariamente passavam por Planalto. Passavam também tropeiros que paravam para descansar e dormir. Aos poucos foi se formando um ponto de encontro para comerciar. E ali formou uma pequena feira, começaram então a construir casas, aumentou o número de moradores e foi criado o arraial de Peri-Peri. Isso na década de 30.

Devido ao grande afluxo comercial, a feira aumentou e foi transferida para a praça principal, Duque de Caxias. Peri-Peri cresceu, construíram uma capela, casas comerciais, escolas, e cinema. A população foi crescendo e, de acordo com a vontade dos habitantes, conseguiram sua emancipação no dia 05 de abril de 1962. Foi decretada a Lei denominando o município de Planalto. Nome este por ser plano e alto. Logo a seguir, Planalto teve seu primeiro prefeito, Sr. João Gusmão Ferraz. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO, 2011).

Pertencente ao Semiárido baiano, e de clima Subúmido a seco, o bioma do município é dividido entre a Caatinga e à Mata Atlântica. Localiza-se no Território Identidade de Vitória da Conquista²¹ e tem como limite os municípios de Poções, Barra do Choça, Nova Canaã, Bom Jesus da Serra, Caetano, Caatiba, Anagé e Vitória da Conquista, como apresentado na figura a seguir.

²¹Fazem parte do Território Identidade de Vitória da Conquista: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândidos Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Planalto – BA



Fonte: IBGE, 2011

O município está situado a 943 metros ao nível do mar e possui um clima frio propício ao cultivo do café, que se destaca como uma das principais culturas do município desde a década de 1980.

O principal centro consumidor do café cultivado na cidade são as beneficiadoras do produto em Vitória da Conquista, já que um dos produtos mais consumidos. Dentre as culturas praticadas no o café se destaca.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), apresentados na tabela a seguir trazem a produção em lavouras permanentes praticadas no município de Planalto, entre elas, a produção da mandioca, do feijão, da banana, e aponta o café como a lavoura de maior produção, com 6.599 toneladas, seguida da produção de mandioca, com uma produção de 1.097 toneladas produzidas no ano de 2006.

Tabela 5 - Produção Agrícola - Lavoura Permanente (2006)

| Lavoura Permanente | Tonelada |
|------------------------------|----------|
| Café arábica em grão (verde) | 6.599 |
| Mandioca | 1.097 |
| Banana | 531 |
| Cana-de-açúcar | 527 |
| Milho em grão | 254 |
| Feijão de cor em grão | 113 |
| Laranja | 47 |
| Feijão fradinho em grão | 30 |

Fonte: IBGE (2006) - Censo Agropecuário
Adaptação Própria

Segundo informações da Prefeitura Municipal, o município é constituído pela sede, pelo distrito de Lucaia, e por vários povoados. A sede do município é formada por oito bairros²² atendidos por serviço de água encanada e energia elétrica, mas o município não dispõe de esgotamento sanitário. O centro comercial da cidade situa-se nas proximidades da Praça Duque de Caxias e da Praça João Gusmão Ferraz (Praça da Feira), estando localizadas nesta área a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, algumas secretarias municipais, e a feira, que ocorre tradicionalmente aos sábados.

No município encontra-se em funcionamento uma agência do Banco do Brasil, inaugurada na década de 1980, uma agência do Bradesco recém-inaugurada, e o Banco Postal em funcionamento na agência dos correios, que também presta serviço de abertura de contas, pagamento e recebimentos. A casa lotérica, além dos serviços de loterias é correspondente da Caixa Econômica Federal (CEF), oferecendo serviços de saques, abertura de contas e os pagamentos dos benefícios sociais do Governo Federal. Entre as décadas de 1980 e inícios dos anos 1990, esteve em funcionamento no município outras duas instituições bancárias, o Banco Real e o Banco Econômico.

Até o início dos anos 2000, o comércio no município de Planalto era pouco expressivo, com o oferecimento escasso de bens e serviços. Entretanto, a partir de meados desta década, começam a surgir lojas, dentre estas, lojas de eletrodomésticos, magazines e casas de materiais de construção. Data deste período, a criação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto (CDL), que evidencia o fortalecimento do comércio local. Apesar do

²²Os bairros do município são: Alicio Moreira, Centro, João Guimarães, Monsenhor Francisco Licarião, Morada do Planalto, Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), Senhor do Bonfim e A Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS).

considerável número de veículos automotores²³, não se encontra instalada no município nenhuma concessionária de automóveis, somente uma revendedora de Motocicletas.

A Cidade é cortada por uma importante rodovia, a BR 116 (Rodovia Santos Drumond), conhecida como Rio – Bahia, como mostra a figura a seguir, na qual encontra-se instalados postos de combustíveis, autopeças, oficinas e restaurantes que colaboram com a oferta de emprego e renda para a economia do município.

Figura 2 - Vista aérea da BR 116 em Planalto - BA



Fonte: SILVA (2011)

A localização estratégica do município acaba por facilitar o acesso a outros municípios e estados, promovendo o deslocamento de pessoas, bens e serviços. Recentemente foi inaugurado na rodovia, a 3 Km da sede do município, uma praça de pedágio, que veio a contribuir para o crescimento da arrecadação municipal, e para a oferta de vagas de empregos para a população do município.

A prática artística e cultural no município se desenvolve por meio de feiras de arte, festivais de poesia e música, apresentação de ternos de reis, e das tradicionais gincanas, entre outras manifestações por meio das quais as tradições do povo planaltense são transmitidas às novas gerações. Para a prática esportiva e atividades de lazer, a cidade oferece um tele centro comunitário, um ginásio de esporte, um campo de futebol, quadras esportivas e praças, como a Praça da Matriz, ilustrada na figura a seguir.

²³Em 2011, o município de Planalto apresentava uma frota total de 2142 veículos (DETRAN-BA, 2012).

Figura 3 - Praça da Matriz em Planalto - BA



Fonte: SILVA (2011)

Uma fonte de informação e entretenimento importante na cidade é a Rádio Comunitária Mensageira da Paz. Uma rádio FM sem fins lucrativos com cobertura em todo o território do município, levando informações e mensagens a toda a população.

O município possui uma comunidade quilombola, o povoado do Cinzento, em que o casamento com consanguíneos é muito comum. Segundo Lucchesi et al. (2009), o quilombo do Cinzento teve origem com a chegada de negros da região da Chapada Diamantina.

Estima-se que a vinda dos primeiros negros para Cinzento tenha ocorrido na primeira metade do século XIX. Segundo relatos dos antigos moradores, os fundadores de Cinzento são da região da Chapada Diamantina, mais precisamente do antigo Arraial dos Crioulos, e o sobrenome *Pereira Nunes*, predominante em Cinzento, é o mesmo de um antigo proprietário de escravos da região de Rio de Contas (LUCCHESI, et al. 2009, p.95)

Atualmente, encontram-se em funcionamento no município sessenta Unidades de Ensino, distribuídas entre a zona urbana e rural. Destas, cinquenta e seis pertencem à rede municipal, três à rede estadual e uma pertencente à rede privada de ensino. No município não há instituição de ensino superior, mas há uma Associação de Transporte dos Estudantes de Planalto (ATEP), criada no ano de 2006, na qual diariamente são transportados universitários até o município de Vitória da Conquista.

No setor da saúde, há na sede do município um hospital municipal, um posto de saúde e duas Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas, nos bairros Morada do Planalto e SEAC. O atendimento dos casos de baixa complexidade é realizado no próprio município, sendo transferidos para o município de Vitória da Conquista os procedimentos mais complexos.

A próxima seção apresenta alguns indicadores do município, além de dados da economia local, buscando traçar o perfil socioeconômico da localidade, e desta forma compreender as transformações ocorridas a partir da implantação do Programa Bolsa Família no município.

3.2 Metodologia de Pesquisa

Este trabalho tem como finalidade investigar as repercussões do Programa Bolsa Família na economia do município de Planalto. Considerando os objetivos, a problemática e a hipótese optou-se por uma pesquisa de caráter teórico-empírica descritiva, haja vista que, segundo Gil (2002), hipóteses derivadas de teorias proporcionam conjugação com o conhecimento das ciências.

Para o autor a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômenos, ou seja, neste tipo de pesquisa busca-se estabelecer relações entre as variáveis em análise. Neste sentido, lançou-se mão dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, análise documental, e estudo de caso, com levantamento de dados e utilização de entrevista e questionários²⁴, para o desenvolvimento da investigação.

Por meio da revisão bibliográfica buscou-se conhecer a forma que a temática é analisada, salientando os enfoques teóricos e metodológicos (estado da arte). Com a análise documental, ocorreu a caracterização do programa, o qual exigiu consultas à leis, portarias, a Constituição Federal e a sítios governamentais. Além disso, analisou-se a estrutura de Receitas da Prefeitura Municipal e as transferências estaduais e federais que o município recebe.

O método utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, neste, busca-se explorar situações, descrever o contexto da investigação, e explicar as variáveis determinantes de determinados fenômenos (GIL, 2000). Desta forma, para a conclusão da investigação desenvolvemos o trabalho de campo, por intermédio da observação e da utilização de questionários e entrevista como instrumentos de coleta de dados que, de acordo com Gil (2002), constituem-se como instrumentos que possibilitam obtenção de dados a partir dos pesquisados. Os questionários foram direcionados ao setor de tributos e ao setor administrativo do município, aos proprietários de transportes alternativos, aos proprietários de

²⁴ Os questionários e a entrevista constam no apêndice.

estabelecimentos comerciais, a agência rodoviária e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto (CDL). Por meio do questionário direcionado ao setor de tributos e ao setor administrativo do município, foram coletadas informações acerca das Receitas municipais, entre elas, o número de alvarás expedidos e o volume de recursos dos principais impostos municipais.

A pesquisa com os proprietários de transporte alternativos estendeu-se a todo o universo em análise, haja vista que o município dispõem de 12 veículos que transportam passageiros entre Planalto e cidades vizinhas²⁵. Eles se enquadram na categoria dos autônomos, organizados sob a forma de associação, com 12 associados no município. O questionário buscou identificar o período de início do transporte no município e para qual centro são transportados os passageiros, tendo em vista analisar se o crescimento do número de veículos é coincidente com o período de implantação do Bolsa Família no município. Buscando analisar a evolução do fluxo de passageiros entre Planalto e cidades circunvizinhas, também foi aplicado um questionário com o responsável da agência rodoviária de transporte intermunicipal.

Em se tratando da pesquisa com os proprietários de estabelecimentos comerciais, utilizou-se uma amostra não probabilística, considerando 20% do número de alvarás comerciais fornecidos pelo Setor de Tributos do município para o ano de 2011, haja vista a amplitude do universo dos comerciantes, já que neste ano foram expedidos 279. A amostra foi composta de 56 estabelecimentos, com informações prestadas pelos próprios proprietários dos estabelecimentos, e o levantamento ocorreu naqueles localizados nas mediações da Praça Duque de Caxias e da Praça João Gusmão Ferraz, por esta área concentrar o maior número de pontos comerciais. O objetivo do questionário assemelha-se ao anterior, tendo em vista constatar o período de surgimento dos estabelecimentos comerciais e os principais centros fornecedores dos bens e serviços

O questionário direcionado a Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto (CDL), teve como finalidade coletar informações sobre o surgimento e a quantidade de afiliados desta entidade, já que esta intuição visa a integração e o fortalecimento do comércio local.

Também foi utilizada a entrevista via email, direcionada ao Gestor do programa no município. Com esta técnica procuramos investigar a atuação do programa Bolsa Família no município, bem como são asseguradas as condicionalidades. A partir das informações

²⁵ Não foram pesquisados os proprietários de transporte alternativo de outros município que também trafegam em Planalto.

coletadas, desenvolvemos uma análise acerca da dinâmica econômica do município de Planalto, buscando dar consistência ao estudo, haja vista a relevância do tema.

3.3 Dinâmica econômica e indicadores sociais do município de Planalto

Considerando que a soma total de todos os bens e serviços produzidos em dada região se configura como o Produto Interno Bruto (PIB), torna-se conveniente analisar a evolução do PIB do município de Planalto, das regiões econômicas e dos municípios de Anagé, Barra do Choça, Poções e Vitória da Conquista, entre 2004 e 2009, haja vista que este componente se configure como considerável indicador de crescimento de dada localidade.

As tabelas 6 e 7 apresentam a evolução do PIB de todas as regiões explicitadas, contudo, o Produto Interno Bruto apresentou-se mais expressivo na cidade de Barra do Choça e Vitória da Conquista, que apresentaram um crescimento de 163,94% e 127,35% respectivamente, no período de 2004 a 2009.

Dentre as localidades analisadas, o crescimento total do PIB do município de Planalto, no período foi pouco superior apenas ao do estado, já que o do município cresceu 74%, e o do Estado cresceu somente 73,33%.

Tabela 6 - Evolução do Produto Interno Bruto - PIB (2004-2009)

| Localidades | Produto Interno Bruto (R\$ Milhões) | | | | | |
|--------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2004 (A) | 2005 (B) | 2006 (C) | 2007 (D) | 2008 (E) | 2009 (F) |
| Bahia | 79.083,23 | 90.919,33 | 96.520,70 | 109.651,84 | 121.507,06 | 137.074,67 |
| Território Identidade | 2.299,42 | 2.913,72 | 3.234,58 | 3.719,46 | 4.091,36 | 4.740,56 |
| Vitória da Conquista | 1.382,32 | 1.796,27 | 2.003,09 | 2.363,43 | 2.650,25 | 3.142,68 |
| Poções | 121,77 | 145,41 | 150,73 | 169,80 | 184,62 | 216,38 |
| Barra do Choça | 108,83 | 179,55 | 249,34 | 263,59 | 275,04 | 287,25 |
| Planalto | 63,62 | 72,76 | 77,77 | 86,05 | 93,25 | 110,70 |
| Anagé | 39,74 | 44,66 | 55,45 | 62,87 | 67,24 | 74,55 |

Fonte: SEI (2011)

Adaptação Própria

Apesar de ter apresentado crescimento menor que o do Território Identidade e do município de Vitória da Conquista para o período, o município de Planalto apresentou entre 2005-2006 e 2008-2009 crescimento maior que o município de Poções.

Anagé apresentou, entre 2004 e 2009, um crescimento do PIB maior que o do município de Planalto, entretanto, a partir de 2007 o crescimento foi menos expressivo que o

de Planalto, já que este cresceu que 28,64% e Anagé apenas 18,57%. A tabela a seguir traz o crescimento do PIB em termos percentuais, como pode ser observado.

Tabela 7 - Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB (2004-2009)

| Localidades | Crescimento do PIB | | | | |
|-----------------------|--------------------|-------|-------|-------|-------|
| | B/A % | C/B % | D/C % | E/D % | F/E % |
| Bahia | 14,97 | 6,16 | 13,6 | 10,81 | 12,81 |
| Território Identidade | 26,71 | 11,01 | 14,99 | 9,1 | 15,87 |
| Vitória da Conquista | 29,95 | 11,51 | 17,99 | 12,13 | 18,58 |
| Poções | 19,41 | 3,67 | 12,65 | 8,73 | 17,2 |
| Barra do Choça | 64,98 | 38,87 | 5,71 | 4,34 | 4,44 |
| Planalto | 14,36 | 6,88 | 10,65 | 8,36 | 18,71 |
| Anagé | 12,38 | 24,16 | 13,38 | 6,1 | 10,87 |

Fonte: SEI (2011)

Adaptação Própria

A seguir estão distribuído o PIB setorial dos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Anagé e de Poções, além do de Planalto, no período de 2000 a 2009, conforme pode ser observado na tabela 8.

Tabela 8 - Evolução do PIB municipal por setores (2000/ 2002/ 2004/ 2006/ 2008/ 2009)

| Municípios | Setores | PIB Setorial (%) | | | | | |
|----------------------|--------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | 2000 | 2002 | 2004 | 2006 | 2008 | 2009 |
| Planalto | Agropecuário | 15,67 | 19,53 | 27,58 | 25,40 | 23,15 | 23,09 |
| | Industrial | 10,11 | 8,49 | 7,47 | 8,58 | 7,85 | 7,73 |
| | Serviços | 74,22 | 71,98 | 64,95 | 66,02 | 69,00 | 69,18 |
| Anagé | Agropecuário | 15,13 | 19,94 | 19,05 | 13,89 | 14,02 | 13,18 |
| | Industrial | 10,65 | 9,30 | 10,24 | 11,07 | 9,90 | 10,48 |
| | Serviços | 74,22 | 70,76 | 70,70 | 75,04 | 76,09 | 76,34 |
| Barra do Choça | Agropecuário | 37,90 | 59,20 | 41,12 | 63,33 | 61,65 | 57,59 |
| | Industrial | 8,23 | 4,58 | 7,79 | 3,89 | 3,61 | 4,14 |
| | Serviços | 53,87 | 36,22 | 51,10 | 32,78 | 34,74 | 38,27 |
| Poções | Agropecuário | 15,15 | 14,87 | 21,87 | 18,74 | 18,93 | 17,63 |
| | Industrial | 10,06 | 8,55 | 11,26 | 11,82 | 9,29 | 12,11 |
| | Serviços | 74,79 | 76,58 | 66,87 | 69,44 | 71,78 | 70,26 |
| Vitória da Conquista | Agropecuário | 4,29 | 6,50 | 4,25 | 4,73 | 4,10 | 3,94 |
| | Industrial | 15,47 | 13,38 | 13,18 | 13,29 | 13,44 | 14,62 |
| | Serviços | 80,24 | 80,12 | 82,57 | 81,98 | 82,46 | 81,44 |

Fonte: SEI (2011)

Adaptação Própria

O maior contribuinte do PIB em todos os municípios é o setor de serviços, com exceção do município de Barra do Choça, que em 2002, 2006, 2008 e 2009 apresentou maior

concentração no setor agropecuário. Em 2009, este setor concentrou 57,59% de tudo que foi produzido em Barra do Choça. Os demais municípios mantiveram a produção concentrada no setor de serviços, a exemplo de Vitória da Conquista e Poções, os quais mantiveram respectivamente, uma média de 81,47%, e 71,62%, refletindo assim a tendência regional e nacional de concentração no setor terciário.

Em Planalto e Anagé, municípios de mesmo porte populacional e pertencentes ao mesmo Território Identidade, a participação dos serviços apresentaram variações diferenciadas. Em Planalto, houve uma queda na participação dos serviços, com uma redução de 12,49% entre 2000 e 2004. A partir de 2006 os serviços começam a ganhar participação no PIB total, alcançando em 2009, uma concentração de 69,18% de tudo que foi produzido no município. O setor industrial também apresentou declínio na participação, reduzindo-se de 10,11% para 7,73% de participação. Já o agropecuário apresentou oscilações na participação, tendo em 2004 a maior participação, 27,58%, e reduzindo-se há uma concentração de 23,09% do total, no ano de 2009.

Em Anagé, o setor de serviços apresentou declínio até 2004, voltando a crescer, e atingindo em 2009, uma participação de 76,34% do PIB municipal, seguido da produção agropecuária com 13,18%, e o setor industrial com 10,48%. Infere-se da análise, que há em todos os municípios pouca representatividade do setor industrial.

No que tange aos índices de desenvolvimento municipal, ou seja, níveis em educação, saúde, entre outros, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), mantém um *ranking*, com a posição dos 417 municípios baianos.

A tabela a seguir apresenta alguns destes índices, o de desenvolvimento social, o nível de educação e nível de saúde, com dados para o ano de 2006, por não haver dados recentes disponíveis. Busca-se com a análise traçar o perfil do município de Planalto quando comparado aos municípios de Anagé, Barra do Choça, Poções e Vitória da Conquista que também foram considerados anteriormente. Contudo cabe salientar que estes índices não são suficientes para indicar crescimento e desenvolvimento do município de Planalto, mas que transparecem a dinâmica local.

Tabela 9 - Índice municipal de desenvolvimento – (2006)

| Município | Índice | Valor | Ranking |
|----------------------|----------------------------------|----------|---------|
| Planalto | Índice de Desenvolvimento Social | 4.989,25 | 214 |
| | Índice do Nível de Educação | 4.997,63 | 190 |
| | Índice do Nível de Saúde | 4.989,07 | 240 |
| Anagé | Índice de Desenvolvimento Social | 4.941,6 | 370 |
| | Índice do Nível de Educação | 4.951,71 | 328 |
| | Índice do Nível de Saúde | 4.985,46 | 250 |
| Barra do Choça | Índice de Desenvolvimento Social | 4.932,25 | 386 |
| | Índice do Nível de Educação | 4.890,6 | 405 |
| | Índice do Nível de Saúde | 4.977,67 | 277 |
| Poções | Índice de Desenvolvimento Social | 4.996,68 | 182 |
| | Índice do Nível de Educação | 4.971,63 | 272 |
| | Índice do Nível de Saúde | 4.949,91 | 360 |
| Vitória da Conquista | Índice de Desenvolvimento Social | 5.157,98 | 4 |
| | Índice do Nível de Educação | 5.089,27 | 32 |
| | Índice do Nível de Saúde | 5.123,31 | 4 |

Fonte: SEI, (2011)
Adaptação Própria

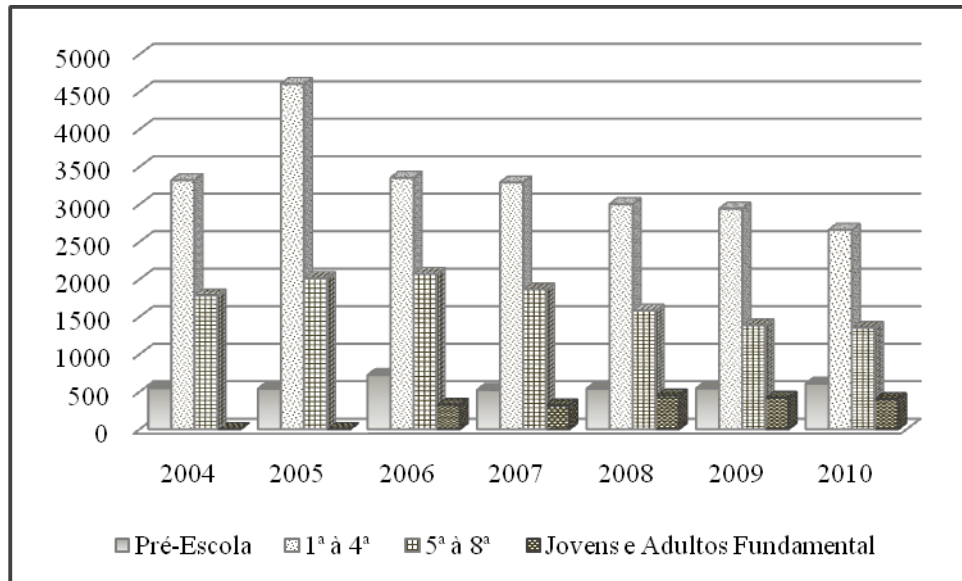
Dentre os municípios baianos, no ano de 2006, Planalto ocupou a 214^a posição no *ranking* estadual em desenvolvimento social, a 190^a em nível de educação e 240^a em nível de saúde, posições relevante, se considerado que outros municípios, a exemplo de Barra do Choça, no mesmo período e com PIB superior ao de Planalto, ocupou posições inferiores no *ranking* estadual.

Anagé apesar de apresentar o mesmo porte populacional de Planalto, também ocupa posições inferiores, como pode ser observado. Entre os municípios apresentados na tabela, Vitória da Conquista é àquele de melhor posição, ocupando a 4^a posição em desenvolvimento social e em nível de saúde, e 32^a posição em nível de educação.

No que se refere à educação, considerando que uma das condicionalidades do Bolsa Família é justamente a frequência escolar, torna-se conveniente analisar o número de matrículas²⁶ do município tanto da rede municipal quanto da rede estadual, no período de 2004 a 2010, buscando com esta análise identificar a influência do programa na área educacional, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

²⁶ Na matrícula da rede municipal não foram considerados o número de matrículas em creche e do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As matrículas no Programa EJA ocorreram até 2005, e em creche, a partir de 2007.

Gráfico 2 - Total de matrícula da rede municipal de Planalto – BA (2004-2010)



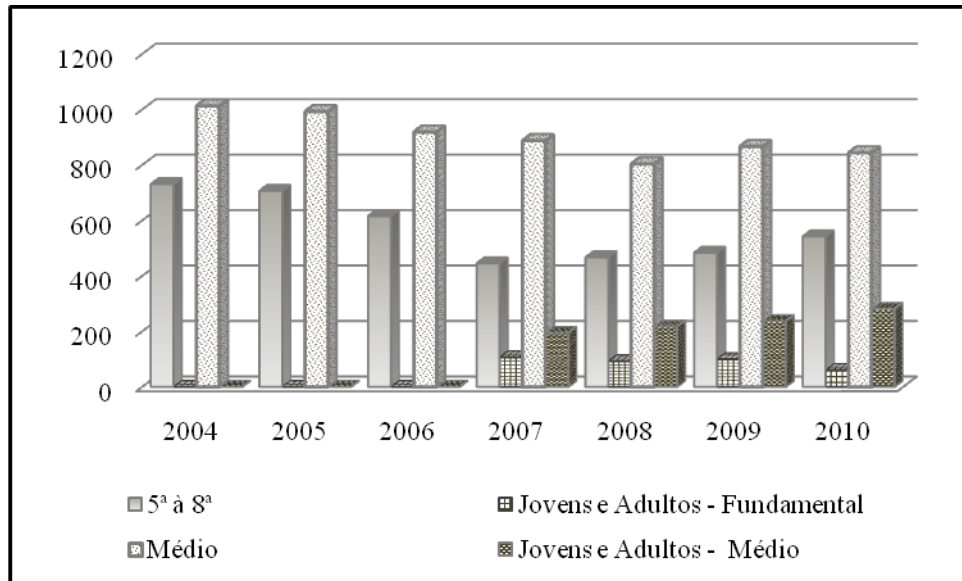
Fonte: INEP, (2011)
Elaboração Própria

Do total de matrículas da rede municipal de ensino entre os anos de 2004 e 2010, constata-se que houve crescimento do número de matrículas em todas as séries oferecidas entre 2004 e 2006, exceto de 1ª à 4ª série, que apresentou declínio do número de matriculados a partir de 2005. Nos anos subsequentes há uma queda no número de matrículas em praticamente todas as séries.

O total de matrículas da rede estadual do município de Planalto entre 2004 e 2010, apresenta uma redução do número de alunos matriculados em todas as séries. Na matrícula de 5ª à 8ª séries houve uma redução de 25,7%.

O ensino médio, responsabilidade do governo estadual, mas que também contempla adolescentes do Bolsa Família, apresentou declínio no número de matriculados ao longo do período, de 1013 alunos em 2004, para 844 em 2010, uma queda de 16,68% no total de matriculados, como pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Total de matrícula da rede estadual de Planalto – BA (2004-2010)



Fonte: INEP, (2011)
Elaboração Própria

A educação para jovens e adultos, tanto no ensino fundamental como no médio, modalidade que visa corrigir distorções idade-série, foi implantada no município em 2007. Na modalidade fundamental houve uma redução de 44,9% do número de matriculados no período, já o ensino de jovens e adultos - médio, cresceu 44,1%, entre 2004 e 2010.

Na saúde, o município dispõe de 59 leitos hospitalares conveniados ao SUS, disponibilizados para os casos de baixa complexidade, duas Unidades de Saúde da Família (UFS) localizadas em bairros periféricos do município, para acompanhamento da saúde das famílias e atendimentos de pronto socorro e um Posto de Saúde com atendimento médico-hospitalar. A Secretaria de Saúde dispõe de agentes de endemias²⁷, que realizam o controle endêmico, além de agentes de saúde que acompanham regularmente as famílias do município.

Alguns indicadores do município de Planalto, no período em análise apresentaram mudanças na dinâmica socioeconômica do município, a exemplo do PIB municipal que cresceu 74%, entre 2004 e 2009, e dos índices de desenvolvimento aqui abordados que também evidenciaram o bom posicionamento do município, quando comparados a municípios como Anagé e Barra do Choça, haja vista que, apesar de Anagé possuir mesmo porte populacional e de Barra do Choça possuir um PIB superior ao de Planalto, seus indicadores de desenvolvimento são maiores, ocupando os municípios posições inferiores no *ranking*

²⁷Programa de controle de doença própria de uma região, a qual se manifesta constantemente, a exemplo da Dengue.

estadual. Estes elementos sinalizam para a ocorrência de mudanças nas estruturas socioeconômicas do município, e nos faz refletir que parte deste crescimento também seja fruto das transferências do Bolsa Família, já que neste período, houve uma ampliação da política.

Quanto as variáveis relativas às condicionalidades em educação e saúde, a análise demonstra que houve oscilações no número de matrículas do município, não sendo possível relacioná-las com as transferências do PBF. Entretanto, na área da saúde, percebe-se que o município dispõe de espaços e pessoal para o acompanhamento das condicionalidades exigidas, já que os bairros dispõem de Unidades de Saúde da Família (USF), e agentes de saúde que fazem o acompanhamento das famílias.

Analisando estas características do município, entender-se-á melhor a importância do PBF para a dinâmica econômica do município, já que o programa direciona uma soma considerável de recursos ao município, e que estes indicadores sinalizam em grande medida o crescimento e desenvolvimento local.

3.4 Análise econômica do programa Bolsa Família no município de Planalto

Tendo em vista conhecer a relevância do Bolsa Família no município de Planalto, se fez necessário uma investigação do contexto econômico do município ao longo do período em análise, considerando as principais receitas municipais e as transferências do Bolsa Família.

Na análise são consideradas as transferências direcionadas ao município de Planalto, no período entre 2004 e 2010, seguido de uma relação comparativa entre as principais Receitas Municipais (FPM, ICMS, IPTU, ISS, e ITBI) e os valores repassados aos beneficiários do PBF no mesmo período, buscando dimensionar a importância do programa na economia local.

No intuito de se justificar a ocorrência de vazamentos de renda, serão analisados dados obtidos junto aos órgãos responsáveis, e aqueles resultantes da aplicação de questionários direcionados aos donos de transportes alternativos e de estabelecimentos comerciais.

3.4.1 Relação entre as Receitas municipais e as transferências do Bolsa Família

A análise da importância do Bolsa Família para a economia do município de Planalto deve levar em consideração além do volume de transferências do programa, aquelas que também compõem a dinâmica econômica do município de Planalto, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

No âmbito do Governo Federal, as transferências direcionadas ao município concentram-se em quatro funções: Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação e Encargos Especiais, com uma soma considerável de recursos. Em 2011, o volume total das transferências somou R\$ 25.376.657,45 distribuídas entre estas funções²⁸.

Para melhor avaliar o volume de recursos transferidos ao município, a tabela 10 especifica o total de recursos por função que foram direcionadas ao município no ano de 2011, para que posteriormente seja realizada uma comparação entre o volume total das transferências e aquelas advindas do Programa Bolsa Família, avaliando assim, a abrangência do Bolsa Família frente ao total de recursos destinadas ao município de Planalto.

Tabela 10 - Total de Transferências federais por função destinadas ao município de Planalto - BA (2011)

| Função | Valor Transferido (R\$) | Porcentagem do Total % |
|--------------------|-------------------------|------------------------|
| Assistência Social | 4.190.867,89 | 16,5 |
| Educação | 791.869,82 | 3,1 |
| Habitação | 58.815,00 | 0,2 |
| Encargos Especiais | 18.419.389,46 | 72,6 |
| Saúde | 1.915.715,28 | 7,6 |
| Total | 25.376.657,45 | 100 |

Fonte: Portal da Transparência (2011)
Adaptação Própria

Dentre as funções, a mais representativa em termos de recursos transferidos, é a dos Encargos Especiais²⁹ com uma transferência de 72,6% do total, destinados ao: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural, dentre outras.

²⁸ Consta em anexo: tabela 1- total de transferências do Governo federal destinadas ao município de Planalto – Ba, no ano de 2011.

²⁹ Ações que envolvem principalmente o financiamento estatal por meio da dívida pública, as transferências para os governos estaduais e municipais e outros encargos financeiros atribuídos a União. (TCU, 2012)

Em Assistência Social as transferências somaram 16,5% do total, destas, a ação das Transferências de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza recebeu maior volume de recursos. As ações da saúde ocupam o terceiro maior volume de transferências, correspondendo a 7,6% do total, seguido de 3,1% destinado à educação e 0,2% a habitação.

Tendo em vista que a função encargos especiais contempla ações direcionadas a área educacional, a próxima tabela traz uma reclassificação dos recursos referentes às ações da Cota-Parte dos Estados e Distrito Federal do Salário-Educação e as do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), os quais foram somados aos recursos referentes à função educação.

Tabela 11 - Reclassificação do total de transferências federais por função destinadas ao município de Planalto - BA (2011)

| Função | Valor Transferido (R\$) | Porcentagem do Total % |
|--------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Assistência Social | 4.190.867,89 | 16,5 |
| Educação | 7.389.106,44 | 29,1 |
| Habitação | 58.815,00 | 0,2 |
| Encargos Especiais | 11.822.152,84 | 46,6 |
| Saúde | 1.915.715,28 | 7,6 |
| Total | 25.376.657,45 | 100 |

Fonte: Portal da Transparência (2011)
Adaptação Própria

Percebe-se com a reclassificação que o volume de transferências direcionadas a educação no município é maior que os 3,1% apresentados na tabela 11, pois o percentual chega a 29,1% do total das transferências, ou seja, um valor considerável.

A função encargos especiais perde participação com esta reclassificação, mas ainda assim é bastante representativa, haja vista que ainda contemple um percentual de 46,6% do total de transferências federais direcionadas ao município de planalto no ano de 2011.

Diante destas constatações sobre o volume de transferências recebidas, cabe analisar a relação existente entre o total de transferências federais e o volume de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família entre 2004 e 2011, em valores de 2011, como apresentados na tabela 12.

Tabela 12 - Relação entre o total de transferências federais e as transferências do Programa Bolsa Família no município Planalto - BA (2004-2011)

| Ano | Transferências Federais (A) | (R\$) PBF (B) | B/A % |
|------|-----------------------------|---------------|-------|
| 2004 | 11.761.790,87 | 1.705.402,80 | 14,5 |
| 2005 | 13.484.030,78 | 2.708.224,79 | 20,1 |
| 2006 | 15.562.374,15 | 2.969.424,45 | 19,1 |
| 2007 | 17.390.329,17 | 3.392.088,83 | 19,5 |
| 2008 | 20.353.688,65 | 3.699.819,42 | 18,2 |
| 2009 | 20.266.132,87 | 3.954.683,34 | 19,5 |
| 2010 | 21.049.751,72 | 3.548.682,14 | 17,7 |
| 2011 | 25.376.657,45 | 4.103.709,00 | 16,2 |

Fonte: Portal da Transparência (2012)
Valores corrigidos com base ao INPC de 2011
Adaptação Própria

Observando a tabela, nota-se um crescimento de 115,75% no volume de recursos das transferências federais e de 140,63% dos recursos do Programa Bolsa Família, no período em análise, entretanto em termos relativos houve um declínio da participação do Bolsa Família entre o total de transferências destinadas ao município de Planalto entre 2005 e 2011. Já que em 2005, o Bolsa Família correspondia a 20,1% de todas as transferências destinadas ao município, totalizando R\$ 2.708.224,79 de recursos transferidos, e em 2011 foram transferidos pelo programa R\$ 4.103.709,00 correspondendo a uma participação de apenas 16,2%. Mas ainda assim, as transferências do PBF se mostram bastante significativa para a economia local, haja vista que estes percentuais, sejam capazes de alterar a dinâmica do município, principalmente pelo fato de que estes recursos são direcionados a famílias de alta propensão ao consumo.

O incremento ocorrido no total de transferências federais destinadas ao município no período pode ser atribuído em grande parte, à ampliação do volume dos recursos destinados às ações governamentais de apoio a saúde, a educação e a serviços sociais, que nos últimos anos tem se expandido consideravelmente em nosso país. Além das transferências federais, são receitas do município os repasses do Governo do Estado e aqueles provenientes de arrecadação própria. Dentre os repasses estaduais ao município estão as Receitas³⁰ do Imposto

³⁰Segundo o sítio governamental: “São repasses aos municípios: a) 25% do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; b) 25% do produto da arrecadação do Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES; c) 25% do produto da arrecadação do Fundo de Cultura da Bahia; d) 50% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, licenciados em seus territórios; e) 25% do repasse federal relativo ao produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI” (SEFAZ, 2012).

Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia (FIES) e do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

A tabela 13 apresenta o volume de recursos estaduais transferidos ao município de Planalto entre 2004 e 2011, em valores de 2011.

Tabela 13 - Transferências do Governo Estadual ao município de Planalto – BA (2004 –2011)

| Ano | Transferências Estaduais (R\$) | | | | | |
|------|--------------------------------|-----------|------------|------------|----------|--------------|
| | ICMS | IPI | IPVA | FIES | FCBA | TOTAL |
| 2004 | 1.529.193,20 | 27.578,49 | 49.641,43 | 94.513,27 | - | 1.700.926,39 |
| 2005 | 1.516.110,25 | 27.990,69 | 63.464,19 | 183.395,93 | 3.367,76 | 1.794.328,82 |
| 2006 | 1.837.467,42 | 33.152,92 | 72.225,12 | 135.100,56 | 3.554,34 | 2.081.500,36 |
| 2007 | 1.795.433,17 | 44.738,57 | 76.856,18 | 69.427,30 | 6.820,47 | 1.993.275,69 |
| 2008 | 1.904.708,42 | 44.423,86 | 81.017,11 | 87.187,11 | 6.351,36 | 2.123.687,86 |
| 2009 | 1.717.530,53 | 28.237,82 | 100.542,91 | 69.819,66 | 8.973,31 | 1.925.104,23 |
| 2010 | 1.877.554,22 | 25.876,32 | 106.044,85 | 72.305,56 | 2.092,63 | 2.083.873,58 |
| 2011 | 2.012.884,58 | 36.090,72 | 126.505,14 | 96.686,01 | 2.013,99 | 2.274.180,44 |

Fonte: SEFAZ – BA (2012)

Valores corrigidos com base ao INPC de 2011

Adaptação Própria

Dentre as receitas estaduais, aquela que mais injetou recursos no município foi a proveniente da arrecadação do ICMS, com uma soma de R\$ 2.012.884,58 de recursos somente no ano de 2011. Entretanto, as transferências que apresentaram maior crescimento foram as referentes à arrecadação do IPVA, com um crescimento de 154,84%, entre 2004 e 2011. Os recursos do IPI, do FIES e do FCBA, apresentam volume menor que as transferências do ICMS, mas ainda assim se apresentam como importantes para a dinâmica econômica do município de Planalto.

Dentre os impostos de competência tributária do município, se configuraram mais representativos os recursos advindos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), juntamente com o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Considerando a relevância das transferências Federais e Estadual ao município de Planalto, faz-se necessário analisar a evolução das receitas do FPM e do ICMS, e aquelas de competência municipal no período compreendido entre 2004 e 2010, para tanto, as receitas foram atualizadas em valores de 2010, utilizando-se para este fim, o índice de preços INPC do IBGE, como pode ser observado a seguir.

Tabela 14 - Evolução das principais Receitas do município de Planalto- BA (2004-2010)

| Ano | Receitas (R\$) | | | | |
|------|----------------|--------------|------------|-----------|-----------|
| | FPM | ICMS | ISS | ITBI | IPTU |
| 2004 | 4.163.974,08 | 1.066.234,35 | - | - | - |
| 2005 | 6.445.426,80 | 1.429.215,44 | 97.856,42 | 10.306,53 | 18.272,34 |
| 2006 | 6.710.382,60 | 1.732.154,26 | 287.474,61 | 19.062,27 | 41.336,64 |
| 2007 | 7.102.585,16 | 1.692.529,11 | 287.138,58 | 76.986,81 | 30.716,34 |
| 2008 | 8.823.041,30 | 1.795.541,39 | 317.753,50 | 81.027,03 | 16.229,04 |
| 2009 | 7.912.054,68 | 1.619.091,58 | 174.505,29 | 49.849,47 | 32.993,24 |
| 2010 | 7.959.622,18 | 1.759.387,26 | 599.540,11 | 60.672,21 | 41.828,96 |

Fonte: Portal da Transparência (2012) / SEFAZ-BA (2012) /Secretaria de Administração-PMP (2011)

Valores corrigidos com base ao INPC de 2010

Adaptação Própria

Em todas as receitas do município, como ilustrado na tabela 14, ocorreram oscilações no período em análise. O FPM, transferência federal de maior volume de recursos destinada ao município, apresentou crescimento de 111,89% entre 2004 e 2008, declinando 9,78% até o ano de 2010. O crescimento total dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios entre 2004 e 2010 foi de 91,15%.

O ICMS e o ISS, impostos mais expressivos a nível estadual e municipal, respectivamente, apresentaram sensíveis incrementos ao longo do período, ratificando sua importância para a dinâmica local, posto que estes impostos são devidos, quando da circulação de mercadorias e serviços e sobre serviços de qualquer natureza.

Apesar do ICMS ser um imposto de competência estadual, o volume de recursos transferidos ao município de Planalto foi bastante expressivo, visto que em 2005 essa transferência correspondeu em valores de 2010 à R\$ 1.429.215,44. Esta categoria de receitas cresceu 65% entre 2004 e 2010.

As receitas referentes ao ISS, imposto de competência do município, apresentaram um crescimento significativo, ampliando-se de uma arrecadação de R\$ 97.856,42 em 2005 (valores de 2010), para uma arrecadação de R\$ 599.540,11, em 2010, e um crescimento real de 512,67%, no período. O aumento na arrecadação do ISS, em grande medida se deve a implantação de uma praça de pedágio no município, em fins de 2010.

Outra importante evolução apresentada na tabela 15 é o crescimento da arrecadação de outros dois impostos de competência tributária do município, o ITBI, imposto cobrado sobre a transmissão de bens imóveis, e o Imposto Predial e Territorial Urbano, haja vista que estes impostos são possíveis indicadores de valorização e crescimento local. As receitas referentes ao ITBI entre 2005 e 2008 cresceram 686,17%, seguido de queda de 38,48% no

ano seguinte e voltando a crescer em 2010. Segundo informações da Secretaria de Administração, nenhum fato veio a justificar o declínio na arrecadação no ano de 2009, entretanto este período coincide com o de mudança dos gestores municipais. O segundo mais importante imposto municipal, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sofreu oscilações no volume de recursos no período em análise. Cresceu 126,22% entre 2005 e 2006, declinou 60,74% até 2008, e voltou a crescer em 2009, alcançando uma arrecadação de R\$ 41.828,96 no ano de 2010.

Após analisar a evolução destas categorias, percebemos que algumas variáveis apresentaram sensíveis incrementos. Se considerássemos o volume de recursos que mensalmente são injetados no município por meio das mais diversas transferências, poderíamos creditar que, em grande medida elas impulsionam a economia local. Entretanto, para analisar a importância do Bolsa Família torna-se conveniente realizar comparações entre as Receitas municipais e o total do repasse do Bolsa Família, como apresentado na tabela 15. Para esta análise foram consideradas as duas principais fontes de recursos do município, os valores anuais do Fundo de Participação do Município e os referentes ao ICMS, no período de 2004 a 2010, e o volume das transferências do Bolsa Família, todos em valores de 2010.

Tabela 15 - Relação entre as transferências do PBF e as Receitas Municipais do FPM e do ICMS (2005-2010)

| Ano | Receitas (R\$) | | | A/B % | A/C % |
|------|---------------------------|--------------|--------------|-------|--------|
| | Transferências do PBF (A) | FPM (B) | ICMS (C) | | |
| 2004 | 1.607.658,79 | 4.163.974,08 | 1.066.234,35 | 38,61 | 150,78 |
| 2005 | 2.553.004,77 | 6.445.426,80 | 1.429.215,44 | 39,61 | 178,63 |
| 2006 | 2.799.233,97 | 6.710.382,60 | 1.732.154,26 | 41,71 | 161,60 |
| 2007 | 3.197.673,52 | 7.102.585,16 | 1.692.529,11 | 45,02 | 188,93 |
| 2008 | 3.487.766,87 | 8.823.041,30 | 1.795.541,39 | 39,53 | 194,25 |
| 2009 | 3.548.826,79 | 7.912.054,68 | 1.619.091,58 | 44,85 | 219,19 |
| 2010 | 3.493.252,00 | 7.959.622,18 | 1.759.387,26 | 43,89 | 198,55 |

Fonte: Portal da Transparência (2012) / SEFAZ-BA (2012)

Valores corrigidos com base ao INPC de 2010

Adaptação Própria

As relações apresentadas na tabela demonstram que os valores transferidos são bastante expressivos. Quando comparamos o volume das transferências com o total de recursos do Fundo de Participação do Município para o ano de 2010, os recursos do Bolsa Família representam 43,89% do FPM, uma importância relativa bastante significativa, pois,

em grande medida, estes recursos passam a circular no comércio local fomentando assim a economia do município.

A título de ilustração, compararemos estes resultados, com aqueles encontrados por Bastos (2009), no município de Maracás-BA e por Marques (2005), em sua análise sobre a importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. Em Planalto os recursos do Bolsa Família no ano de 2007 equivaleram a 45,02% do FPM. Um valor superior ao encontrado em Maracás, em que o total das transferências corresponderam a 27,99% do FPM no mesmo período. Em Marques (2005), cuja referência é julho de 2004, as transferências do Bolsa Família corresponderam a 31% do FPM, na cidade de Porto Alegre. Ou seja, o total das transferências do PBF no município de Planalto também foi superior. Neste sentido, percebe-se a importância do Bolsa Família para a economia do município de Planalto, pois como bem argumenta Marques (2005), quanto menor forem as receitas municipais, mais importante será a significância das transferências de renda para os pequenos municípios, o que é perfeitamente cabível a Planalto.

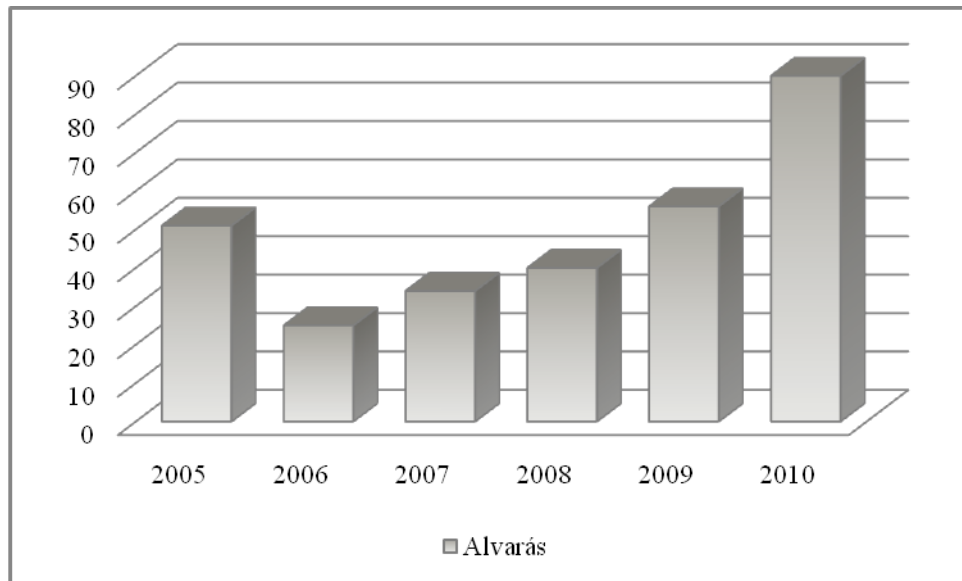
Observando a relação percentual do ICMS com os recursos do PBF em 2007, percebemos que o Bolsa Família chegou a ser 88,93% superior que os recursos do ICMS no mesmo período, ou seja, a relação percentual do ICMS no município de Planalto mostrou-se mais expressiva que a do município de Maracás no mesmo ano, já que neste último as transferências do PBF foram 46% superior.

O Bolsa Família disponibiliza pequenos valores mensais as famílias beneficiadas, que acabam por impactar significativamente nas pequenas economias, devido principalmente ao grande número de contemplados e ao baixo dinamismo apresentado pelos municípios. Considerando que é um grande volume de recursos e que a grande maioria dos beneficiários gastam parte do que recebem na localidade, a importância do Bolsa Família se mostra bastante significativa para a ampliação do comércio local.

O gráfico 4, apresenta a quantidade de alvarás expedidos³¹ pelo município entre 2005 e 2010, tendo em vista que estes se caracterizam como uma autorização de funcionamento ou realização de evento, emitido às empresas, ao comércio ou a cidadãos, e sob o qual é cobrada uma taxa, observando a legislação municipal vigente e o Código Tributário. Esta categoria, juntamente com as Receitas do município, vem demonstrar uma ampliação na dinâmica econômica do município de Planalto.

³¹Dados fornecidos pela Coordenação de Tributos - PMP

Gráfico 4 - Total de alvarás expedidos pelo município de Planalto-BA (2005-2010)



Fonte: Coordenação de Tributos – PMP (2011)
Elaboração Própria

Segundo o Setor de Tributos do município, em 2005, foram expedidos 51 alvarás, com uma redução de 49,1% no ano seguinte. Entretanto, a partir de 2006 o número de expedições passou a aumentar progressivamente, alcançando 90 alvarás em 2010. Um crescimento total do número de alvarás expedidos de 76,47% entre 2005 e 2010.

Segundo a Coordenação de Tributos do município de Planalto, a categoria de comércio varejista concentra a maior quantidade de alvarás expedidos, 51,9% do total, seguido de 24% da categoria bar, 13,5% de prestação de serviços, e os 10,6% restante distribuídos entre demais categorias. É importante ressaltar que este crescimento, também se deve a ampliação do valores repassados pelo Bolsa Família e pelas demais transferências ao município de Planalto. Cabe mencionar que nesta análise não foram considerados os estabelecimentos informais, o que tenderia a aumentar tais incrementos.

3.4.2 Analisando Vazamentos

A título de entendimento analisaremos alguns elementos que tendem a indicar vazamentos de renda. Para análise, foram utilizados dados disponibilizados em sítios governamentais, o resultado da pesquisa realizada com os proprietários de veículos alternativos, com os proprietários de estabelecimentos comerciais, com a agência de transporte rodoviário e com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto.

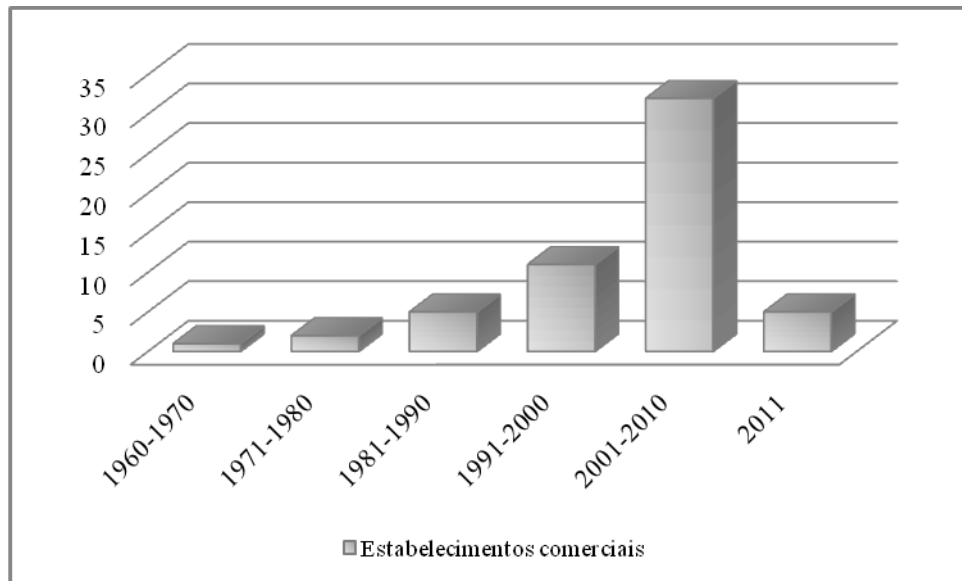
Segundo Souza (2009), as regiões mais prósperas tendem a atrair capitais e trabalhadores das áreas pouco desenvolvidas, promovendo com o deslocamento perdas para os pequenos centros, ou seja há mobilidade regional de bens e fatores. Assim as perdas configuram-se como vazamentos de renda e de fatores de produção, haja vista que o centro pouco desenvolvido não possui elementos capazes de atender a demanda crescente, ou seja, as pessoas buscam os centros maiores para ter acesso aos mais variados bens e serviços.

Neste sentido a região dotada de maior dinamicidade atrairá renda das menos desenvolvidas. “As pessoas emigram em busca de trabalho, ou para ter acesso a serviços variados, como saúde, educação, cultura, lazer e outros.” (SOUZA, 2009, p. 150), configurando-se em uma troca desigual.

Em nossa análise, os recursos do Bolsa Família representam injeções de renda para a economia municipal, pois eles ampliam a capacidade de compra de bens e serviços dos beneficiários do programa. As transferências contemplam famílias de baixa renda, cuja propensão a consumir é das mais elevadas, não ocorrendo poupança, tais incrementos tendem a aumentar o consumo dos beneficiários. Entretanto, grande parte das rendas dos pequenos municípios são direcionadas para a compra de bens e serviços em outras localidades, caracterizando assim, em vazamentos econômicos. Se os vazamentos forem superiores as injeções de renda, ocorrerão reduções na renda local, e o crescimento e desenvolvimento da localidade se dará em níveis inferiores, ao impacto potencial que estes valores poderiam gerar para a economia local.

Para melhor entendimento, deve-se levar em consideração que não há indústrias instaladas no município de Planalto, e que o setor comercial é pouco expressivo. Os estabelecimentos comerciais são de pequeno porte, concentrando-se nos ramos alimentícios, farmacêuticos, confecções, móveis, eletrodoméstico e materiais de construção. No que se refere aos estabelecimentos comerciais, o gráfico 5 apresenta o resultado da pesquisa, quanto a implantação de estabelecimentos comerciais no município de Planalto, por década, a partir de 1960, e para o ano de 2011, buscando-se por meio deste avaliar o período mais expressivo de implantação de estabelecimentos comerciais no município.

Gráfico 5 – Implantação de Estabelecimentos Comerciais em Planalto-BA (1960 – 2011)



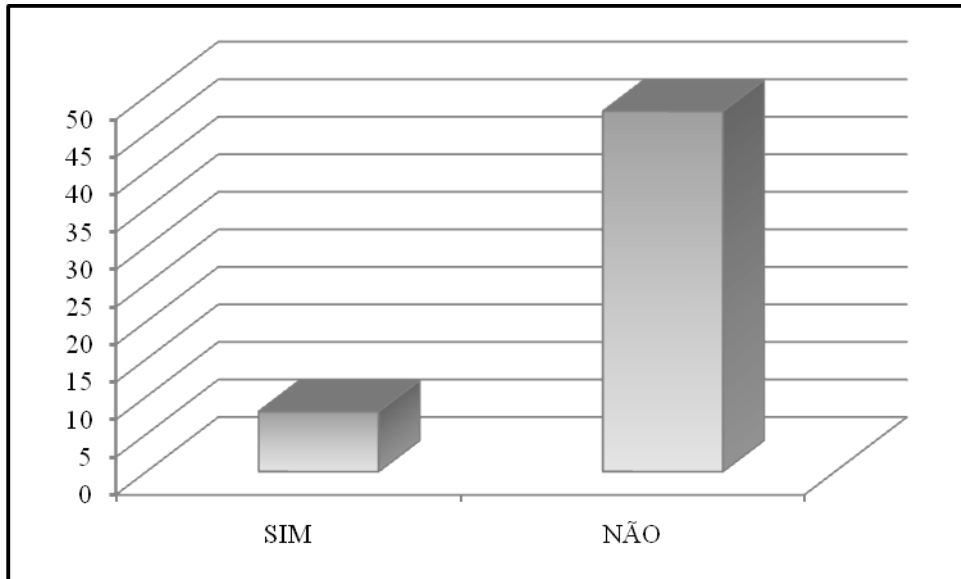
Fonte: Elaboração Própria

Dentre os 56 estabelecimentos pesquisados, 57,14% dos proprietários afirmaram que a implantação de seu comércio ocorreu entre 2001 e 2010, período coincidente com o de criação e ampliação do Programa Bolsa Família.

É deste período ainda, a criação da CDL de Planalto, com início em abril de 2004, com 20 afiliados, número pouco expressivo, mas que vem transparecer o fortalecimento das relações econômicas na cidade, a partir da década 2000. Atualmente a Câmara de Dirigentes Lojista conta com 32 afiliados, um crescimento de 16% do número de afiliados em oito anos de existência. Entretanto, apesar do crescimento do número de estabelecimentos implantados na década 2000, comprovada com a pesquisa, percebe-se que o município apresenta pouca dinamicidade econômica, não dispondo de habilidades produtivas capazes de promover maior desenvolvimento, ou seja, o município não possui estrutura capaz de absorver o volume de recursos injetados no município, drenando parte destes valores para regiões mais prósperas.

Por meio da pesquisa também foi possível identificar algumas particularidades dos estabelecimentos locais. No gráfico 6 está ilustrado o resultado quanto os fornecedores, ou seja, se os fornecedores dos estabelecimentos são do próprio município de Planalto.

Gráfico 6 - Estabelecimentos comerciais que possuem fornecedores no Município de Planalto – BA (2012)



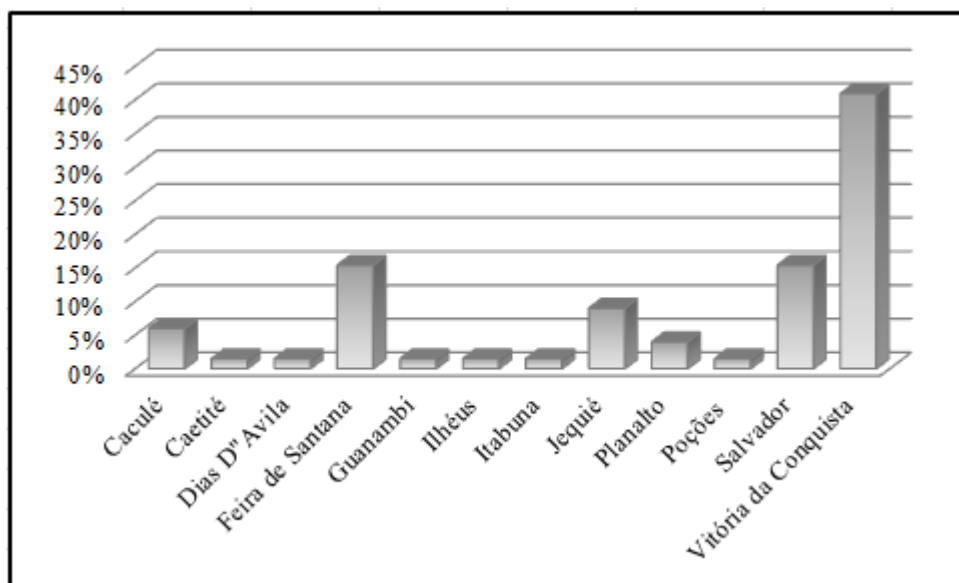
Fonte: Elaboração Própria

Como podemos observar grande parte dos proprietários responderam não ao questionamento, assim percebemos que a maioria dos bens comercializados são oriundos de outros centros.

Dentre os estabelecimentos pesquisados, 94% dos proprietários afirmaram que seus fornecedores são de outras localidades, e apenas 6% são do próprio município. De acordo com o resultado, Planalto tem como centros fornecedores alguns municípios baianos, entre eles, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador, referenciados respectivamente em 40,9%, 15,5%, 15,5% dos questionários.

Além de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, foram citados como centros fornecedores: Jequié com 9%, Caculé com 6%, e os municípios de Caetité e Poções com apenas 1,5%, como pode ser observado no gráfico a seguir.

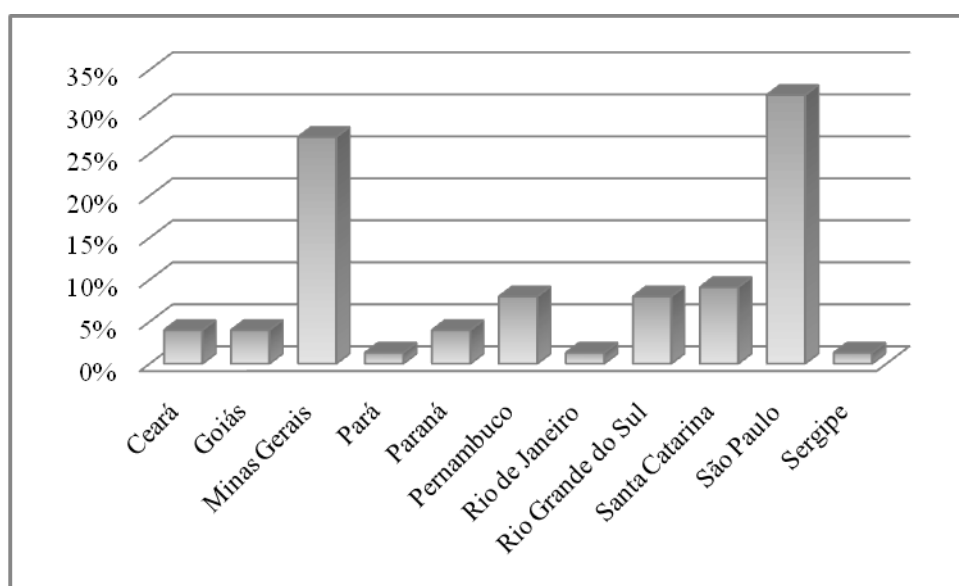
Gráfico 7 - Principais centros fornecedores localizados no estado da Bahia (2012)



Fonte: Elaboração Própria

A nível nacional os principais fornecedores concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país como nos mostra o gráfico 08. Estes fornecedores estão principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, seguidos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com o fornecimento de produtos como confecções, materiais de construção e calçados.

Gráfico 8 - Principais centros fornecedores localizados em outros estados do Brasil (2012)



Fonte: Elaboração Própria

A compra em outros estados se justifica, pelo fato de que o município, e mesmo o Estado da Bahia, não possui um centro produtor capaz de atender a demanda interna, fazendo com que a grande maioria dos municípios recorra à outros Estados.

Quando analisamos a frota de veículos do município de Planalto disponibilizada pelo DETRAN – BA (2012), distribuída por categorias entre o período de 2005 e 2011, e apresentada na tabela a seguir percebemos uma possível via de vazamento de renda entre Planalto e outras localidades.

Tabela 16 - Frota do município de Planalto - BA³² (2005-2011)

| Ano | Auto | Camioneta | Caminhão | Ônibus | Microonibus | Moto | Outos(1) | Total |
|------|------|-----------|----------|--------|-------------|------|----------|-------|
| 2005 | 386 | 160 | 80 | 37 | 5 | 209 | 30 | 907 |
| 2006 | 412 | 177 | 87 | 38 | 7 | 244 | 35 | 1000 |
| 2007 | 451 | 179 | 91 | 39 | 9 | 329 | 49 | 1147 |
| 2008 | 502 | 187 | 105 | 43 | 10 | 430 | 53 | 1330 |
| 2009 | 577 | 214 | 115 | 46 | 19 | 582 | 65 | 1618 |
| 2010 | 674 | 240 | 121 | 49 | 22 | 703 | 84 | 1893 |
| 2011 | 750 | 267 | 132 | 55 | 25 | 810 | 103 | 2142 |

Fonte: DETRAN –BA (2012)

(1) classificação do DETRAN – BA não especifica quais seriam esses veículos.

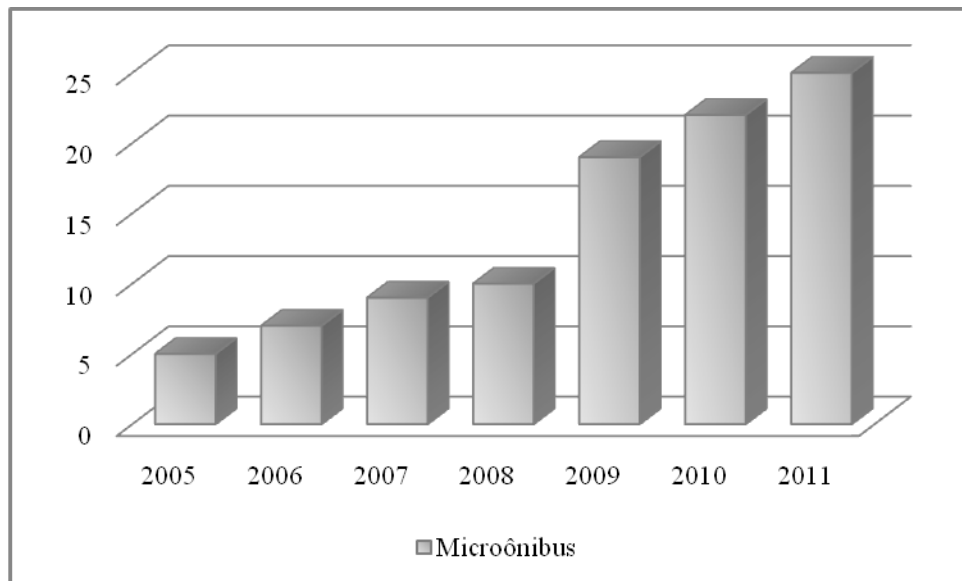
Elaboração Própria

Como pode ser observado, a frota total do município apresentou um crescimento de 136,2%, no período em análise, pois o aumento do número de automóveis e motocicletas também indicam saída de rendas para outros centros, e como o município não possui concessionária de automóveis, apenas uma revendedora de motocicleta, estas aquisições são realizadas em outras localidades.

Se considerarmos que a frota de automóveis de Planalto cresceu 94,3% e a de microônibus, categoria em que se enquadram os veículos de transporte alternativo, cresceu 400%, como ilustrado no gráfico 9, chegaremos a importantes conclusões quanto ao fluxo de passageiros entre Planalto e outros municípios vizinhos entre 2005 e 2011, pois este expressivo crescimento da quantidade de veículos (microônibus), sinalizam possíveis vazamentos de renda para outros centros.

³²Foram considerados os dados referente ao mês de dezembro dos anos em análise.

Gráfico 9 – Evolução do número de microônibus do município de Planalto – BA (2005 - 2011)

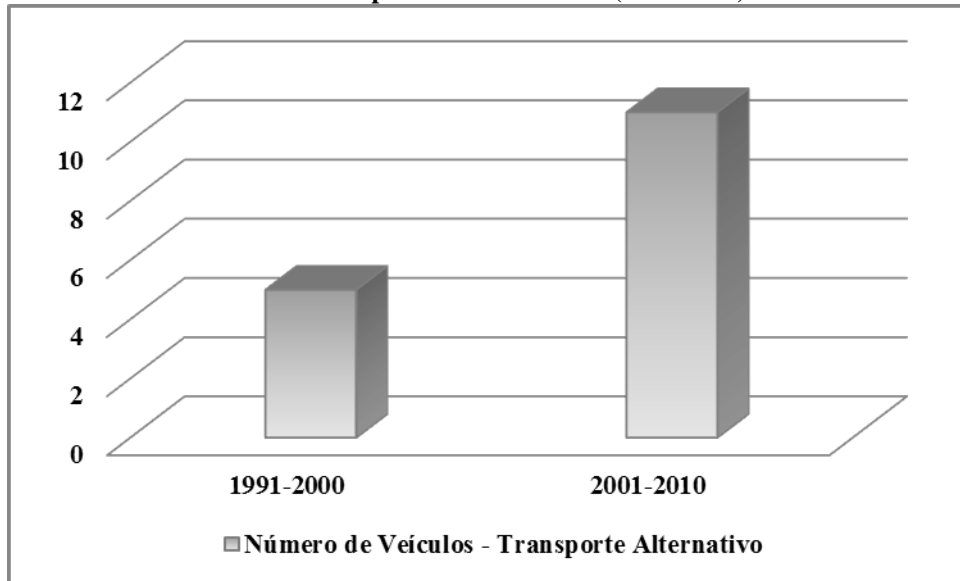


Fonte: DETRAN – BA (2012)
Elaboração Própria

A título de entendimento, consideramos o resultado da pesquisa direcionada aos proprietários de veículos alternativos, que diariamente transportam passageiros entre Planalto e cidades vizinhas. Talvez o crescente número de veículos se justifique pela pouca expressividade do comércio local, pois o município não conta com infraestrutura capaz de atender a demanda da população, tornando a procura por bens e serviços em outras cidades cada vez maior.

Ao longo de 20 anos, desde o início do primeiro veículo a fazer linhas diárias ao município de Vitória da Conquista, o número de veículos a circular entre Planalto e municípios vizinhos, principalmente para Vitória da Conquistas, tem aumentado consideravelmente, como ilustrado no gráfico 10.

Gráfico 10 – Quantidade de veículos alternativos que transportam passageiros no município de Planalto – BA (1991-2010)



Fonte: Elaboração Própria

Se considerarmos, que entre os anos de 1991 e 2000, cinco veículos circulavam diariamente entre Planalto e os municípios vizinhos, e na década seguinte o número aumentou para 11 veículos, perceberemos um crescimento de 120% na quantidade de veículos alternativos no período em análise. Um crescimento bastante expressivo e coincidente com o do aumento do volume de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família ao município de Planalto.

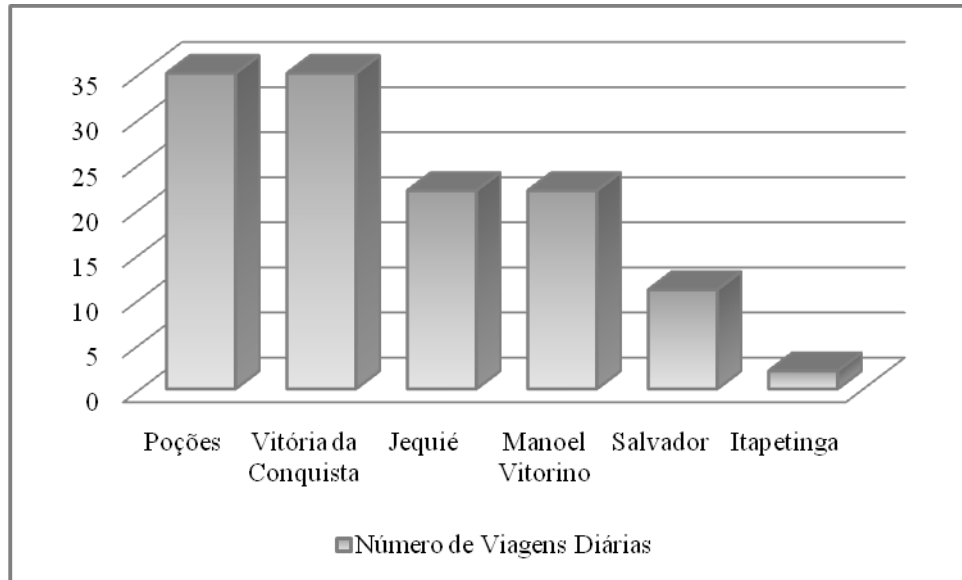
Estes veículos transportam em média 14 passageiros, e tem como principal destino o município de Vitória da Conquista, demonstrando assim, o crescimento do fluxo de pessoas entre os municípios e o consequente vazamento de renda para outras localidades. Devemos considerar também que o município de Planalto possui uma agência de transporte rodoviário, com duas empresas de transporte de passageiro intermunicipal. A venda média de passagens diárias é de 80 com linhas para diversos municípios. Os passageiros, segundo a pesquisa, tem como principal destino a cidade de Vitória da Conquista.

A pesquisa realizada pelo IBGE, em 2007, denominada de Pesquisa de Regiões de Influência de cidades (REGIC)³³, também vem demonstrar as relações existente entre o município de Planalto e os principais centros regionais, apresentando assim, o fluxo de pessoas entre Planalto e outros municípios. A pesquisa analisa o principal destino da

³³Trata-se de uma Pesquisa de Regiões de Influência de Cidades, realizada pelo IBGE (2007), apresenta as redes formadas pelos principais centros urbanos do país.

população quando da utilização do transporte coletivo rodoviário, no caso do município de Planalto, o resultado encontra-se ilustrado no gráfico 11.

Gráfico 11 - Número de viagens diárias à outros municípios (2007)



Fonte: REGIC – IBGE (2007)
Elaboração Própria

A principal constatação é que o fluxo de pessoas direciona-se na mesma proporção para os municípios de Poções e Vitória da Conquista, com 35 viagens realizadas diariamente, de aproximadamente sessenta minutos. Com 22 viagens para os municípios de Jequié e Manoel Vitorino, 11 para a capital do Estado, Salvador e 2 para Itapetinga.

Mais uma vez é notório o deslocamento da população planaltense para outros centros, principalmente para as cidades vizinhas de Vitória da Conquista e Poções. Daí percebe-se a ocorrência de vazamentos de renda para outros centros, haja vista que é intenso o fluxo de pessoas a circular entre Planalto e demais municípios.

Na pesquisa também foram investigados para qual localidade, as pessoas deslocam-se para a aquisição dos serviços de: aeroporto, compras, cursos, lazer e saúde. Atribuindo-se 1 para a cidade que a população do município de Planalto desloca-se como primeira opção para adquirí-lo, 2 como segunda opção, e assim sucessivamente para a aquisição destes serviços, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 17 - Principais centros de preferência na aquisição de serviços – Planalto – Ba (2007)

| Destino | Aeroporto | Compras | Cursos | Lazer | Saúde |
|----------------------|------------------|----------------|---------------|--------------|--------------|
| Vitória da Conquista | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Poções | - | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Itapetinga | - | - | 3 | - | - |
| Jequié | - | 3 | 4 | - | - |
| Salvador | - | - | - | - | 3 |

Fonte: REGIC – IBGE (2007)

Adaptação Própria

Na pesquisa perguntou-se para qual centro os moradores de Planalto se dirigiam para a aquisição dos serviços acima relacionados. Para a utilização do serviço de aeroporto, a população planaltense dirige-se para Vitória da Conquista. Em se tratando de compras a primeira opção é Vitória da Conquista, a segunda o município de Poções e a terceira opção seria Jequié. Já a realização de cursos de nível superior o principal destino também Vitória da Conquista, seguido de Poções e a terceira opção seria Jequié e Itapetinga. Para a prática de lazer seria Vitória da Conquista e Poções. Na área de saúde, as opções de destinos seriam: Vitória da Conquista, Poções e Salvador.

Desta forma, esses dados descrevem o fluxo entre Planalto e outros municípios, e nos leva a identificar Vitória da Conquista como o centro em que são polarizadas diversas atividades, sejam elas relacionadas a demanda de bens de consumo, ou em serviços dos mais diversos.

Portanto, é importante ressaltar que a análise do Programa Bolsa Família no município de Planalto apresenta importantes constatações, seja pelo crescimento das Receitas municipais, que desde 2004 se mostaram bastante expressivas, seja pelo aumento do número de alvarás, ou quando se constata que o surgimento de novos estabelecimentos comerciais se fizeram principalmente entre 2004 e 2011. Percebe-se também que a dinâmica econômica do município passou por mudanças, principalmente no período coincidente com o de criação e ampliação do PBF, e que elas tendem a indicar prosperidade econômica e desenvolvimento. No entanto, percebemos com a análise a possível existência de vazamentos de renda para outras localidades, mas não sendo possível quantificá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o Programa Bolsa Família no município de Planalto. A problemática que conduziu a investigação buscou analisar o Programa Bolsa Família na economia do município, no período de 2004 a 2010, tendo a hipótese de que o Programa Bolsa Família contribui para o crescimento e desenvolvimento do município de Planalto-BA.

O referencial teórico utilizado considerou as questões do crescimento e desenvolvimento e a vertente do desenvolvimento com equidade, além de nos remeter a uma reflexão a cerca da importância da Política Social para o desenvolvimento de pequenas localidades.

A partir da teoria do crescimento e desenvolvimento, buscou-se caracterizar o processo de desenvolvimento, utilizando-se das noções convencionais acerca do crescimento e desenvolvimento e daquela que considera o desenvolvimento inseparável do princípio de justiça social. O caráter endógeno do desenvolvimento regional implicaria na ampliação das capacidades locais, cujo desdobramento seria o aumento do excedente econômico. No entanto, esta proposta não foi capaz de homogeneizar todos os centros, haja vista a dificuldade que as pequenas cidades enfrentam para se desenvolverem, daí porque consideramos a vertente de desenvolvimento calcado no princípio da equidade, pois nesta, busca-se uma maior igualdade de oportunidades e de capacidades, por meio da inclusão daqueles historicamente excluídos, para assim alcançar o desenvolvimento.

No que pese a importância do PBF para o município de Planalto, consideramos a ampliação de 53,36% do número de beneficiários do programa, entre 2004 e 2011, com um crescimento de 140,63% no volume de recursos. No entanto, em termos relativos, a participação do Bolsa Família no volume de transferências federais apresentou declínio. Em 2005 a participação chegou a 20,1% do total de recursos transferidos pelo governo federal, declinando para 16,2% de participação em 2011. O programa mensalmente injeta um volume grande de recursos no município, atendendo a cerca de 3,42 mil famílias.

Como estes recursos são direcionados a famílias de alta propensão a consumir, ou seja, grande parte destas famílias gastam o que recebem na própria cidade tem-se a expansão do comércio e o conseqüente crescimento e desenvolvimento do município, aqui expresso pelo resultado da pesquisa, que apresenta o surgimento de novos estabelecimentos no período coincidente com o de criação, e ampliação do Bolsa Família.

Quanto á dinâmica econômica do município de Planalto, algumas variáveis especificadas no trabalho apresentam resultados relevantes, a exemplo do crescimento do PIB, que entre 2004 e 2009 cresceu 74%, um crescimento maior que o PIB estadual no mesmo período. Quando analisado o PIB setorial do município, o setor de serviços apresentou declínio entre 2000 e 2004. Entretanto, no período seguinte, ele começa a ganhar participação, crescendo 6,51% no período, sinalizando assim para mudanças na dinâmica local. O período coincide com o de ampliação do programa no município, haja vista que somente entre 2005 e 2006, o número de contemplados cresceu 26,89%.

O incremento no PIB municipal é indicativo do possível crescimento econômico do município, entretanto, como abordado anteriormente, para avaliar o desenvolvimento econômico, devem ser consideradas outras variáveis socioeconômicas, a exemplo dos indicadores municipais de saúde, de educação e o social, considerados em nosso estudo.

Por meio destes índices, percebemos o bom posicionamento do município quando o comparamos com outros pertencentes à mesma região econômica, a exemplo de Anagé, município de mesmo porte populacional de Planalto, e o município de Poções, cujo PIB e população são superiores ao do município. Na análise que ocorreu para o ano de 2006, por não haver dados recentes disponíveis, o município de Planalto ocupa a 240ª posição do *ranking* estadual no índice do nível de saúde dos municípios baianos, enquanto Anagé está na 250ª posição, e Poções na 360ª posição do *ranking*. Cabe salientar que estes dados não são suficientes para indicar crescimento e desenvolvimento do município de Planalto, mas que, no entanto, reforçam os indícios de mudanças na dinâmica econômica e social do município, reforçando assim, a ideia de que as transferências de renda podem promover o desenvolvimento das pequenas localidades.

Contudo, devemos levar em consideração que a dinâmica econômica do município de Planalto, é fruto não apenas das transferências do Bolsa Família, mas também, da ampliação dos recursos das demais transferências, a exemplo do volume de recursos das transferências federais, que entre 2004 e 2011, cresceram 115,75%. Somente em 2011 foram transferidos R\$ 25.376.657,45 ao município, valor muito expressivo para uma pequena economia, daí o porque de considerá-las na análise; dos aumentos reais do salário mínimo, da aposentadoria rural e demais benefícios.

O significativo crescimento das principais Receitas do município, vem demonstrar o impacto positivo do programa Bolsa Família no município de Planalto. Dentre os recursos, estão àqueles referentes ao FPM, que cresceram 91,15% em termos reais entre 2004 e 2010, já as receitas do ICMS aumentaram 65% no mesmo período. Dentre os recursos de competência

do município, a arrecadação que apresentou maior crescimento em termos percentuais, foi a referente ao ISS com um crescimento de 512,67%, no período. Tais constatações reforçam dinamização ocorrida no comércio local.

Ao avaliar a importância econômica do Bolsa Família, por meio de uma relação comparativa entre as transferências do programa e as receitas do município, constatou-se que os resultados vão ao encontro com os resultados de Bastos (2009), pois em Planalto, em 2007 o total dos recursos do programa correspondeu a 45,02% do total das receitas do FPM. As transferências foram ainda, 88,93% superior à cota do ICMS do município. Em Maracás no mesmo ano, os resultados foram de 27,99% do total do FPM e, 46% superior aos recursos do ICMS, ou seja, em Planalto os resultados se mostraram mais expressivos.

Os resultados encontrados em Planalto também são parecidos aos apresentados por Marques (2005), quando da análise da importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros, em que ela salienta que os valores do programa são mais significativos em municípios pouco desenvolvido, principalmente aqueles da Região Nordeste do Brasil. Se considerarmos que Planalto apresenta características similares as apontada pela autora, compartilharemos de sua ideia de que, “de maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município – o que transparece na baixa transferência do ICMS – maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família.” (MARQUES, 2005, p. 23).

Com relação à evolução do número de alvarás expedidos pela prefeitura, entre 2005 e 2010 houve um crescimento de 76,47% do número de alvarás expedidos, indicando desta forma aumento do consumo, fruto da ampliação da renda dos beneficiários do programa e demais incrementos já salientados. O período mais expressivo do surgimento de novos estabelecimentos, foi constatado por meio da aplicação dos questionários, e ocorreu principalmente entre 2004 e 2011, coincidindo com o surgimento do Programa Bolsa Família, já que o resultado da pesquisa aponta a implantação de 32 novos estabelecimentos neste período.

A expansão do comércio local, constatada por meio da elevação do número de alvarás e por meio da aplicação dos questionários destinados aos donos de estabelecimentos comerciais, reafirma a importância que um programa com dimensão tão significativa pode representar para municípios pequenos como Planalto, pois ao transferir renda, acabam por estimular o consumo, aumentando a procura por bens e serviços e promovendo o crescimento local.

Porém, cabe aqui salientar a dificuldade de dimensionar o impacto do programa para o crescimento e desenvolvimento do município de Planalto-BA, haja vista que por meio da

pesquisa constatamos algumas vias de vazamentos de renda não consideradas em nossa hipótese. Cabe lembrar que os dados da investigação apenas evidenciam uma realidade, não transparecendo outras relações, por ventura existente, da dinâmica econômica e social do município. Contudo, para conclusões mais abrangentes serão necessário novos estudos com análises teóricas e metodológicas mais detalhadas que nesta investigação não se fez possível, principalmente ao que tange aos vazamentos de renda, já que esta questão foi percebida no transcurso da investigação.

Portanto, o impacto do Programa Bolsa Família na dinâmica econômica do Município de Planalto é comprovado pelo crescimento das receitas municipais, que desde 2004 crescem significativamente, pelo aumento do número de alvarás e pelo fato de que o surgimento de novos estabelecimentos comerciais se fizeram principalmente entre 2004 e 2011, mas há indícios da ocorrência de vazamentos de renda para outros centros, fazendo necessário novos estudos, por meio de métodos qualitativos e quantitativos para se averiguar com maior precisão a dimensão dos vazamentos aqui sinalizados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues; **Novos desafios à descentralização fiscal no Brasil: As Políticas Sociais e as de Transferências de Renda.** Fev. 2006

Disponível em:

<http://www.iets.org.br/biblioteca/Novos_desafios_a_descentralizacao_fiscal_no_Brasil.pdf>

Acesso em: 10 jun. 2011.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** In: Planejamento e Política Pública, nº 23, Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>

Acesso: 14 jun. 2011.

ANDRADE, Jarpa Aramis Ventura; SORGATO, Lucas André Ajala; NUNES, Michelle Cristiane de Lima; CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **A influência das transferências de renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais programas socioeconômicos vigentes.** 13º Congresso BIEN 2010 - Renda Básica como Instrumento de Justiça e paz. São Paulo- SP, jul. 2010.

Disponível em:

<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/AInfluenciadasTransferenciasdeRendanoEstadodeAlagoas.pdf>>

Acesso: 25 jun. 2011.

BASTOS, Claudiana Botelho. **O Programa bolsa família: Uma avaliação sobre seu impacto econômico no município de Maracás-BA.** Monografia (Graduação em Ciências Econômica) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista – BA, 2009.

BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: Teorias e Métodos de Análises.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1998. P. 589-687.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília-DF. Senado, 1988.

_____. **Fome Zero. Programas e ações.**

Disponível: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>

Acesso em: 22 set. 2011.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>

Acesso em: 05 abr. 2011.

CANO, Wilson. **Introdução a economia: uma abordagem crítica.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. **Políticas sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal.** In: Jaccoud, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília, IPEA, p. 181-260, 2005.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_Questao_Social.pdf>

Acesso em: 12 set. 2011.

CGU. Controladoria-Geral da União – CGU. **Portal da Transparência**. Transferências de recursos.

Disponível: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>

Acesso em: 22 fev. 2012.

DELGADO, Guilherme Costa; THEODORO, Mário Lisboa. **Desenvolvimento e Política social**. In: Jaccoud, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, p. 181-260, 2005.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_Questao_Social.pdf>

Acesso em: 14 nov. 2011.

DULCI, Otávio Soares. **Transferência de renda e política social**: Modelos e trajetórias institucionais na América Latina. 33º Encontro da ANPOCS. Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2009. GT 12: Desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento.

Disponível em: <http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/America_Latina/10-Otavio_dulci.pdf>

Acesso em: 15 jan. 2011.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database. April 2011**.

Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>>

Acesso em: 15 jun. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. DETRAN - **Departamento Estadual de Trânsito. Secretaria da Administração do Estado da Bahia**.

Disponível em: <<http://www.detran.ba.gov.br/estatistica/index.php>>

Acesso em: 30 mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades** – População.

Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ba>>

Acesso em: 22 set. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades** – Censo Agropecuário 2006.

Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ba>>

Acesso em: 28 set. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **REGIC 2007.**

Disponível

em:

<ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/banco_de_dados/>

Acesso em: 22 jan. 2012

INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Matrícula.**

Disponível: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>>

Acesso em: 22 set. 2011.

_____. SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Arrecadação mensal dos municípios.**

Disponível em: <<http://www.sefaz.ba.gov.br/>>

Acesso em: 07 abr. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gastos com política social:** alavanca para o crescimento com distribuição de renda. N° 75, fev. 2011.

Disponível

em:

<

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf>

Acesso em: 12 dez. 2012.

LAVINAS, Lena. **Programa de garantia de renda mínima:** perspectivas brasileiras. Texto para Discussão, 596, IPEA, Rio de Janeiro, 1998.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0596.pdf>

Acesso em: 02 out. 2010.

_____, Lena. **Transferências de Renda:** o "quase tudo" do sistema de proteção social brasileiro. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2006, Salvador. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC. São Paulo, 2006b.

Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A157.pdf>>

Acesso em: 15 jan. 2011.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local:** uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro.** EDUFBA, 576p. Salvador, 2009. ISBN 978-85-232-0596-6 [online]

Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p5>>

Acesso em: 10 abr. 2011.

MAIA. Adriana Silva. **Efeitos do programa bolsa família na redução da pobreza e distribuição de renda.** Universidade Regional do Cariri (URCA), 2010.

Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>>

Acesso em: 11 jan. 2011.

MARQUES, Rosa Maria. **A proteção social e o mundo do trabalho.** São Paulo: Bional, 1997.

MARQUES, Rosa Maria. **A importância do bolsa família nos municípios brasileiros.** Brasília, 2005.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/cadernos-de-estudos/a-importancia-do-bolsa-familia-nos-municipios-brasileiros-no-01>>

Acesso em: 22 nov. 2010.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família - Benefícios.**

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>

Acesso em: 19 nov. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família - Condicionalidades.**

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>

Acesso em: 19 nov. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família.** Brasília-DF, 2006.

Disponível em: <<C:\Users\Proprietário\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\P2H7PKYW\Guia de Atuacao das Instancias de Controle Social - ICS.pdf>>

Acesso em: 18 out. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Nota Técnica: Financiamento da Assistência Social no Brasil.** Brasília-DF, 2010.

Disponível em: <<C:\Users\Proprietário\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\HQ5X4ASG\Nota Tecnica Financiamento da AS Final.pdf>>

Acesso em: 11 nov. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Nota Técnica: Financiamento da Assistência Social no Brasil.** Brasília-DF, 2010.

Disponível em: <<C:\Users\Proprietário\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.IE5\HQ5X4ASG\Nota Tecnica Financiamento da AS Final.pdf>>

Acesso em: 11 nov. 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Relatório de informações sintético.**

Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/gerar/index.php>>

Acesso em: 18 mar. 2011

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Relatório de informações sociais.**

Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>

Acesso em: Diversos

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fabio. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil:** Contribuições para o debate. Texto para discussão, 1283, IPEA, Brasília, 2007.

Disponível em: <http://ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1283.pdf>

Acesso em: 28 set. 2010.

MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. Impactos do Programa Bolsa Família na área de atuação do BNB e do Brasil. Informe indústria e serviço ETENE. Fortaleza, Ano IV, nº. 8, 2010.

Disponível em: <F:\iis_bolsa_família.pdf>

Acesso: 06 mar. 2012.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1960.

PLANALTO. PMP - Prefeitura Municipal de Planalto. **A cidade**.

Disponível em: <<http://www.planalto.ba.gov.br/index.asp?link=inicial.asp>>

Acesso: 10 jun. 2011.

POCHAMNN, Márcio. **A nova economia política brasileira**. Le monde Diplomatic. Brasil, Maio de 2012, Ano 5, nº 58.

Disponível: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1179>>

Acesso em: 15 mar. 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking do IDH Global 2011.

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011>

Acesso: 28 jul. 2012.

ROSSETI, Jose Paschoal. **Introdução à economia**. 16. ed., São Paulo: Atlas, 1994.

_____, Jose Paschoal. **Introdução à economia**. 18. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Chaene Salgado. O Programa Bolsa Família em Vitória da Conquista – BA e suas consequências: Emancipação de famílias pobres ou medida assistencialista? Monografia (Graduação em Ciências Econômica) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista - BA. 2007.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador, 2011.

Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=537&Itemid=283>

Acesso: 24 Jul. 2012.

SILVA, Ezonir Rosa. Fotografias. Planalto – BA, março 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o bolsa família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Percecu Abramo, 2010.

APÊNDICES



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONÁRIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO - BA

Este questionário tem por objetivo coletar informação sobre as Receitas Municipais, para a realização de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família no município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Qual o valor das Receitas Municipais no período de 2003 á 2010?

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS ou ISQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

| Ano | IPTU | ICMS | ISS | ITBI | FPM |
|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|------------|
| 2004 | | | | | |
| 2005 | | | | | |
| 2006 | | | | | |
| 2007 | | | | | |
| 2008 | | | | | |
| 2009 | | | | | |
| 2010 | | | | | |



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONÁRIO

SETOR DE TRIBUTOS

Este questionário tem por objetivo coletar informação sobre o setor de tributos deste município, para a realização de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família no município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Qual a quantidade de alvarás expedidos pelo município no período de 2003 á 2010?

| Ano | Quantidade |
|-------------|------------|
| 2004 | |
| 2005 | |
| 2006 | |
| 2007 | |
| 2008 | |
| 2009 | |
| 2010 | |
| 2011 | |

3- Qual a quantidade de alvarás por categoria?

| Categoria | Quantidade |
|------------------------|-------------------|
| Comércio Varejista | |
| Clínica e Consultórios | |
| Prestação de Serviços | |
| Madeira | |
| Educação | |
| Bar | |
| Restaurante | |
| Lavador de Automóveis | |
| Posto de Combustível | |
| Outros | |

4- Quais são os bairros do município de Planalto?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONÁRIO
PROPRIETÁRIO DE TRANSPORTES
ALTERNATIVOS

Este questionário tem por objetivo coletar informações sobre o transporte alternativo nesta localidade, para a realização de trabalho acadêmico sobre o Programa Bolsa Família no município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Quando o senhor começou a transportar passageiros para outra cidade?

3- Qual o veículo utilizado para o transporte e qual a capacidade de passageiros?

4- Para qual cidade são transportados estes passageiros?

5- O fluxo de passageiros tem aumentado?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONÁRIO
PROPRIETÁRIO DE ESTABELECIMENTO
COMERCIAL

Este questionário tem por objetivo coletar informações sobre o comércio local, para a realização de trabalho acadêmico sobre o Programa Bolsa Família no município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Quando foi instalado o seu comércio neste município?

3- Qual o tipo produto comercializado?

4- Os seus fornecedores são do próprio município?

5- Qual o principal centro fornecedor?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONÁRIO

AGÊNCIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Este questionário tem por objetivo coletar informação sobre o transporte intermunicipal de passageiros neste município, para realização de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família no Município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Qual a quantidade diária de passagens vendidas para outros municípios?

3- Qual a quantidade de passagens vendidas nos anos de:

2004 _____

2005 _____

2006 _____

2007 _____

2008 _____

2009 _____

2010 _____

4- Qual a cidade mais procurada?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

QUESTIONARIO

Câmara de Dirigentes Lojistas de Planalto - CDL

Este questionário tem por objetivo coletar informação sobre a Câmara de Dirigentes Lojistas de planalto (CDL), para a realização de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família no Município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Responsável pelo fornecimento das informações:

2- Qual o atual presidente da Câmara de Dirigentes Lojista de Planalto - CDL?

3- Quando foi criado a Câmara de Dirigentes Lojista de Planalto - CDL?

4- Qual o número de afiliados, quando da criação da Câmara de Dirigentes Lojista-CDL?

5- Qual o atual número de afiliados da Câmara de Dirigentes Lojista - CDL?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Colegiado do Curso Ciências Econômicas
Discente: Audileia Rodrigues da Silva

ENTREVISTA

Esta entrevista tem por objetivo colher informação com o Gestor Municipal do Programa Bolsa Família, para a realização de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família no município de Planalto – BA, no período de 2004 a 2010. As informações coletadas são exclusivamente para uso acadêmico.

Data: ___/___/___

Nº _____

1- Gestor do Programa Bolsa Família no Município?

2- Onde fica situada a coordenação do Programa Bolsa Família no Município?

3- Em nosso município o Programa Bolsa Família atende mais famílias da zona rural ou urbana?

4- Onde ocorre o cadastramento para os beneficiários do programa (na própria coordenação, em postos de atendimento, em escolas, etc.)?

5- A coordenação municipal faz checagem dos dados coletados? Como?

6- Como é definida a titularidade do benefício?

7- A migração de outros benefícios sociais para o Bolsa Família em nosso município ocorreu forma de lenta, ou dentro do prazo previsto?

8- Para o Senhor existem muitas famílias elegíveis fora do Programa Bolsa Família?

9- Como é realizado o acompanhamento das condicionalidades, (Frequência Escolar, Vacinação, Pré-natal, etc.) em nosso município?

10- Com referência às condicionalidades, são promovidas ações de conscientização aos beneficiários do programa?

11- Foram constatadas fraudes ou multiplicidades de recebimento dos benefícios em nosso município? Houve punição?

12- O município desenvolve algum programa complementar ao Programa Bolsa Família?

13- Existe em nosso município Conselho de Controle Social de Programa Bolsa Família ativo?

14- Em sua opinião, o Programa Bolsa Família tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do município de Planalto?

ANEXOS

Tabela 1 - Transferências do Governo Federal destinadas a Planalto - BA (2011)

| Função | Ação Governamental | Linguagem Cidadã | Total Ano (R\$) |
|--------------------|---|---|------------------------|
| Assistência Social | 2060 - Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho | Serviço Socioeducativo – PETI | 18.000,00 |
| Educação | 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica | | 306.840,00 |
| Habitação | 8875 - Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social | | 58.815,00 |
| Educação | 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica | PNATE | 154.978,92 |
| Encargos Especiais | 099E - Auxílio Financeiro aos Entes Federados Exportadores | Compensação de Exportação – CEX | 16.692,57 |
| Assistência Social | 8662 - Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho | Transferência de Renda – PETI | 5.800,00 |
| Encargos Especiais | 0369 - Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação | Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação | 390.426,16 |
| Educação | 12KV - DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO | | 98.000,00 |
| Saúde | 12L5 - DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO | | 20.000,00 |
| Educação | 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica | PDDE | 232.050,90 |
| Encargos Especiais | 0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | FUNDEB | 6.206.810,46 |
| Encargos Especiais | 0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) | FPM - CF art. 159 | 11.529.888,65 |
| Saúde | 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde | Vigilância em Saúde | 93.596,64 |
| Saúde | 20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária | Vigilância Sanitária | 8.040,81 |
| Saúde | 8577 - Piso de Atenção Básica Fixo | PAB Fixo | 453.193,67 |
| Saúde | 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família | PAB Variável – PSF | 1.227.916,00 |
| Saúde | 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde | FARMÁCIA BÁSICA | 112.970,16 |
| Encargos Especiais | 0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis | CIDE – Combustíveis | 67.173,13 |
| Assistência Social | 8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família | Índice de Gestão Descentralizada – IGD | 63.357,89 |
| Encargos Especiais | 099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) | Transferências - LC n.º 87/96 e 115/2003 | 9.882,84 |
| Assistência Social | 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) | Bolsa Família | 4.103.709,00 |
| Encargos Especiais | 006M - Transferência para Municípios - Imposto Territorial Rural | Transferência - ITR – Municípios | 7.014,55 |
| Encargos Especiais | 0548 - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) | Royalties | 11.896,93 |
| Encargos Especiais | 0551 - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) | Royalties | 179.603,17 |
| TOTAL | - | - | 25.376.657,4 5 |

Fonte: Portal da Transferência (2011)